

este cabeçalho pode valer-lhe mais de mil contos

Diário de Lisboa

Edição
da
noite

FUNDADOR: JOAQUIM MANSO
SEXTA-FEIRA, 8 DE JANEIRO DE 1971

DIRECTOR: A. RUELLA RAMOS
N.º 17 258 ANO 50.º PREÇO 1\$50



Simplificar as vias legais para evitar a clandestinidade

— tarefa do Secretariado Nacional da Emigração
apontada pelo ministro Rebello de Sousa

MESA
REDONDA

SUPLEMENTO
COM 12 PÁGINAS

- PLANEADOS
E CLANDESTINOS
por Nuno Portas
- AUTORITARISMO
E DEMOCRACIA
por Amadeu L. Sabino
- GUIMARÃES: PESADA
HERANÇA
DO PASSADO
por José A. Salvador
- ASSALARIADAS
DOMÉSTICAS
por Helena Neves

«Haverá que simplificar orgânicas e formalismos, a fim de que, conjugadamente com outras providências, se facilite a via legal da emigração em detrimento da indesejável clandestinidade» — afirmou, esta ma-

Ao acto que decorreu no gabinete daquele membro do Governo (na sua qualidade de ministro-delegado para a Emigração) estiveram presentes os titulares das pastas dos Negócios Estrangeiros, do Ultramar e do Interior, os secretários e subsecretários de Estado do Trabalho e Pre-

vidência e da Saúde e Assistência e o director-geral de Segurança.

Assinado o auto de posse, o ministro Rebello de Sousa fez um discurso em que, depois de se referir ao que «está dito e redito» sobre as

(Continua na 6.ª página)

nhã, o dr. Baltazar Rebello de Sousa, durante o acto de posse do dr. Américo Saragga Leal como secretário nacional da Emigração, numa cerimónia a que assistiram numerosas individualidades.

RAPTADO EM MONTEVIDEO O EMBAIXADOR BRITÂNICO

MONTEVIDEO, 8 (A. N. I. F. P. e R.) — O embaixador da Grã-Bretanha no Uruguai, Geoffrey Jackson, foi hoje raptado pelos «Tupamaros» — anunciou a polícia de Montevideo.

O automóvel do embaixador foi interceptado numa rua da cidade velha por uma camioneta preta onde se encontravam os guerri-

lheiros. Os dois guarda-costas e o motorista do diplomata foram feridos pelos raptadores, que eram cinco ou seis.

As notícias anteriores indicavam que os «tupamaros» tinham raptado o em

(Continua na 13.ª página)

AS RELAÇÕES E. U. A. - U. R. S. S.

MOSCOVO, 8 — (F. P. — Segundo esferas socialistas estrangeiras, nesta capital, certas manifestações do es-

tado de espírito dos diplomatas americanos em Moscovo teriam irritado os dirigentes soviéticos, como por exemplo certos conselhos dados a Washington pelo embaixador americano Jacob Beam — relatados

(Continua na 15.ª página)



LEITOR DO "DIÁRIO DE LISBOA"

SÓ VANTAGENS EM PARTICIPAR

DIR-SE-IA que a leitura da lista dos prémios instituídos para esta iniciativa com que inauguramos o ciclo come-

morativo do primeiro quinquentenário do «Diário de Lisboa» é suficientemente elucidativa para que não

seja necessário falar de outras vantagens.

Acontece, porém, que a sua principal característica é, in-

contestavelmente, a simplicidade. Não o podemos afirmar, mas julgamos impar entre nós uma iniciativa cujos par-

ticipantes não têm de nos enviar seja o que for senão um simples cupão-duplo, destinado a per-

(Continua na pag. seguinte)

DEIXARÁ DE SER DESCONHECIDA

Esta é Daphne, a intérprete que vai abrir o Festival da Canção, dia 11 de Fevereiro, no Tivoli. Tem 19 anos, uma filha de 10 meses (a Rita) e é «Verde Pino». Assim: «Em Verde Pino, terra de pastores, lembrei amores em mãos de mendigos.» Se ganhar, o dinheiro é para uma mobília

(Ler na pag. 4)

HOJE 32 PÁGS.
VISADO
PELA CENSURA

LEITOR DO "DIÁRIO DE LISBOA"

(Continuação da pág. anterior)

mitir a sua identificação e a dar-nos a conhecer que estão interessados em figurar num sorteio que só poderá vir a beneficiá-los.

ASSINATURAS PARA A INICIATIVA

Acetam-se, desde já, assinaturas pelo período da iniciativa. Essas assinaturas garantem a os interessados os exemplares pretendidos, com os preços seguintes:

3 meses — 130\$00
6 " — 250\$00
12 " — 485\$00

Pagamento adiantado, em cheque ou vale de correio.

Esta simplicidade tem, aliás, provocado muitas dúvidas em leitores habituados a concursos que exigem a aquisição de cadernetas, a constituição de colecções de cupões, a criação de frases mais ou menos engenhosas e outras coisas semelhantes. Avolumam-se, por isso, a correspondência de participantes que não compreendendo a mecânica da nossa iniciativa, perguntam se devem en-

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência (incluindo a que se refere ao envio de cupões), deve ser dirigida a «LEITOR DO «DIÁRIO DE LISBOA», Rua Castilho, 185, 1.º — Lisboa-1.

viar-nos diariamente os cupões de identificação que publicamos ou se devem colecioná-los para os enviar no fim de Março.

Voltamos a esclarecer que o cupão-duplo de identificação que publicamos diariamente tem por único objectivo permitir que os nossos leitores se dêem a conhecer como interessados em figurar no sorteio que porá termo á nossa iniciativa. Nestas circunstâncias, os nossos leitores apenas têm de preencher UMA VEZ o seu cupão-duplo e de no-lo enviar. Tal como

O ENVIO DO SELO

Quem pretenda que lhe enviemos, pelo correio o cartão de identidade de «Leitor do «Diário de Lisboa» deverá juntar ao seu cupão duplo um selo de correio de 1\$00.

uma pessoa não se inscreve duas vezes como beneficiário duma Caixa de Previdência ou como sócio de qualquer agremiação, o leitor do «Diário de Lisboa» apenas tem de se inscrever uma vez para se habilitar aos prémios instituídos para esta iniciativa.

Já nos aconteceu, também, receber um modelo que publicámos do cartão

de identidade que vamos oportunamente enviar aos nossos leitores, preenchido como se esse modelo de cartão de identidade fosse o cupão-duplo

mas supomos necessária chamar a atenção dos nossos leitores para a vantagem que têm em acompanhar as notícias que publicamos diariamente

voltamos a recordar que os mesmos não se destinam a ser-nos enviados mas, a

ficarem na posse dos participantes até que seja realizado o sorteio.

PRÉMIOS PARA QUEM VENDE O «DIÁRIO DE LISBOA»

CONTINUAM a chegar-nos pedidos de informações sobre a revelação feita nestas colunas. Oportunamente, serão dados todos os esclarecimentos. Por ora, apenas confirmamos que os vendedores do «Diário de Lisboa» que os premiados nesta iniciativa tiverem indicado como sendo aqueles a quem habitualmente compram o nosso Jornal também vão receber prémios!

Em devido tempo, publicaremos mais esclarecimentos acerca deste pormenor importante da iniciativa «Leitor do Diário de Lisboa». Entretanto chamamos a atenção de todos os interessados para o facto de que podem beneficiar o seu vendedor habitual, identificando-o devidamente nos cupões-duplos de identificação que têm de preencher e enviar-nos.

de identificação. sobre este assunto. Julgamos inútil esclarecer este ponto No que se refere aos «cabeçalhos»,

a iniciativa é aberta a todos os leitores do «Diário de Lisboa» residentes na continente.

o leitor deverá recortar e preencher o cupão-duplo que estamos a publicar e onde deverá inscrever o seu nome e morada, a localidade onde reside, e facultativamente, a profissão e o número de telefone e ainda a tabacaria ou o vendedor a quem adquire o «Diário de Lisboa».

preenchido o cupão-duplo, este deverá ser remetido para a Rua Castilho, 185-1.º — Lisboa-1, acompanhado de um selo de 1\$00, se pretender que o cartão de identidade de leitor do «Diário de Lisboa» lhe seja devolvido pelo correio.

se o leitor pretender que lhe seja entregue pessoalmente, nos serviços do «Diário de Lisboa», o seu cartão de identificação, não juntará ao cupão-duplo o selo de 1\$00, que se destina, logicamente, a despesas de correio.

recebido o cupão-duplo os leitores ficarão classificados por ordem numérica e alfabética. O cartão de identidade receberá o mesmo número ao cupão-duplo.

o cartão de identidade de leitor do «Diário de Lisboa» permite-lhe ficar habilitado a qualquer dos prémios já instituídos e ainda a beneficiar de outras iniciativas a promover.

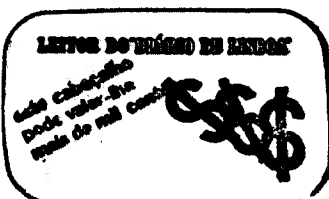
o leitor do «Diário de Lisboa», para poder receber o prémio que lhe for atribuído em sorteio, terá de provar ser leitor habitual, demonstrando possuir na sua residência o número de «cabeçalhos» do «Diário de Lisboa» correspondentes aos dias de publicação compreendidos entre 2 de Janeiro e 31 de Março de 1971. É permitida uma margem de faltas de cinco exemplares por mês.

★ Por «cabeçalhos» entende-se apenas a parte da primeira página do jornal donde consta o nome deste e a data de publicação.

este cabeçalho pode valer-lhe mais de mil contos

Diário de Lisboa

FUNDADOR: JOAQUIM BAIÃO DIRECTOR: A. RUISSA FERREIRA
CURVA PERAL, 24 DE DEZEMBRO DE 1898 N.º 10 245 ANO 88º PREÇO 1000



RECORTE E ENVIE AO «DIÁRIO DE LISBOA»

RECORTE E ENVIE AO «DIÁRIO DE LISBOA»

LEITOR DO "DIÁRIO DE LISBOA"

n.º _____ (a)

nome _____

morada _____

localidade _____

telefone (b) _____

profissão (b) _____

(b) Tabacaria, ou vendedor, onde compra o «Diário de Lisboa» _____

(a) A preencher pelo jornal (b) Facultativo

LEITOR DO "DIÁRIO DE LISBOA"

n.º _____ (a)

nome _____

morada _____

localidade _____

telefone (b) _____

profissão (b) _____

(b) Tabacaria, ou vendedor, onde compra o «Diário de Lisboa» _____

(a) A preencher pelo jornal (b) Facultativo

SAO ESTES OS DOIS CUPOES IDENTIFICADORES QUE CADA LEITOR DO NOSSO JORNAL TERA DE PREENCHER PARA SE HABILITAR AOS PRÉMIOS INSTITUÍDOS. NO CASO DE PRETENDER RECEBER PELO CORREIO O CARTÃO DE IDENTIDADE DE LEITOR DO «DIÁRIO DE LISBOA», DEVERÁ JUNTAR UM SELO DE 1\$00

O regime do Vietnam do Sul mais dependente do que nunca do auxílio norte-americano

A trégua de Ano Novo foi assinalada no Vietnam por alguns incidentes. Contudo nenhum ataque de envergadura foi assinalado.

Na semana passada, os americanos sofreram 41 mortos, ou seja, o dobro da semana anterior. As perdas comunistas são calculadas em 1250 homens.

SAIGÃO. — Fazendo bem as contas, 1970 não terá sido um ano demasiado mau para o presidente Thieu. Do seu ponto de vista, o balanço, no conjunto, é favorável. Mas tem menos relevo para o futuro do regime do que a primeira vista poderia supor-se. É certo que se falou de paz no ano passado, mas fez-se sobretudo a guerra. Aliás, os dirigentes de Saigão não se queixam por isso. O apoio concedido por Washington ao presidente Thieu nunca se desmentiu. O vice-presidente Ky foi até recebido pela Casa Branca, em Novembro. Quanto ao Governo presidido pelo general Khien, a sua remodelação foi periodicamente evocada mas ninguém pensou a sério em substituí-lo por outro. Hanói e a F. N. L. exigiam a demissão desses três dirigentes sul-vietnamitas. Não conseguiram nada.

O presidente Nixon acabou por adoptar a linguagem dos estados-maiores. Concedeu-lhes duas satisfações da maior importância: a intervenção no Camboja e a retomada dos «craids» contra o Vietnam do Norte. Os militares saigonenses não podiam pedir mais garantias concretas.

No Vietnam do Sul as principais dificuldades foram vencidas por agora. O regime continua a não ter apoio popular, mas o seu exército controla hoje a maior parte do território, nomeadamente as regiões férteis das planícies e a do Delta. Ao contrário do

que se passou em 1968 e mesmo em 1969, o Vietcong não lançou ataques sérios no ano passado. Criando uma diversão, a invasão de Camboja contribuiu prova-

Finalmente, para Hanói e para a F. N. L. a guerra continua a ser revolutonária. As tropas comunistas estão neste momento, a concentrar preferente-

situação instável. Por esse lado, o Governo arrisca-se a conhecer dificuldades crescentes. O meio é explosivo.

Se as retiradas de tropas americanas continuarem as unidades que ficarem serão, sem dúvida, reagrupadas em complexos militares, nomeadamente na costa (Cam-Ranh, Nha-Tiang, Da-Nang, etc.) e nas proximidades de Saigão (Long-Binh, Bien-Hoa). Ser-viriam então de «forças de reacção» a partir dos seus «cendários». No resto do território, os sul-vietnamitas vão, pois, ter mais responsabilidades e maior liberdade de acção. Resta ver se a máquina manterá a coesão que lhe confere ainda hoje o seu motor americano.

Por JEAN-CLAUDE POMONTI

(Exclusivo «Le Monde» — D. L.)

velmente para estabilizar, por algum tempo, esta ocupação do terreno. Em todo o caso as tropas americanas puderam continuar a retirar sem que a retirada tenha preocupado em demasia os seus aliados sul-vietnamitas.

AS PRESSÕES INFLACIONISTAS

No plano económico, as medidas adoptadas há três meses puderam, até agora, entrar a alta dos preços. A crise não tomou proporções alarmantes. Apesar do mal-estar social e do cansaço da guerra, a agitação política nas cidades nunca conseguiu inquietar essencialmente o Governo.

Mas seria arriscado concluir daí que 1971 só se apresenta sob auspícios favoráveis para Saigão. No ano passado os problemas foram «congelados», mas não resolvidos. Os responsáveis prenderam-se mais aos efeitos que à causa o que é verdadeiro tanto para a «pacificação» sempre frágil das campanhas como para a crise urbana.

mente os seus esforços no Camboja e no Laos, mas o objectivo continua a ser Saigão. O Vietnam do Sul é muito provisoriamente se tornou, pois, um teatro de operações secundário.

A CRISE URBANA

As pressões inflacionistas subsistiram. O Governo sul-vietnamita mantém mais de um milhão de homens nas fileiras. O país praticamente, já não tem exportações, e, salvo no domínio agrícola, depende inteiramente de importações. O auxílio económico americano elevou-se, em 1970, a 750 milhões de dólares. Segundo os cálculos de técnicos americanos seria necessário que Washington mantivesse o seu auxílio a esse nível, durante 10 anos, para que Saigão reequilibrasse a sua economia.

Já de há certo tempo para cá que a crise urbana conhece uma viragem bastante inquietante. Mais de metade da população encontra-se agora reagrupada em cidades superpovoadas caracterizadas pela sua

NOTA

GARANTIR AS GARANTIAS

FOI UMA BOMBA (ou quase) o diploma legal que o Governo fez publicar submetendo a um regime especial de «controle» a transacção de lotes de acções de determinadas empresas. Quer dizer, um certo volume ou uma certa percentagem de títulos de determinadas tipos de empresa ou de empresas de uma certa dimensão não poderá mudar de mão às escondidas, estabelecendo-se um sistema de condicionalismos que tornará qualquer operação desse género dependente da movimentação de um também determinado conjunto de mecanismos. O grande público, que vive longe destas coisas sem as ver e que quando as vê fica na mesma sem as entender, julgará naturalmente que se trata de medidas cautelosas. O efeito retroactivo que se conte e ao novo regime leva, porém, a fazer supor que se trata de travar operação já em curso pelo menos de negociações.

Quem lê o decreto e o relatório de que consiam as suas justificações há-de ser naturalmente atraído a pensar que o Governo está alerta e a sentir que são preocupações de moralidade e segurança que o inspiram. «Tais problemas (diz o relatório) que especificamente se centram na aquisição do domínio de empresas por elementos estranhos a elas, ganham em determinadas circunstâncias particular acuidade», para o que bastará atentar-se no que pode acontecer «quando participam na operação, em qualquer qualidade, elementos da administração ou da fiscalização da empresa». As situações a que se pretende fazer face são naturalmente muito variadas, mas não custa entender como nelas podem eventualmente caber surpresas com reflexos amplos (para bem ou para mal) nos interesses dos accionistas ou até mesmo do País.

O problema que se põe é o da concentração dos capitais, quer dizer, dos interesses. Para bem entender essa questão, talvez se torne preciso, entretanto, tentar o esboço do que é a empresa moderna, como se compõe o seu capital, quem o detém, como se joga com ele. Talvez se torne conveniente ir ainda um pouco mais além e ver em que medida é que coincide ou diverge o espectro da grande empresa em países como o nosso e em países de grande dimensão económica. Nas empresas tipo sociedade anónima, supostamente nem se sabe quem detém as acções. É o capital multiplicado que se associa, sem que as pessoas sequer se conheçam e, na maior parte dos casos, confiando a administração a profissionais que até podem nem mesmo ser accionistas. Entre nós, como se sabe, é ainda a concentração nas mãos de poucos que detém todo o poder e toda a influência.

A empresa moderna tem características que ainda aos escapam. Como sublinhou há tempos numa conferência o eng.º Vaz Pinto, que pouco depois haveria de passar pela posição de ministro da Presidência, «a figura do capitalista, do dono duma empresa, de quem emanavam todas as decisões, é cada vez mais uma figura do passado», que desapareceu para dar lugar aos executivos que orientam as sociedades cujo capital se reparte por numerosas pessoas entre as quais também por vezes o próprio Estado. Esta concentração de poder económico compreende-se que possa alarmar o próprio Estado se lhe escapam todos os meios de «controle», e que leva a compreender, uma vez ou outra, os sobressaltos que possam verificar-se para tentar restabelecer esse «controle». É esse, aliás, o semblante com que se apresenta o Estado do nosso tempo.

Mas quem «controla» o Estado? Este é outro problema. Ao Estado todo poderoso, padecendo de mal da «burocracia galopante», quem o corrige e lhe pede contas? No direito moderno começa a tomar vulto uma instituição nova, mas parece que atinge na Suécia, donde lhe vem o nome, é a (ou o?) «Ombudsman», um órgão especialmente destinado, sem as complicações e a lentidão de qualquer contencioso tradicional, a pôr a cidade ao abrigo de abusos ou desvios do Poder e dos seus agentes. O Governo Wilson, há perto de quatro anos, introduziu o novo mecanismo nas instituições britânicas, na pessoa de um «comissário parlamentar para a administração». Em França há agora uma proposta. Sempre é uma ideia. Num ano em que temos revisão constitucional, daqui se lança o repto a quem for capaz de tomar interesse por ela.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA AGRADECE A COLABORAÇÃO DO «DIÁRIO DE LISBOA»

A Câmara Municipal de Sintra, sob a Presidência do sr. A. J. Pereira Forjaz, agradece as sugestões, críticas e informações da imprensa. Nisso mostra que compreende a missão desta.

Na sua última reunião e por proposta do mesmo presidente, a Câmara Municipal de Sintra aprovou por unanimidade a moção seguinte:

«Que seja manifestado o nosso mais vivo reconhecimento, aos órgãos da informação, pelo carinho com que

acompanharam a acção da Câmara, durante o ano decorrente, e o interesse que generosamente dedicaram aos problemas do concelho, não esquecendo o apoio que gentilmente ofereceram à realização do XIV Festival de Sintra, apoio que tanto contribuiu para o êxito conseguido.»

Mais expressivo do que isso, moção, embora ela o seja bastante, é porém para o «Diário de Lisboa», a prova palpável de como esta Câmara Municipal aprecia o trabalho da im-

pressão e sua missão, em caso particular, é que muitos enaltecem a missão da imprensa e se doem sempre que essa imprensa os melindra.

Temos presente uma carta do sr. A. J. Pereira Forjaz em que se nos agradece as críticas feitas no nosso jornal, a propósito do problema da água em Morn Martins e Algueirão: «Pelo termos em que o problema foi posto, traduzido fielmente a realidade, e que representa valiosa colaboração, levam-me a

apresentar a V. Ex.ª os melhores agradecimentos.»

Quando um jornal apresenta a realidade dum problema, por dura que ela seja, é colaboração que presta às autoridades que têm a obrigação de o resolver. É o interesse público que o jornal defende. Assim o compreende a Câmara Municipal de Sintra e assim o deveriam compreender todas as autoridades. Não se ganha nada em ignorar, ou em esconder, seja o que for.

VESPISTAS precisam-se

para condução de Vespas de cabina fechada em zona de Lisboa

PAGA-SE SEM INFORMAÇÕES:

SR. JAIME SANTOS

RUA CASTILHO, 125-L - LISBOA

LOTES DE TERRENO

ALVERCA

Com situações, com projectos aprovados para construção de prédios de 10 a 15 inq.ª, c/3 grandes div. anexas, cozinha, casa de banho e despensa.

PREÇOS — 450 a 800 contos

MOSTRA E TRATA

«A CONFIDENTE»

Rua 2-2 - Telefones 22904/5/6 - 22922/3 - 22978

O maior acontecimento teatral de 1971
Segundo o «Diário de Lisboa»
e o «Diário Popular»

GRUPO DE ACÇÃO TEATRAL



O PROCESSO
DE

KAFKA

HOJE E TODAS AS NOITES
DESTA SEMANA ÀS 21 H.

E ÀS 23 HORAS

SÁBADO e DOMINGO
também às 16 horas

50% desconto para estudantes

10.ª SEMANA

MAIORES DE 17 ANOS

AR CONDICIONADO
**TEATRO
VILLARET**
o mais moderno e confortável de Lisboa

A peça Infantil

EMÍLIO E OS DETECTIVES

Sábado, às 18.30 horas

Domingo, às 11 horas

(Maiores de 6 anos)

Na próxima semana, todas as
noites às 21 h. e às 23 horas,
a comédia

«Sexta-feira, 4 e Um Quarto»

TRINDADE

Telex 320000

Hoje, às 21.30 horas
(Adultos)

O ÚLTIMO INQUILINO

O REI ESTÁ A MORRER

de IONESCO

Pela Companhia do Teatro

Nacional D. Maria II

Sábado às 16 horas

Tarife e preços reduzidos

Domingo — Tarde dedicada
a estudantes

**MARIA
VITÓRIA**

(Adultos)

TELEFONE 36 17 40

• Às 20.45 e 23 horas •
GIUSEPPE BASTOS
E VASCO MORGADO
APRESENTAM
A GRANDE REVISTA

«PIMENTA
na LÍNGUA!...»

com JOSÉ VIANA, AIDA
BAPTISTA, BARROSO
LOPES e DORA LEAL,
com NICOLAU BREYNER,
ANITA GUERREIRO, a
atração brasileira RONY
VALY e, no «compère»,
OCTÁVIO DE MATOS, à
frente de um enorme elenco

AOS DOMINGOS:
«MATINEES» ÀS 16 HORAS
ÀS 2.ª FEIRAS NÃO HÁ
ESPECTÁCULO

**TEATRO
GIL VICENTE**

CASCAIS — Telex 280919

A COMPANHIA DO
TEATRO EXPERIMENTAL
DE CASCAIS

Apresenta hoje e todas as
noites, às 22 horas

SOTOBA KOMACHI

de UKIO MISHIMA

tr. ORLANDO NEVES

BREVE SUMÁRIO
DA HISTÓRIA DE DEUS
de GIL VICENTE

Encerrado às 2.ª feiras
p/ descanso da Companhia
ADULTOS

COLISEU

HOJE, ÀS 21 e 30

(Maiores 12 anos)

SÓ ATÉ DOMINGO

Últimos espectáculos

GRANDE

COMPANHIA

INTERNACIONAL

DE CIRCO

As maiores atrações

Amanhã, à tarde, entrada
gratuita às crianças dos
6 aos 10 anos. À noite po-
dem assistir crianças a
partir dos 6 anos
Domingo — Despedida
da Companhia

A EMISSORA
NA GRANDE NOITE
DO FADO

A Emissora Nacional
deu mais uma vez o seu
apelo à Grande Noite do
Fado, espectacular orga-
nização anual da Casa
da Imprensa que dentro
de dias reunirá no Coli-
seu dos Recreios os me-
lhores da música ligeira
portuguesa.

A acrescentar aos pri-
meiros nomes já divulga-
dos (Hermínia Silva An-
tónio Mourão, Tonicha,
Joaquim Cordeiro, Ma-
ria Valença e Maria José
Valério) pode, pois, di-
zer-se que a E. N. man-
dará ao Coliseu, entre
outros Carlos Paredes,
Madalena Iglésias, Lilly
Tchumba, Julia Babo
Artur Garcia, Lenita
Gentil, Alice Amaro Jo-
sé Cheta, Raimundo Ma-
ria da Glória, Trio Har-
monia e a Orquestra de
Variedades, dirigida por
Tavares Belo.

A COOPERATIVA

VEM AO TEATRO

Depois de amanhã assisti-
rão ao espectáculo da noite
com «O inocente», algumas
dezenas de sócios da Coope-
rativa Piedense, que mais
uma vez toma a iniciativa
de promover uma excursão
ao Teatro Maria Matos.

A comédia de Calvo Sote-
lo apresenta-se todas as no-
ites às 21 e 45, e aos sábados
e domingo, também às 16
horas. Amanhã à tarde, ha-
verá mais uma recita popu-
lar com preços reduzidos.
Também no espectáculo de
amanhã, às 16 horas, e nas
duas representações de do-
mingo, é concedido o des-
conto especial de 50 por cento
a todos os jovens dos 17 aos
24 anos.

QUEM FILMA

SOLJENITSINE

COPENHAGUE, 8 — (A.
N. I.) — Mögens Skot-Han-
sen, director de uma compa-
nhia cinematográfica din-
marquesa, tenciona rodar um
filme baseado no romance de
Soljenitsine «O Primeiro
Círculo». O filme será dirigi-
do por Alexander Ford, co-
nhecido realizador polaco,
agora residente em Israel.

Falta designar um intérprete (Carlos Mendes ou Hugo Maia de Loureiro) para o Grande Prémio da Canção

O intérprete de «Crónica de
um dia», única das nove me-
lodias concorrentes ao Gran-
de Prémio da Canção de 1971
que ontem à noite ainda não
tinha voz própria, será esco-
lhido de entre dois nomes:
Carlos Mendes, que cantou
para ganhar em 1968, e Hugo
Maia de Loureiro, segundo
no ano passado.

Entretanto o orquestrador
de «Cavalo á Solta» (a me-
lodia de Fernando Tordo)
não é conhecido. Deverá ser
um músico estrangeiro, in-
glês ou francês, e Tordo en-
trará hoje em contacto com
Londres para encetar dili-
gências nesse sentido.

A reunião de ontem na R.
T. P. (com os autores das
canções) para indicação de
intérpretes, instrumentistas e
orquestradores com vista ao

ver o gol» (Lenita Gentil —
Thilo Krassman); 8.ª, «Ca-
valo á solta» (Fernando Tor-
do — orquestrador por desi-
gnar); e 9.ª, «Adolescente»
(Duarte Mendes — Pedro
Osório).

A assinala o facto de
Krassman orquestrar três
melodias e Osório duas.
E mais: dois terços das com-

**Dois terços
das melodias
orquestradas
por estrangeiros**

posições serão orquestradas
por profissionais estran-
geiros (Krassman 3; Alguéro e
Gérard, uma cada; e o tal



Carlos Mendes?

inglês ou francês para «Ca-
valo á solta»).

Quanto à próxima activi-
dade dos intérpretes escolhi-
dos, sabe-se que Tonicha es-
tá de mala aviada para o
Chile, onde participará no
Festival da Canção de Viña
del Mar (com uma canção de
Jorge Costa Pinto)

DAPHNE, A DESCONHECIDA

Daphne Rodrigues (19
anos) nasceu no Porto e mo-
ra em Carcavelos, em casa
dos sogros. Porque Daphne é
casada e tem uma filha, Rita,
de 10 meses. O marido é Nu-
no Manuel de Sousa Rodrigue-
s (21 anos, no serviço
militar).

— Exacto; meu marido é
o autor de «Verde Pino».
Escreveu a composição a
pensar em mim...

Olhos azuis, cabelos louro-
-velho, Daphne pertence ao
conjunto «Música Novorum»,
ao lado de Nuno Rodrigues,
António Bolão e Judy Bren-
non.

— Cantámos no «Zip». E
estivemos no «Curto-Circu-
to». Depois, por motivos pes-
soais, dissolvemos o grupo.

Daphne vai cantar no Tivoli
para um milhão (pelo me-
nos) de telespectadores. Isso
não a assusta:

— Nada, nadinha. Sou mu-
lher.

to nervosa mas gosto de ver
gente, de saber que estou a
ser vista por gente.

É um americano Paul Gé-
rard, o orquestrador de «Ver-
de Pino», que já rendeu «se-
te contos e meio ao seu au-
tor. E se lhe couber o pré-
mio grande?

— O dinheiro é direitinho
para a mobília da nossa ca-
sa nova.

Os pais de Daphne estão em
Londres. Não sabem que a
filha vai cantar no Festival,
acompanhada à viola pelo
marido.

— Vou mandar-lhes hoje o
«Diário de Lisboa». Vamos a
ver o que dizem!

Sobre preferências:

— Elton John é o meu ído-
lo. De portugueses... Deixe-
-me cá ver, deixe-me cá ver...
Não é capaz de me lembrar
o nome?

E Daphne continuou o en-
saio.



Thilo Krassman tem quase a parte de leão (um terço) nas orquestrações do Grande Prémio

**TEATRO
VARIEDADES**

Às 20.45 e 23 HORAS (Adultos)

«... E O ZÉ FAZ TUDO!»

com
SALVADOR • FLORBELA
CARLOS COELHO

a colaboração
especial de
MARIEMA

VITOR MENDES, CARLOS GONÇALVES
e LUIS DE MASCARENHAS

Pela 1.ª vez em revista
**MARIA DO CÉU
GUERRA**



A atracção DUO OURO NEGRO

GIUSEPPE BASTOS e VASCO MORGADO

apresentam

A SUPER-REVISTA DE LUXO
E DA GARGALHADA!

PORTUGUESES NO FESTIVAL DE MÁLAGA

Dois canções enviadas por autores portugueses estão entre as três dezenas de melodias estrangeiras concorrentes ao Festival Internacional da Costa do Sol (Málaga), que se realizará em Fevereiro.

A notícia, dada por um matutino de Madrid, acrescenta que outros concorrentes não espanhóis provêm da Inglaterra, França, Bélgica, Jugoslávia, Bulgária, Hungria e Cuba.

A Espanha apresenta vinte melodias.



«UMA MULHER MEIGA»

TÍTULO ORIGINAL —
«Une Femme Douce»

REALIZAÇÃO — Robert
Bresson, 1969 (França)

ARGUMENTO — de
Bresson, segundo novela de Dostoevsky

FOTOGRAFIA — Chris-
tain Clouet (Eastmancolor)

INTERPRETES — Do-
minique Sanda, Guy
Frangin, Jane Lobre,
Claude Ollier, Doro-
thée Blank, etc.

DISTRIBUIÇÃO — So-
norio Filme

ESTREIA — Cinema Es-
túdio (4 Jan. 71)

Bresson e Dostoevsky poderão, à primeira vista, parecer nomes que não se conciliam bem. Sobre Bresson dir-se-á que o seu cinema é austero, vigoroso, implacavelmente intransigente com todo o tipo de facilidades estilísticas possíveis. Sabíamos-lo já através de «Jeanne d'Arc», de «Fugiu um condenado à morte», de «Pickpocket», de «Mouchette» ou de «An Hazard, Balthazar». Um cinema discreto ou sereno, de uma pureza transparente. Depois haverá ainda a tonalidade mística que a martirologia dos seus heróis referencia. Bresson católico?

Dostoevsky é, por seu turno, um escritor tumultuoso, onde as paixões humanas se entrelaçam brutalmente. Genial e excessivo, Dostoevsky assinou uma novela de que Bresson extraiu «Une Femme Douce». E, afinal, vemos como com que facilidade os extremos se tocam. «Uma Mulher Meiga» é um filme aparentemente apagado, por detrás do qual explode um universo de emoções e sentimentos que con-

duzem a limites extremos. Aqui, a morte. A morte de uma mulher meiga, aprisionada por uma engrenagem mental, por um comportamento social, por um sistema. Dominique Sanda é a mulher. Guy Frangin o marido, prestamista por profissão.

Ela casa-se para fugir a uma dependência económica e acaba por ir encontrar uma outra forma de dependência. «Tu não me amas», diz ela ao pretendente, «tu queres simplesmente casar comigo». «Mas ná milhões de raparigas que gostariam de ouvir esta proposta...», responde-lhe Guy Frangin. «Sim, mas há também os macacos...» O gradeamento de uma jaula une-os já. Não na disponibilidade do amor, não na liberdade. Únicamente na dependência.

Depois, será mais uma martirologia. Uma mulher e um homem que a aparência dos gestos em comum poderia fazer pensar no amor, mas que a verdade do olhar desmente. Bresson serve-se então de um tipo de planificação extremamente bem elaborada, partindo do suicídio final para, tendo sempre presente o corpo de um cadáver estranhamente belo e incorruptível, regressar ao passado e ir investigar a razão de um acto. Razão que

as imagens quase não explicam, mas deixam adivinhar. Razão íntima que as linhas de força de cada plano (e dos seus austeros enquadramentos) fazem sobressair, bem assim como as sugestões de luz e sombra, de trevas e penumbra. Dias cinzentos que apagam a luminosidade esplendorosa de um rio. O quotidiano burguês crítico do interior, extravasando de dentro para fora, revirando-se à nossa frente, mostrando as entranhas que o corrompem. E, subitamente, o cadáver e outro e está um pouco dentro de cada um de nós.

Bresson é um cineasta admirável de contenção e pudor. «Uma Mulher Meiga» atinge, todavia, um ir- respirável ambiente de sensualidade da forma mais pura e discreta que imaginar se pode. Tudo isto, contando com a inexperiência de um grupo de actores não profissionais que por vezes são francamente medíocres, descobrindo o lado falso da obra. Isto é, o seu aspecto didáctico.

«Uma Mulher Meiga»? A não perder. Nenhuma desculpa justificaria a falha. Bresson é, certamente, um dos mais importantes realizadores da actualidade.

LAURO ANTÓNIO

«Pimenta na Língua» para os que vão ao parque

Todas as noites, às 20 e 45 e às 23 horas, o público continua a esgotar as lotações do Maria Vitória, onde os empresários Giuseppe Bastos e Vasco Morgado apresentam a popular revista «Pimenta na língua!...».

A frente do elenco estão os artistas José Viana, Aida Baptista, Barroso Lopes e Dora Leal, com Nicolau Breynner, Anita Guerreiro e a atracção brasileira Rony Vally.

Octávio de Matos, no «compê», e um valioso conjunto artístico, com Mariano Franco, Carlos Miguel, Dina Maria e as jovens actrizes Tânia Mota, Sandra, Carmizé e Lia Sena, além de um escultural e alegre «ballet» internacional.

Com montagem dirigida por Hernani e Ruy Martins e um belo guarda-roupa, confeccionado nos Ateliers Pálava, sob direcção da mestra Josefina Soares e com figurinos desenhados pelo artista Juan Soutullo, a revista «Pimenta na língua!...» é, sem dúvida, o maior êxito do teatro de revista, dos últimos anos. Aos domingos, «matinée», às 16 horas.

NA CASA DA COMÉDIA

Os últimos três dias do espectáculo Valle-Inclán

Estará ainda em cena até ao próximo domingo, no pequeno Teatro de Bolso das Janelas Verdes, o Espectáculo Valle-Inclán, constituído por três obras-primas do genial dramaturgo espanhol: «A cabeça do Baptista», «Laço de sangue» e «Sacrilegio» esta dada em estreia mundial. Jorge Listopad pronunciará hoje, durante um intervalo, uma palestra sobre o tema «A crueldade no teatro», e nela examinará alguns aspectos da estética teatral de Valle-Inclán, utilizador da crueldade, num conceito diferente de um Jarry ou Vitrac, mas sem menor força ou originalidade.

Este espectáculo, de um grande interesse artístico e popular, no bom sentido da palavra, não deve ser perdido pelos verdadeiros apaixonados do teatro.

Participam no desempenho das três peças os artistas da Casa da Comédia: Manuela Machado, Maria Ribeiro, Carmo Mateus, Nazare Ferreira, Jorge Vale, Fernando Saraiva, Armindo Marques Pereira, Vicente Batalha, Igor Sampayo, Rui Teixeira e Paulo Machado. Direcção de João Osório de Castro, com música original e sonoplastia de Luís Sande Freire. Cenários e figurinos de Igor Sampayo.

No sábado e domingo realizam-se sessões às 16 horas, seguidas de colóquio. As marcações podem ser feitas pelo telefone 677299 ou directamente na Casa da Comédia, Rua São Francisco de Borja, 22, às Janelas Verdes. Espectáculo para maiores de 17 anos, subsidiado pelo Fundo de Teatro e com o patrocínio da Câmara Municipal de Lisboa.

Só até domingo o «teatro da crueldade» de Ramón del Valle-Inclán está na Casa da Comédia com toda a sua força e modernidade, constituindo um dos melhores espectáculos da temporada e a descoberta de um dramaturgo genial

Teatro MARIA MATOS

(Maiores de 17 anos)

Temperatura confortável 7.ª

SEMANA

TODAS AS NOITES

AS 21.45 HORAS

AMANHÃ, TARDE POPULAR

com a mesma tabela das

noites de 5.ª-feira

Balcão: 10\$ e 15\$ e 30\$

Plateia: 30\$ e 50\$

UM ÊXITO

QUE

O PÚBLICO

ESTÁ

A PROMOVER

RECOMEN-

DANDO

O INOCENTE

Notabilíssimo desempenho da

Companhia do T. M. M. com

Igrejas Caeiro no protagonista

Os jovens dos 17 aos

24 anos, aos sábados à tarde

e nos 2 espectáculos de

domingo, têm nas normas

habituais 50% de desconto



na Feira Internacional de Lisboa
de 16 a 23 de Janeiro

MORADIA

SÃO JOÃO DO ESTORIL

Entre a estação e a praia, construção de cimento armado, bons acabamentos, composta por salão, sala de jantar, 5 quartos, 4 casas de banho, copa, cozinha, despensa, sala de jogos, garagem, quintal, jardim, duas entradas para o jardim.

PREÇO — 1.500 contos.

MOSTRA E TRATA

«A CONFIDENTE»

Rossio 3-2.º — Telefones 369384/5/6 - 328232/3 - 361756

F. RAMADA—AÇOS E INDÚSTRIAS, SARL

Comunica a todos os seus estimados clientes, que efectua em Ovar a sua reunião do princípio do ano, em 11 e 12 do corrente. Por essa razão, as suas dependências de Lisboa e Porto, funcionam nesses dias com um número reduzido de pessoal, pedindo antecipadamente desculpa de qualquer falta que possa vir a verificar-se.

O «Diário de Lisboa» vende-se no Porto

O «Diário de Lisboa» encontra-se à venda nas tabacarias de Leça, Matosinhos, Foz, Avenida da Boavista, Carvalhosa, Carvalhido, Rotunda da Boavista, Praça Marques de Pombal, Rua da Costa Cabral, Constituição, Praça da República, Bonfim e Antas, a partir das 19 e 30, na Tabacaria do Bar-Restaurante do Aeroporto em Pedras Rubras, a partir das 20 horas.

É preciso atenuar o problema da emigração

(Continuação da 1.ª página)

motivações do processo migratório afirmou:

— Claramente se sabe ter sido a penúria de mão-de-

obra nos países europeus mais industrializados — num contexto de desigualdade de níveis médio, relativos de vi-

da — o motor fundamental destas migrações de motiva-

ção predominantemente económica, em que nos viemos a inserir.

Maís adiante, o ministro falou dos «aspectos positivos» (valorização individual, pro-

moção social, etc.) da emigração, salientando depois os «aspectos negativos» (sagria demográfica de indivíduos na pujança da vida, com a perda transitória ou

definitiva, do capital humano e do custo absoluto da sua formação, etc.).

O dr. Rebello de Sousa entrou, seguidamente, em considerações sobre a tarefa do

Secretariado Nacional da Emigração («incumbido não só de coordenar, mas também de dinamizar todos os serviços e acções responsáveis pela política de emigração»).

Disse, nomeadamente:

— Haverá que proceder à revisão e actualização de toda a antiga legislação existente, reunindo-se tanto quanto possível as normas vigentes, num texto único.

Referiu, depois, a necessidade do «incremento do apoio à fixação no Ultramar» e informou que «a corrente tradicional para o Brasil beneficiará de tratamento favorecido».

«O ajustamento da economia à população»

O ministro disse, ainda, que o Secretariado «deverá desenvolver ampla divulgação do País das questões suscitadas pela emigração». Assim, apontou uma «racional política de emprego como solução para atenuar o fenómeno», dizendo que «o Governo busca o ajustamento da economia à população».

A finalizar, disse:

— O «desequilíbrio regional» fez-se sentir mais acentuadamente nos últimos anos e impunha-se e impõe-se por razões políticas, económicas e sociais, empreender o nosso desenvolvimento na correspondente resposta e satisfazer as exigências cada vez maiores de uma sociedade industrial moderna para que nos encaminhamos decididamente.

O discurso do secretário

Ao usar da palavra, por sua vez, o dr. Américo Sáragga Leal depois de afirmar que «a emigração é, de há longos anos, uma constante na nossa vida económica e social», disse:

— Há que ser realista e aceitar que, sobretudo enquanto o nível do nosso desenvolvimento económico não permitir dispor do número de empregos necessário para equilibrar as nossas potencialidades no domínio da mão-de obra, e oferecê-los em condições de remuneração que desencoragem, para além dos casos esporádicos sem expressão, qualquer fluxo emigratório, essa constante permanecerá no quadro das nossas preocupações.

Disse, a certa altura:

— A emigração clandestina tem assumido proporções desmedidas e injustificáveis — injustificáveis até porque grande número dos indivíduos que emigra clandestinamente poderia ter saído legalmente do País com toda a tranquilidade, e todas as regalias que daí lhe adviriam. A clandestinidade, para além da baixa exploração de que o emigrante é vítima mesmo antes da partida, e das condições, tantas vezes dramáticas, em que se desloca, traz consigo implicações da maior gravidade.

Finalmente, o dr. Sáragga Leal definiu, concisamente, os pontos que hão-de nortear o organismo: estudo dos problemas concernentes à emigração como base de informação a levar ao Governo; dinamização do processo de emigração pela sua eventual simplificação e pela reorganização dos Serviços; intensificação da acção de apoio aos emigrantes e suas famílias; defesa dos interesses dos emigrantes pela negociação de acordos internacionais.



CONNOSCO,
PISA
TERRENO
SEGURO!



BANCO ESPÍRITO SANTO E COMERCIAL DE LISBOA

onde cada um conta mais do que a sua conta



CANAL DA CRÍTICA

por MARIO CASTRIM

UM HOMEM SÓ... E MAL ACOMPANHADO

1 — Há uma boa dúzia de anos, quando nasceu, já «UM HOMEM SÓ» era uma peça velha. Chama-se velho, em arte, aquelas formas que recusam o mínimo fermento de revelação. A peça de Costa Ferreira pavoneia-se de todos os ingredientes de entradas e saídas, de grande gesticulatória, de espampanância palra-tória, de críbiaz-nha à bela sociedade — que foi, em determinada época, uma boa maneira de apaziguar a consciência ou qualquer coisa parecida com isso. A consciência dos outros, está bem de ver.

Em vão se aguardou, durante toda a noite, um golpe de teatro, ou seja: um apontamento que reconduzisse o público do nosso tempo a um ponto onde se avis-asse teatro criado. Em vão. Foi sempre teatro lmitado o que se viu.

Peça velha há uma dúzia de anos, fal-tava-lhe, no entanto, esta versão tele-visiva para se comprometer definitiva-mente com a velhice. Nada como a tele-visio para dar umas boas cerolias. Com atilhos.

E, no entanto...
2 — No entanto, ao mesmo tempo em que escrevo estas palavras sabido-nas, tomo consciência de que estou colo-cando uma questão pessoal, como se hou-vesse um caso pessoal entre mim e este género de peças, com esquecimento do mais important: a situação de «Um Ho-mem só» no conjunto da programação das «noites de teatro», frente à experiên-cia teatral de milhões de telespectadores.

Para além da forma envelhecida da peça de Costa Ferreira, existem elemen-tos capazes de significar alguma novi-dade para o grande público da televisão. Não se vê com muita frequência fazer-se, como se fez ontem, a denúncia de cer-tos «bons sentimentos» — que outra coisa não são, as mais das vezes, senão a co-beratura de situações, de privilégios, de interesses. Raramente a instituição fa-miliar da alta burguesia terá sido tão duramente posta à prova como em «Um homem só». O amor praticado em certas esferas aparece-nos, a uma luz que, para muitos telespectadores, será crua, será, mesmo, violenta. O próprio amor de mãe não escapa à moléstia que lhe pega uma sociedade crua em sua origem.

Depois desta peça será muito difícil argumentar-se com a desculpa dos 12 anos para a geral mediocridade das pe-ças. A verdade é que na televisão por-tuguesa nunca se fez muito caso disso, a não ser como desculpa. Ontem, porém, era um autor português, eram palavras portuguesas, e até os nomes — oh, es-panto! — eram do Lusitano mais corrido: Santos, Conceição, Maria Joana, Maria

Luisa...

3 — Tais aspectos positivos, na medida em que reenxiam o telespectador à rea-lidade, à observação, não fazem esquecer outros aspectos deseducadores do gosto do público: a verborreia literatessa, a to-tal ausência de oralidade, denunciada pelos no entanto, pelos porém, pelas fra-ses corpidas e bem ordenadíssimas. E, o que é pior, uma certa filosofia barata e perigosa — como aquele conceito se-gundo o qual «ser livre é não depender dos outros homens», ou aquele peregrino pensamento: «a liberdade é apenas o direito de escolher uma prisão».

Aborrecida e enjoativa a pregação da boa moral, sermos bonzinhos, auxiliar-mo-nos uns aos outros, na vida só in-teressa aquilo que damos, etc. Ou muito me engano, ou Costa Ferreira foi escutei-ro. Nota-se pelo seu constante pendor de querer ajudar a velhinha a atravessar a rua.

Outro senão, este mais grave, é o ca-rácter titereiro das figuras principais, muito embora pudessem estar correcto o seu racioar ou o seu comportamento, aqui e ali. Não se vive de conceitos. A uma figura de barro há que soprar-lhe a alma, há que dar-lhe ânimo, se a queremos viva. Foi isso que Costa Ferreira não conseguiu fazer. O banquete mauzão de repente até fica mui compreensivo para o criado Garcia. (Sei de uma história assim acon-tecida com um lobo, mas esse conver-teu-se na noite de Natal, o que está jus-tificado). Carlos da Conceição, o filho natural, passou trinta anos a gozar que nem um bicho, e de repente odeia quem lhe proporciona todo o bem-estar, e de repente quer vingar-se, e depois já não se quer vingar, e ele, que nunca pensou em fazer o bem, sente de súbito uma grande vontade de se dar ao próximo, e até consegue desarticular umas frases cat-tólicas.

4 — Deixemo-nos de compreensões evangélicas: a peça foi uma estopada, popularizada nas muitas lágrimas, nos muitos esgares, nas grandes mãos que se apertam, nas grandes e ridículas afir-mações. De súbito, quando se estava a passar em cena o cacaracá denunciador do ovo dramático, acontece em mim uma grande vontade de rir.

Não, meu caro Costa Ferreira. O pú-blico não se educa fora da qualidade est-ética. Qualquer pretensão contrária a isso gerailusões que se pagam muito caro, e que em geral se voltam contra quem as criou. O grande amor à casa do povo é inseparável, em arte, do apuramento da arte. Para se chegar ao povo é ne-cessário subir a arte. O contrário confunde-

-se com oportunismo.

Acesso, ainda, que a culpa não será totalmente do autor. O realizador Olivei-ra e Costa tem grande peso nos ombros: por não ter sabido dirigir os actores: confiou cegamente neles, deixou andar — e acabou por ficar amarrado de pés e mãos. Raramente nos deu um grande plano? Mas não podia fazer outra coisa. Diante dos excessos declamatórios, Oli-veira e Costa retraiu-se, compreensivel-mente: um grande plano, ali, não seria pimenta — seria nitroglicerina.

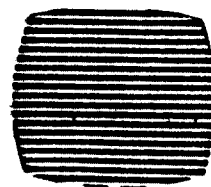
5 — Grande interesse desta peça resi-dia no trabalho de Gamboa. Foi mais do que um mau trabalho: foi péssimo, foi insuportável. Os ataques estentóricos, o recurso à «presença dominadora», o arfar ruidoso, a voz tremidinha na frigideira — tudo isso nos deu Gamboa em doses letais. Pelos vistos, e infelizmente, a es-cola de Alves da Cunha ainda não mor-reu.

Com tudo isto, porém, é indubitável que a natureza de grande actor de Gam-boia veio ao de cima também com alguma frequência.

Não tenho vontade nenhuma de falar de Adelina Campos. A sua presença foi de sinal negativo do primeiro ao último gesto. Nem ao menos um clarão de natu-ralidade, de saber estar ou saber dizer.

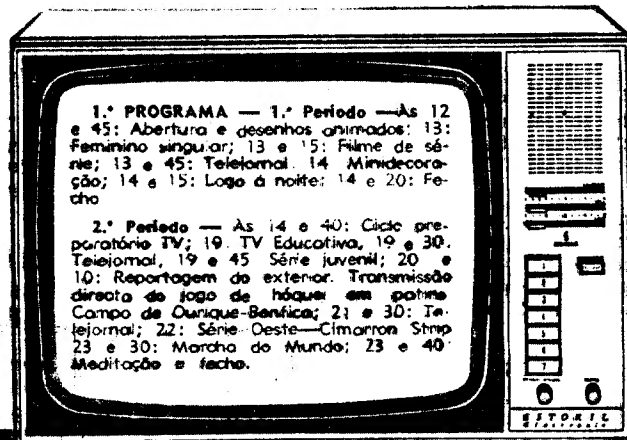
Se alguma surpresa houve, aconteceu com Mário Pereira (também um pouco com Glória de Matos, embora incerta de onde em onde). Perdidos os seus tiques, o viciado ritmo da linguagem e o tom declamatório-conservatório, Mário Peri-ra pareceu-nos ser o que melhor enten-deu o comportamento e as exigências de um actor de televisão, sempre que não foi contagiado pela goooooorja de Gam-boia. A caracterização e a realização não o ajudaram muito, valha a verdade. Mas o tom directo, seco, o ar de quem falava, eis uma vitória para a experiência do actor de televisão.

Esperemos que a Metrol descubra em Portugal outros dramaturgos além de Costa Ferreira. Se procurar bem, até tal-vez encontra. Encontra, posso garantir. Numa televisão portuguesa, a produção portuguesa não deve servir apenas para dar cor local: deve ser fundamental.



TV dia a dia

HOJE PODE VER .



SIEMENS ESTORIL
electronic

AMANHÃ PODE VER ...

1 PROGRAMA — As 12 e 45: Abertura; 12 e 45: Desenhos animados; 13 e 45: Telejornal; 14: Dó Lá Si; 14 e 25: Directamente de... Garmish, programa de danças no gelo; 16: Série juvenil; 16 e 25: TV infantil, «Os Pucelofes» — A Casota do Gaspar; 16 e 50: Desenhos animados, Kimba; 17 e 20: As flores e o seu mundo; 17 e 45: Programa feminino; 18 e 10: Estúdio sem marcação; 18 e 35: Teledesperto; 19: Calaz TV; 19 e 30: Telejornal; 19 e 45: Ao serviço da Nação; 20 e 10: ...E a vida continua... pelo rev. padre Teodoro Marques da Silva; 20 e 35: Série juvenil, «Skippy»; 21: Frente a frente; 21 e 30: Tele-jornal; 22 e 5: Folhetim — «O pequeno mundo de Marie-Plaisance»; 22 e 35: Variedades, com a participação do conjunto «Aguariva»; 23 e 20: Marcha do Mundo; 23 e 25: Meditação e Fecho.

II PROGRAMA — As 21 e 30: Te lejornal; 22: Noite de cinema — «Cyrene de Bergerac», com José Ferrer, Mala Powers, William Price, Morris Cernone-ky, Ralph Clanton, Lloyd Corrigan e Virginia Tanner; 23 e 30: Fecho.



TUDOR

pilhas para iluminação

PROGRAMAS DE HOJE

EMISSIONA — 1.º Programa
— 451 m — 665 kc/s — As 16: Notícias; 16 e 05: Pro-grama da juventude; 17 e 30: Vida e trabalho; 18: Sinal ho-siário — Notícias — Resumo do programa; 18 e 05: Ao en-contro da melodia; 18 e 30: Conjuntos ligeiros; 18 e 30: Melodias do cinema; 19 e 05: Cantos dos espectadores; 19 e 15: Passatempo musical; 20: Diário sonoro; 20 e 20: Um in-strumentista... Fauts Papetti; 20 e 30: 5.º Episódio do folhetim «Encruzilhadas»; 20 e 50: O organista... Chery Wainer; 21: Momento 71; 21 e 20: Ao sa-bor da fantasia; 22: Música da Europa; 23 e 05: Grande desfil-te; 24: Fecho

2.º Programa — 397 m — 755 kc/s — As 16: Cálculo do Barroco Italiano; 16: Sinal do «Disco» (Nivaldi); 16 e 45: Mu-sica de vanguarda — Nomos

Alpha (Xenakis), em violoncelo solo por Pierre Penassou; 17 e 05: Danças húngaras n.º 11 e 21 (Brahms), a dois pianos, por Julius Katchen e Jean-Pierre Marty; 17 e 30: O compositor do mês — Haendel; 19: Música Portuguesa; 19 e 45: Ária e variações, em a bemal maior (Haendel). Grava. Li Stadelman; 20: Diário sonoro; 20 e 20: So-las de viola dedilhada — Obras de Granados — La Maia de Goya (Granados-Liabet) por Al-fredo Diaz — Dança Espanhola n.º 10, por Narciso Yepes; 20 e 30: Concerto Hammonia, sob a direc-ção de Friedrich Wilhelm Var-ner, e preenchida com canções populares; 20 e 49: Solo de piano, por Jacques Février — Rapsódia op. 79, n.º 1 (Johan-nes Brahms); 21: Concerto sin-fónico — 1.ª parte; 21 e 52: Canções de Schubert; 22: Con-certo sinfónico — 2.ª parte; 23 e 46: Resumo do programa

RÁDIO CLUBE — 290,13 m — 1034 kc/s — As 16 e 04: Programa C. D. C.; 16: Eto e o seu mundo; 16 e 21: Ritmos em contraste; 18 e 30: Lisboa à tarde; 19 e 15: Contraponto; 19 e 30: Rádio Jornal; 20 e 07: 45 Rotações; 20 e 30: Semana 71; 21 e 05: Canções de Portu-gal; 21 e 05: O Olivo falo con-vos; 21 e 15: Música para me-diatar; 21 e 32: Lusoalca; 22 e 30: Quando o telefone toca; 23 e 05: Grande rede; 0 e 02: af.

8. X. — 2: Contacto; 3 e 02: A noite é nossa; 6 e 02: Diário rural; 7 e 03: Telemé
Moderação de frequência — 97,4 mc/s — As 16 e 04: Pro-grama C. D. C.; 17 e 57: O nosso programa; 19 e 04: Em árbitra; 21 e 02: Boa noite em FM; 22 e 02: Programa da Gé-Gô; 0 e 02: Em árbitra-dos; 1 e 02: Diário sonoro; 2 e 02: Perspectiva; 3 e 02: Fecho

Emissor de Miramar — 383,6 mc/s — 782 kc/s — As 16 e 04: Programa C. D. C.; 18: De-posit do chá; 18 e 30: Eto e o seu mundo; 18 e 45: Minicélebridade; 19 e 03: Miscelânea; 19 e 17: Conjunto; 19 e 30: Estúdio 64; 20 e 10: Noite dia a dia; 21 e 05: 56-vádio; 21 e 40: Orquestras; 21 e 45: Men-sageiro do Evangelho; 22 e 03: Primeiro plano; 22 e 15: Novas de alegria; 22 e 30: Corres-pondência; 23 e 02: Clube do Ju-ventude

ESTUDANTES!
IV CONCURSO ESCOLAR
DE PINTURA E DESENHO
CINNE
REGISTAR: ATÉ 31/MARÇO/71

CENSURA AOS FILMES E CINECLUBES

— DOIS DOS PROBLEMAS HOJE ABORDADOS NA ASSEMBLEIA NACIONAL

«A possibilidade de vermos em Portugal o cinema que a Europa vê» foi desejada pelo deputado Francisco Balsemão, ao intervir, hoje, na ordem do dia dos trabalhos da Assembleia Nacional, sobre a proposta de lei de protecção ao cinema nacional.

O referido deputado, um dos três inscritos para usar da palavra no período da ordem do dia, criticou abertamente vários aspectos da proposta governamental, e exprimiu o desejo de que, apesar das limitações encontradas, a futura lei torne viável. «Fazemos em Portugal um cinema que retrate e exprima, quem e além-fronteiras, os nossos anseios, a nossa realidade, o nosso mundo» e, também, «um factor de aproximação entre as pessoas e de esclarecimento das suas interrogações».

«O ostracismo a que, durante muitos anos, Portugal foi

cinematograficamente votado» invocou-o o orador, para explicar, em parte, o aheamento que tem sido detectado no hemisfério, a propósito das propostas de lei em discussão. «O bom cinema internacional não podia ser exibido no País por ser considerado subversivo ou pornográfico».

Disse o deputado: «O cinema produzido em Portugal foi-se acomodando, com honrosas mas raras excepções, a uma conjuntura medocrada, desculpada amilude pelos impedimentos derivados da censura aos espectáculos. Os poucos filmes de qualidade, nacionais ou estrangeiros, que até nós chegavam, recebiam, regra geral, mutilações que alteravam ou destruíam a sua mensagem social e o seu valor estético».

«Entre 1964 e 1967, dos 1301 filmes que, na Metrópole, os distribuidores passaram a apresentar à censura, 145 foram totalmente reprovados

(e note-se, a título de curiosidade, que, destes, 29 puderam ser exibidos em Angola ou Moçambique) e 693 só foram autorizados com cortes», afirmou o deputado Francisco Balsemão.

Noutro passo do seu discurso, o deputado Francisco Balsemão manifestou a sua estranheza pelo facto de não se tocar no «problema» — essencial, como já se demonstrou — da censura aos filmes e por não serem «directas e inequívocas as referências aos cine-clubes, que, lutando muitas vezes contra a indiferença ou a hostilidade oficial, tanto têm feito pela expansão do cinema em Portugal».

«Quanto à censura — sublinhou o deputado Francisco Balsemão — parece querer manter-se a situação actual, mercê da qual o júri de recurso das decisões da Comissão de Exame e Classificação dos Espectáculos é constituído pelos mesmos elementos que proferiram a decisão condenatória de um filme inteiro ou que ordenaram os cortes parciais».

Por fim, o orador desejou que o projectado Instituto Português de Cinema seja dotado de personalidade jurídica e de relativa independência em relação ao Governo. O deputado registou, ainda, que, em Portugal, 25% dos concelhos, abrangendo um milhão de habitantes, não têm cinema».

Outros parlamentares inscritos para falar, na ordem do dia, foram os deputados Peres Claro e Leal de Oliveira.

ALBERTO ALARCÃO: «Um verdadeiro seguro florestal»

Por seu turno, intervindo no período antes da ordem do dia, o deputado Alberto Alarcão saudou a publicação do Decreto-Lei n.º 488/70, de 14 de Outubro último, que, pela primeira vez, adopta legislativamente em Portugal, «medidas de prevenção, detecção e extinção dos incêndios florestais», e pediu providências tendentes a completar as medidas governamentais.

Entre outros pontos de interesse, inspirados na lei espanhola sobre incêndios florestais, o orador sugeriu a criação de um «verdadeiro seguro florestal».

«Poderia, inclusive, justificar-se, á semelhança da vizinha Espanha, a criação de um «fundo de compensação

de incêndios florestais», através do qual se satisfariam quantos nela colaborem. Por esta forma se fomentaria a criação de um verdadeiro «seguro florestal», que, nos dados e estudos que viessem a ser coligidos e realizados, en- contraria elementos e mate- rial para seu posterior desen- volvimento e expansão».

de incêndios florestais», atra- dentes pessoais sofridos por- quantos nela colaborem. Por esta forma se fomentaria a criação de um verdadeiro «se- guro florestal», que, nos da- dos e estudos que viessem a ser coligidos e realizados, en- contraria elementos e mate- rial para seu posterior desen- volvimento e expansão».

FIM DE TARDE EM S.BENTO

★ As presenças nas sessões da Assembleia Nacional continuam a aumentar, lentamente. Ontem responderam à chamada 83 deputados. Bem bom.

★ No período antes da ordem do dia, assumiram particular importância as intervenções a propósito do plano de reformas do Ensino, apresentado ao País pelo ministro Veiga Simão.

★ O primeiro foi o deputado Pinto Machado, que agradeceu a Marcello Caetano e Veiga Simão «por finalmente se anunciar, no domínio da educação, a abertura ao acesso a caminhos que — verificados outros condicionamentos — poderão levar à construção de uma sociedade portuguesa mais progressiva, mais personalizada, mais adulta, mais livre, mais justa, mais feliz». Esclareceu de entrada, não ser o seu obrigado «um obrigado servil, subserviente e amorfo, saído de quem se coloca perante o Governo na posição de subordinado, vas- salo, objecto, coisa...».

★ O orador acentuou depois que os extremismos antagónicos ameaçam paralisar o País, «o que, nos tempos celeremente evolutivos de hoje, é morte». Exemplificou: «Para um, tudo o que está é mau, só porque está; para outro, só porque está, tudo o que está é bom. Um crê cegamente — ou finge crer — no mito do aparecimento automático de uma sociedade de irmãos ao suprimir a propriedade privada dos meios de produção; outro, não querendo perder o mínimo do seu ter e do seu poder, identifica o bem comum com o bem próprio e resiste de mil maneiras à menor tentativa de evolução».

★ Interrompendo o seu colega, o deputado Miller Guerra saudou o ministro da Educação Nacional «pelo arrojo que teve em propor uma reforma que, se ver a ser executada, é das reformas mais importantes da história da cultura nacional». O prof. Miller Guerra acrescentou, entre muitos apoios, ser preciso que outros departamentos do Estado apresentassem reformas da mesma amplitude e profundidade «para que o País ficasse sabendo qual é a imagem

do futuro e não se habituasse a pequenas reformas, ou reforminhas dispersas, perdendo por completo a perspectiva da evolução».

★ Depois de louvar o prof. Veiga Simão por não ter hesitado em expor à crítica nacional as reformas que concebeu, o prof. Miller Guerra fez um reparo. Em seu entender, a autonomia administrativa é financeira a dar às universidades dar-lhes-á «mais força e, portanto, novos motivos de enclausuramento dentro das estruturas que as solidificam e petrificam. O caminho deverá ser outro, paralelo com o primeiro: a fundação de novas universidades, que concorram e estimulem as universidades tradicionais e estáticas».

★ A «Assembleia Nova» reagiu bem a este espírito reformador, que começa no Governo, e fez ecoar os seus «apoios», com particular firmeza, no hemiciclo.

★ Também o deputado Oliveira Ramos, ao reclamar rápidas providências para a melhoria da rede rodoviária e ferroviária do distrito de Braga (com alusão mais directa ao caso da ponte de Vila do Conde), elogiou o plano de educação anunciado pelo prof. Veiga Simão e lembrou o interesse e a oportunidade de encarar a fundação de estudos superiores oficiais na cidade minhota.

★ Na ordem do dia — a discussão na generalidade das propostas de lei sobre teatro e cinema — o deputado Moura Ramos falou do cinema como «uma arma terrivelmente perigosa» e disse ainda que «a maioria dos filmes oferece inconvenientes físicos, morais ou pedagógicos». Terminou, porém, e inesperadamente, aprovando na generalidade a proposta de lei.

★ Falando dos problemas do Teatro Português, já com alguma atenção da Câmara, o deputado Silva Mendes fez algumas considerações e reparos ao projecto de lei, que aprovou na generalidade.

MANUEL DE AZEVEDO

LOTARIA DE REIS

A primeira extracção extraordinária do ano, vulgarmente designada por Lotaria dos Reis, iniciou-se hoje ao meio-dia, na Santa Casa da Misericórdia, tendo-se realizado pela última vez a sexta-feira.

O primeiro prémio coube ao número 13 414 (9000 contos); o segundo ao número 46 267 (900 contos); e o terceiro prémio ao número 5808 (300 contos).

Como há dias noticiámos, este ano, a extracção, que habitualmente ocorria às sextas-feiras, passa a efectuar-se às quintas-feiras, pelas 12 horas.

NUMEROS PREMIADOS

13414 — 9 000 000\$
46267 — 900 000\$
5808 — 300 000\$

APROXIMAÇÕES AO 1.º PRÉMIO

13413 — 31 050\$
13415 — 31 050\$

PRÉMIOS DE 48 000\$00

2360; 7766; 8801; 8910;
11357; 14733; 15384; 17395;
22342; 25345; 25407; 32618;
33951; 34090; 38256; 39125;
44150; 47178; 48094; 48646;
53698 e 55058.

PRÉMIOS DE CENTENA (1800\$00)

5801 a 5900; 13401 a 13500 e 46201 a 46300

PRÉMIOS AOS ALGARISMOS FINAIS

Todos os números cujos três algarismos finais sejam 414 são contemplados com 3300\$00, em cada bilhete. Os terminados em 267 e 808, são contemplados com 2700\$00 e os terminados em 048, 145, 162, 266, 357, 428, 522, 628, 725 e 753, com 1800\$00. Por sua vez, os números cujos dois algarismos finais sejam 14, são premiados com 1500\$00 e os terminados em 08, 20, 45, 67 e 71, com 900\$00. Por último, todos os números cujo último algarismo (terminação) seja 4, têm direito a 600\$00, de prémio, também em cada bilhete.

Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial.

BOM APETITE

TONI DOS BIFES

Av. Praia da Vitória, 50 - A
Telef. 536080

AMANHÃ
FEIJOADA À PORTUGUESA
DOMINGO
ARROZ DE PATO NO Forno
Diariamente SARRABULHO
ABERTO AOS DOMINGOS

SOLAR DO MINHO

Rua d. Vigário, 60 — Alfama
(St. Estêvão) — Tel. 866811

COZINHA MINHOTA
ALMOÇOS e JANTARES
cada dose 20\$00

PROGRESSO

Restaurante * Snack-Bar
* Pastelaria
R. Barata Salgueira, 1
Telef. 40 5
Aos domingos especialidade do caso
ENSOPADO DE ENGUIAS
e COELHO A CAÇADOR
SERVEM-SE LANCHES
DE CASAMENTOS

JANTE NA TARANTELA

EM AMBIENTE FAMILIAR
Largo D. Estefânia, 22
SALA NO 1.º ANDAR PARA
LANCHES DE CASAMENTOS

RESTAURANTE

QUINTA DE S. VICENTE

Telheiras de Cima, 144
Telef. 790211

JANTARES
DANÇANTES
AOS SÁBADOS
E DOMINGOS
c/ conjunto privativo
AMBIENTE
DISTINTAMENTE
FAMILIAR
Premiado pelo S. N. I.
(Maiores de 5 anos)

APÓS AS REFEIÇÕES — CHAVE D'OURO — O MELHOR CAFÉ

PRÉDIOS
ANDARES
MORADIAS
QUINTAS E
TERRENOS

COMPRAM-SE

ORCOSI

Rua 1.º Dezembro, 45-3.
LISBOA

Em ALGÉS o «DIÁRIO DE LISBOA» vende-se na Labacaria do Café Caravela d'Ouro.

BOITE

M/21 anos

Teigide

SENSACIONAL
«SHOW»

Conjunto: JOSÉ PEDRO

— WILSON DE VASCONCELOS

— BALLET SANTIAGO DANCER'S

— Em estrela BEATRIZ DA CONCEIÇÃO

Largo Biblioteca Pública, 18-20 — Tels.: 35328/362123

EMPREGADO

Precisa firma importadora de ferramentas para serviços de importação, cálculos, de preferência com conhecimentos de Inglês e Francês. Carta manuscrita indicando ordenado pretendido.

Resposta a este jornal ao n.º 682.

INDUZIA MENORES A ROUBAR BICICLETAS MAS FOI DESCOBERTA PELA POLÍCIA

A P. S. P. prendeu, para averiguações, Idalina da Silva Mendes, moradora no Largo da Paz, 22, 1.º, esquerdo, acusada de ter induzido dois garotos — um dos quais seu

irmão — a roubar duas bicicletas que estavam na garagem do sr. Leopoldo Henrique Heeren, residente na Rua Fernando Lopes Castanheira, 10. O furto das bicicletas ver-

ficou-se na véspera de uma semana. Passados dois dias, a Idalina apresentou-se em casa da vítima a quem informou saber do paradeiro de uma das máquinas, prontificando-

se a acompanhar o sr. Leopoldo ao local indicado. Dada a atitude da Idalina, a vítima ao agradecer-lhe a informação declarou que, caso ela encontrasse a outra, lhe daria 500 escudos. Ontem, ao saber que o sr. Leopoldo se dirigiu à P. S. P. a fim de participar o furto, Idalina procurou-o e indicou o local onde se encontrava a segunda bicicleta. Uma vez recuperada aquela, dirigiram-se os dois à P. S. P. a fim de o primeiro retirar a queixa e a segunda receber o prémio prometido. Na esquadra, porém, o graduado de serviço não acreditou na história da rapariga, pelo que procurou que a mesma se explicasse melhor. Ao fim de duas horas, ela acabou por confessar o seu acto, recolhendo aos calabouços do Governo Civil.

ora diga-nos...

— Quantos caloríferos tem em casa?

Fez frio... e os caloríferos tiveram grande procura no mercado.



● A sr.ª D. Maria Augusta Tavares Ribeiro, empregada bancária, afirmou:
— Um, mas é insuficiente. Tenho dez divisões. Melhor, tenho dois: um calorífero a gás e outro a electricidade. Uma botija nem chegou para 15 dias...



● Por fim, disse-nos a cabeleireira sr.ª D. Dionísia do Rosário Zoiro:

— Um; é bom, bastante grande, mas tenho de andar com ele de um lado para o outro.



● Respondeu-nos a sr.ª D. Maria Angélica Bispo, auxiliar de enfermagem:

— Tenho um. Eléctrico.
— E chega?
— Bem, a família é pequena...

ESCOLA DE TOUREIO

No gínasio dos Bombeiros Voluntários Lisbonenses reabriu a escola de toureio do «Sector 1», que tem como professor o bandarilheiro António Garcia.

Da escola do «Sector 1» saíram alguns jovens novilheiros, como Gilberto Belchior, Carlos Pimentel e Carvalho Rosa, e outros estão em «rodagem». Assim as empresas animam mais os novilheiros, ainda que em Espanha lhes esteja sendo dificultada a vida, com a abundância de espectáculos apenas com cavaleiros.

O SONO DOS CIDADÃOS

Do nosso leitor sr. António Manuel de Almeida Vidória, residente na Rua Vitor Bastos, em Lisboa, recebemos a seguinte carta, em que aborda um problema que dita a dia — aliás, noite a noite — ganha maior acuidade em certas zonas da cidade:

Sr. director: «Em primeiro lugar vinha pedir-lhe veementemente que permitisse a publicação desta carta, pois trata-se de um problema verdadeiramente humano, que interessa não só a um casal, mas sim a milhares, especialmente na área de Lisboa. Refiro-me ao desprazo absoluto que se nota, há uns anos para cá, pelo sono e sossego dos munícipes. A minha rua (Vitor Bastos), em Campolide, é um genuíno protótipo desse imbróglio infernal, que a desoras avassala a nossa querida Lisboa. Indivíduos que descem as escadas à 1 hora da madrugada, e às vezes mais, em autêntica algazarra, que continua na rua; carros que à 1, 2 e 3 horas abalam o populoso bairro com o abuso do tubo de escape, transformando ruas tranquilas, ordeiras, civis, em verdadeiras pistas de corrida; pessoas que, com

extrema falta de amor próprio pelo próximo, ouvem a televisão com o som alto depois da meia-noite, etc., etc.
Eu e a minha mulher temos um filho de 1 ano, que constantemente acorda durante a noite, excitado com essa barulheira. Calcule V. qual é o esforço de um casal, que é obrigado a passar noites de vigília pela falta de civismo dos seus concidadãos, para de manhã erguer-se e suportar um dia intenso de labuta, tanto no emprego como no lar.

Ao escrever deste novo ano, sou induzido a formular as seguintes inquirições, para as quais peço a meditação dos responsáveis: se existe uma lei que proíba, da meia-noite às sete horas da manhã, os cidadãos perturbarem o sossego e o sono dos seus semelhantes, porque não é essa lei cumprida? Porque não zelam as entidades competentes pelo cumprimento da mesma? Como podem os munícipes serem práticos e contribuírem com a sua produtividade para o progresso social da Nação, se lhes faltar o elemento vital e imprescindível para o bom funcionamento físico, fisiológico e psíquico do seu organismo que é o sono?»

o fado e o folclore — restaurantes típicos

ADEGA MESQUITA

cantam: Odete Mendes, Maria Amélia Proença, Fernanda Pinto, Alcindo de Carvalho e Francisco Martinho. Tocam: Jaime Santos e António Proença * Rua «Diário de Notícias» 107 * Telefone 328307.

PARREIRINHA DE ALFAMA

cantam: Argentina Santos, Julio Peres, Lina Maria Alves, Natalino Duarte, Flora Pereira, Leonor Santos e Susana da Conceição. Tocam: Manuel Martins e Miguel Ramos * Consumo mínimo 50\$00 * Beco do Espírito Santo 1 * Telef. 868209.

TAVERNA DO EMBUÇADO

elenco: João Ferreira Rosa, Vicente da Câmara, João Braga, Ana Rosmaninho e António de Mello-Correia. Tocam: Fontes Rocha, José Luís Nobre Costa e Pedro Leal * Encerra aos domingos * Consumo mín. 90\$00 * Beco dos Cortumes, 10 * Telef. 860816

MARCIA CONDESSA

cantam: Teresa Nunes, Norberto Martinho, Fernando Manuel e António Reis. Artistas convidados:

Cândido da Conceição, Julieta Maria e Aurora Sobral. Tocam: Alberto Vilar e António Pessoa * P. da Alegria, 58 * Tel. 367093 * Encerra à segunda-feira.

SOLAR DO MINHO

Cozinha minhota. Todos os dias almoços e jantares * Dose: 20\$00 * Rua do Vigário, 60 * Telefone 866811.

FOLCLORE

elenco: Aminda Vidal, Fernando Guerra, Julieta Brigue, Lidia Ribeiro, Mariana Rosa, América Lima, António Chaiinho, Fernando Ribeiro, José Maria Nóbrega, Aveilino, Rodrigues, Fernando Matos e Corpo de baile constituído por 20 elementos e dirigido pelo coreógrafo António Gonçalves * Cons. mín. 120\$00 * Taxas incluídas * Rua Nova da Trindade, 22-A * Telef. 35007-323406 * Encerra ao domingo.

TIMPANAS

cantam: Trio Odemira, João Fernando, Emília Reis, Luís Braga e Benvidade Cruz. Tocam: Pedro

Caldeira Cabra e Fernando Alvim. Danças pelo Grupo Típico de Vila Franca de Xira. Conções do Minho por Quim Barreiros * Cons. mín. 61\$50 (taxas incl.) * Rua Gilberto Rola 24 * Telefones 676655-672431.

A SEVERA

cantam: Florinda Maria, Maria Amorim, Maria Portugal, Manuel Fernandes, António Pires e José Amaro. Tocam: Carvalhinho e Pais da Silva e ainda o conjunto «Aguarela de Portugal» * Rua das Gáveas, 57 * Telef. 384006 * Encerra à quinta-feira.

MIL E UM

cantam: Henrique Manuel, Fátima do Rosário, Zília Maria, Fernando Machado, Maria Eva, José de Barros, Artur dos Santos e Moisés Campos. Tocam: Alfredo Alves e Joaquim Pinto * Cons. mín. 40\$00 * Travessa da Espera, 8 * Telefone 35464 * Encerra às 5 da madrugada.

LUSO

elenco: Maria da Fé, Fernando Mouricó, Glória Maria, Augusto Ermida, Pinho Sérgio (em fados

de Coimbra), Domingos Camarinha (guitarra) e Jorge Borradas (viola). Conjunto privativo de Danças Regionais, dirigido por António Cunha * Trav. da Quelmada, 10-16 * Telefones: 362889-328503

VIELA

cantam: Sérgio, Berta Cardoso, Beatriz Ferreira, Conceição Tavares e Lisete Maria. Tocam: Torquato Lopes e José Inácio * Cons. mín. 50\$00 * R. das Taipas, 14 * Tel. 327256

A KAVERNA

cantam: Celeste Maria, Tina Santos, Renato Mota. Tocam: Armando Mota e José Maria Carvalho * Cons. mín. 90\$00 * Travessa dos Filis de Deus 37 * Telef. 35593

LAR PORTUGUÊS

cantam: José Borges, Dina Cardoso, Armando Miranda. Folclore pelo Conjunto Típico do «Lar Português» * Conc. mín. 50\$00 * R. da Barroca, 133 * Telef. 36960 e 30532 * Encerra às terças-feiras

SOLAR DA MADRAGOA

cantam: César Morgado, Maria Amélia Proença, Maria de Lourdes e Judite Teixeira. Tocam: Sales Correia e Agostinho Dias * Cons. mín. 30\$00 * Rua das Trinças, 67 * Telef. 669857 * Encerra ao domingo

ADEGA MACHADO

cantam: Esmeralda Amosado Ivetes, Pessoa, Nazaré Maria, José Vilela, Tina Ferreira. Fados de Coimbra por João Queiroz, Trio Arautos. Fandango pelo Grupo de Vila Franca de Xira. Tocam: Jorge Fontes e Manuel Martins * Cons. mín. 70\$00 * Rua do Norte, 91 * Telef. 30095-328713 * Encerra à segunda-feira

O ARABITA DE ALFAMA

cantam: Leonor Macedo, João Cabral, Rossana Lima. Tocam: Acácio Gomes e Armando Ferreira * Encerra aos domingos * Rua da Adiga 9 * Telef. 86345

O FORCADO

cantam: António Rocha, Mariana Silva, Coelho de Jesus, Miguel Silva e João Sobreira. Tocam: Acácio Gomes e Miguel Silva *

Cons. mín. 40\$00 * Rua da Rosa 219 * Telef. 368579

GUITARRA DE ALFAMA

cantam: Vitorino dos Santos, Tucha, Mascarenhas e José Manuel Osório. Tocam: António Bessa e Fernando Reis * Encerra ao domingo * Cons. mín. 35\$00 * Largo do Peneiro 7 (Alfama) * Telefone 868505

BALEIRA

cantam: Filipe Duarte, Maria Emilia, Ana Madalena e Julieta Reis. Tocam: José Alves e Armando Silva * Encerra às segundas-feiras * Cons. mín. 40\$00 * Av. Marginal, 21-22 (DAFUNDO) * Telef. 213259

O CASTIÇO

Rua Gilberto Rola, 67-1.º * Alcantara * Telef. 670463 * cantam: Silvano Pinto * tocamos: Jorge Carneiro e Mário Cotrim.

TABUINHAS

Restaurante típico * Fados e guitarradas * Beco Esconso, 7 (à Rua Visconde da Luz) * Cascais * Telef. 284060.

restaurantes, bares, «boites» e «dancings»

GUITARRA DA MADRAGOA

Aberta todos os dias * Rua da Esperança, 174 * Telef. 661915 * Cons. mínimo 50\$00

A FURNA

Rua Ferreira Lapa, 38-D (à Av. Duque de Loulé) * Telefones 534466-561949 * Música gravada. Ceiás até às 3 horas. Encerrada aos Domingos.

ARCHOTE-CLUB

Discos * Rua D. Filipa de Vilhena.

HIPOPPOTAMO

Av. Ant. Augusto de Aguiar, 3-A * Telef. 48384 * Conj. Helder Reis * Encerrada aos domingos

NOCTURNO

Travessa Fidis de Deus, 28 * Telef. 370889 * Poesia com Coreia da Silva * Encerra às 3 e 30.

MAXIME

Conjunto 6 * Reacção e Maximiliano * «Show» turístico * Va-

riedades internacionais * Praça da Alegria, 58 * Telef. 55366.

GALERIA REAL

Estrada de São Pedro * SINTRA Encerra à meia-noite * Telef. 981661 * Últimas novidades em discos, recebidos directamente dos E. U. A.

SANZALA

Av. Marechal Carmona, 2 * Campo Grande * Telef. 770172 * Encerra às 3.30.

TERRAÇO DAS ESTRELAS (HOTEL EMBAIXADOR)

Conjunto Manuel Viegas * Avenida Duque de Loulé, 73 * Telef. 530171

BARBARELA

Rua da Alfama, 18 (Bairro Alto) * Telef. 367136 * Encerra às 3 horas

SNOB

Rua de «O Século», 178 * Telef. 33723.

TAGIDE

Variedades. Conjunto Zé Pedro * Largo da Biblioteca, 18-22 * Aberto ao domingo

TAMILA

Morão e s/ Conjunto * Avenida Duque de Loulé, 69 * Telef. 534117 * Matinees todos os dias * Encerra aos domingos

ADAGGIO

Apresentação de Teresa Paula Brito no seu novo repertório * Discos recebidos directamente de

Inglaterra, Estados Unidos e Brasil * Rua Carlos Reis, 51-A * Telef. 775695.

CASINO DO ESTORIL

Jogo autorizado * Variedades internacionais * Telef. 264521-264526-264596-264621-264946.

FORTE VELHO

Paga * S. João do Estoril * Telef. 261337.

CURTO-CIRCUITO

Rua dos Correios, 216 * Telef. 363572 * Aberto das 18 às 3.30



O de reporter serviço

Pedro Alvim

BISCA LAMBIDA EM SEGUNDA CLASSE

Primeiro a lama, a lama das primeiras chuvas, a lama nos sapatos, nas calças, nas peúgas, na pele — e só depois as duas carruagens destracadas. Dois monstros retorcidos na via férrea: o choque fora de noite, treze mortos, dezenas de feridos. À luz de um relâmpago, ao ralho de um trovão, entre Sacavém e Póvoa de Santa Iria

Agora, manhã de cinza, fria, de golas levantadas, grossas luvas nas mãos, palavras poucas, operários de ganga azul, azul e suja, desmontavam, a maçaneta, as duas carruagens. Objectivo imediato: desimpedir a via. Era o rescaldo do acidente, apanhado de madrugada por camaradas meus, como o Joaquim Letria, tolhido de sono, mas atento ao grito da tragédia que lhe viera, súbito, de um pequeno «transistor» posto (assim é a profissão) na secretária da noite. «Ouvi, comunicuel, mandaram-me para lá...» E Letria terminava o seu esforço (já na Redacção, já manhã clara) quando me enviaram até junto da sucata que ficara sobre as travessas. Ali estava, pois — e primeiro, como disse, era a lama.

Era a lama das primeiras chuvas. Fui imprimindo a sola dos sapatos no terreno, solas de borracha, ora me tenho, ora escorrego, ora hesito no piso — e logo não tarda nos olhos a chama azulada dos maçaricos. E aquilo dói, retalha a carne que dos mortos resta na memória. Dói, embora seja na liga das carruagens, na estrutura amolgada, no caixilho das janelas estilhaçadas. Tudo já se sabe, já tudo se encontra escrito, que posso eu agora arrancar dali que não seja ganga para encher linguados? E o pro-

blema não é só meu: o camarada fotógrafo, o Salvador, tenta a busca de um ângulo novo, o plano de um pormenor, e como nada encontra que seja surpresa, coisa ainda não apanhada pelas objectivas, resmunga um desespero contrarelogio com bigode, hálito e fumo. Vejo-o, ele vê-me, temos meia hora para sair dos carris.

Há engenheiros da C. P., guardas-republicanos, bombeiros, um ministro, um governador civil — e, actuando, formigas. Formigas, isto é, operários com serras e maçaricos. Minuto a minuto, eles (elas) vão fraccionando os corpos metálicos das carruagens, depositam a sucata na berma das vias, diligentes, olheiras fundas, indiferentes. Fala-se já em tráfego restabelecido, lá para o meio da tarde, normalização para cima, normalização para baixo. E a «Bic» bica, serra-bisca o papel, siglas, abreviaturas, algarismos — e nada, nada que atire o repórter para os linguados com aquela raiva necessária à missão de comunicar com o público. E o tempo passa na lama das primeiras chuvas.

É então, nos últimos minutos de busca, que aparece o duque. Está deitado, e manchado de sangue, no chão de uma das carruagens. Elegante, escuro, quieto. «Morto» — pensa o repórter, surpreso da descoberta. E logo os olhos me caem noutro corpo, e é o corpo de uma dama, e tem (conserva ainda) a graça encarnada das rosas. Identifico os cadáveres no papel branco: Duque de Paus, Dama de Copas. Ah bisca, bisca lambida dos passageiros de segunda do meu Pale temacento!

CRISE DE TRANSFORMAÇÃO

POR ACEITAI

— DECLAROU-NOS O PADRE

«A Igreja é uma fortaleza que está a desmoronar-se» afirmam alguns padres do nosso tempo. O celibato eclesiástico é contestado na América Latina e, mais isoladamente na Europa, os padres constituem família. A importância do celibato na crise das vocações sacerdotais, a remodelação dos seminários, a Igreja Rebelde da América Latina, a acção eclesiástica no perturbado contexto político brasileiro, eis algumas das questões analisadas pelo padre Pedro Caldeiran Beltrão, Doutor em Ciências Políticas e Sociais e em Ciências Económicas pela Universidade de Lovaina, professor na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Gregoriana de Roma e na Universidade Católica de Porto Alegre, director do Centro de Documentação e Pesquisa-População e Família, o padre Beltrão accedeu em prestar declarações para os leitores do «Diário de Lisboa».

«DIÁRIO DE LISBOA». — P. Beltrão que pensa da situação actual da Igreja no Mundo? Fala-se insistentemente em crise. No termo-

metro de Roma, como se mede a vastidão desta crise? P. PEDRO CALDEIRAN BELTRÃO — Claro que há crise. Crise de transformação que é bastante profunda. Mas não acho que seja um abalo propriamente dito. Trata-se de uma crise, que pode ser interpretada justamente como um momento de decisão ou de opções, em grande parte, já tomadas pelo Concílio. Agora muita coisa se está transformando. Até que ponto chegará essa transformação, é difícil prever. O que não duvido é que a Igreja atravessa a mais profunda mutação de todos os tempos; até mais profunda que a verificada no séc. XVI com a Reforma e a Contra-Reforma.

Jovens: Fuga ao sacerdócio tradicional

«D. L.» — Fala-se também numa crise de vocações. Na Europa, os efectivos dos seminários têm baixado a ritmo diverso: na Bélgica, de 1947 a 1965, sentiu-se uma quebra de 35%; em Espanha, desde 1950 a diminuição é de cerca de 30%; na Itália,

na, cal número P. B. ce na Brasil, seminários imação de for sentido comple dos leu do joze certa e sacerdot tempo A es cerdote nhamo. Isso oi formul men t exampi ros est transfo qual u curso e to, re poucos podia toda a educac grande cerdote Aconte no col em qu bou p

beba energia

a qualquer hora do dia

A VENDA EM TODO O PAÍS

DISTRIBUIDO ATRAVÉS DE: Cooperativas associadas

ALCOBAÇA
ALMADA e SEIXAL
CALDAS da RAINHA
CASCAS
CORUCHE
EVORA
LOURES
MAFRA
OEIRAS
PEGÕES
SANTARÉM
SINTRA
SOBRAL do MONTE AGRAÇO
VILA FRANCA de XIRA

Agentes em:

ALGARVE
ALMODOVAR
BRAGA
BRAGANÇA
CASTELO BRANCO
COIMBRA
ELVAS
GUARDA
ILHAVO
LEIRIA
LOURINHÃ
PORTALEGRE
PORTO
RIO MAIOR
SETUBAL
TOMAR
VISEU



leite FORTIFICADO

de elevado valor energético, e também um ótimo e agradável refresco.

Preparado com LEITE seleccionado e enriquecido com MALTE LACTOSE e VITAMINAS

conserva-se durante meses sem necessidade de armazenagem frigorífica

assegurada a aceitação do vasilhame

leite fortificado



OURIVESARIA EM GONDOMAR (CONCLUSÃO)

NECESSIDADE DE UMA COOPERAT

Quantos ourives há em Gondomar? Quantas oficinas para além das registadas no Grémio? Que salários têm os operários de ourivesaria? Qual o seu contrato de trabalho? O seu horário? Haverá hoje mais ou menos ourives? Que problemas afectam a classe? Que pensa ela do seu futuro? Qual a posição do Sindicato perante o trabalho ao domicílio? Perguntas que poderiam multiplicar-se se houvesse quem lhes respondesse. Respostas que procurámos no próprio Sindicato dos Ourives. Que procurámos em vão. Os seus dirigentes não se dispuseram a esclarecer-nos. Não se dispuseram sequer a receber-nos. Mas nada mais, que o silêncio é mesmo de ouro...

Característica dominante da indústria de ourivesaria em Gondomar é o trabalho ao domicílio. E trabalho que se não esgota na filigrana, como pudemos averiguar:

— Só faço corda e cadeado — disse-nos Lucinda Vigário, enquanto trabalhava num cordão de ouro. É do lugar de Atães, freguesia de Jorim, onde existem, pelo menos, 102 raparigas e mulheres a fazer o mesmo, além de dois homens. Trabalho eminentemente feminino, como se conclui, e a que não é estranho o mais baixo custo da mão-de-obra feminina.

— A como ganha? — Cinquenta centímetros de volta, 20800. Uma pessoa hábil precisa de quatro ho-

ras, e se for uma volta mais fina leva o dobro do tempo, embora se receba o mesmo. E prosseguindo: — Tenho três «patrões». Nós somos «feitoras». Eles trazem-nos o ouro cá a casa pesado, e temos de entregar

Reportagem de José A. Salvador

o mesmo peso. Se for a menos temos de o pagar. Se for a mais, foi engano deles...

— Quantas horas trabalha? — Mais de oito. Às vezes, dez. Quando não há que fazer não trabalhamos. Em Janeiro há pouco que fazer. Há falhas de ouro e há os balanços. O mês de Junho estivemos quase todo sem trabalhar.

Um bico de gás, um ma-



Trabalho a que não é estranho o mais baixo custo da mão-de-obra feminina

PRATAS DE ARTE

Nos nossos Salões encontrará V. Ex. Peças dignas do seu bom gosto

Ourivesaria PIMENTA

Rua Augusta, 255 — LISBOA

carico «buch e cons mater madaa peque ca, e bilida

balho minha E d gestos contin de ou centim escudo compi

«Pot

Em decret sou a indúst ele pa termir cas p maior apta p ser ne por t las es vas. Est situac ves, c longam nas o rios A fal ção» eles p

A IGREJA ACABARÁ AR UM CLERO CASADO

DRE PEDRO BELTRÃO

lia, calcula-se em 10 000 o número de ex-padres...

P. B. — O mesmo aconteceu na América Latina e no Brasil. Sucederam que muitos seminários fecharam, e outros impôs-se uma transformação de todo o «currículo» de formação sacerdotal, no sentido de uma equiparação completa com a formação dos leigos, tal como exigiam os jovens. Daí o surgir uma certa crise de identidade do sacerdócio na sociedade contemporânea.

A escassez de vocações sacerdotais e religiosas que vihamos sofrendo, agravou-se. Isso obriga a toda uma reformulação de e em premissas apostólicas. Por exemplo, os colégios brasileiros estão passando por uma transformação interna, da qual um dos aspectos é o recurso do pessoal docente misto, religioso ou leigo. Há poucos anos atrás, nem se podia pensar em aproveitar toda a mão-de-obra feminina educacional que é muito grande. Agora, o colégio sacerdotal misto, é normal. Aconteceu um caso recente no colégio de Porto Alegre, em que o padre «leader» acabou por casar com a freira

que era directora do curso primário. É um sinal dos tempos. Foi um casamento efectuado com as dispensas de ambos, e não causou transtorno nem escândalo.

Abolição do celibato: Movimento irreversível

«D. L.» — Esse ponto que o P. Beltrão refere, sugere outra pergunta. Será o voto de celibato, uma das muitas causas que contribuem para a baixa de efectivos nos seminários?

P. B. — Eu acho que sim, mas, por outro lado, não acredito que a abolição do celibato vá aumentar os efectivos. O problema não está tão focalizado na questão do celibato, mas, de uma maneira geral, na identidade do sacerdócio e mesmo, da vocação ou profissão sacerdotal na sociedade actual. Não seria um bom cálculo abolir o celibato, com o fim de obter mais vocações sacerdotais. E depois a Igreja vai chegar, inevitavelmente, a uma situação em que aceitará um cle-

ro casado, tal como existe na Igreja Oriental.

«D. L.» — Não haverá quanto ao assunto uma dupla orientação: por um lado, o Papa reafirmou a obrigatoriedade do celibato mas na carta ao cardeal Villot deixa antever cautelosamente a possibilidade de ordenação de pessoas casadas...

P. BELTRÃO — Pois o facto é que em relação ao celibato, há um movimento irreversível. O problema vai ser tratado no próximo Sínodo dos bispos. Evidentemente, que Paulo VI não admite a abolição repentina do celibato, como afirmou, o ano passado, ao comentar a reacção de certo clero holandês. No Sínodo haverá uma deliberação válida para toda a Igreja. No Brasil, ao contrário do que sucede na Itália, a instituição dos diáconos já prevê, como uma das condições de admissão, o ser casado. Creio que a Igreja, dentro de algum tempo, irá permitir o exercício do sacerdócio a esses padres que casaram. Afastinha-se uma política de abertura. Pessoalmente, estou convencido que sempre existirá na Igreja, pessoas que optem pelo celibato,

mas de maneira mais livre, não sujeitas a qualquer forma de pressão social, que até agora se exerce, sobretudo nos países latinos, onde a formação sacerdotal não favorece uma verdadeira opção. Em muitos seminários, o ambiente cerrado, o sistema de «controle» no período de férias muito curtas, a ausência de contacto com outros ambientes, canalizavam necessariamente a pessoa para esse tipo de vida, sem que ela efectivamente o escolhesse.

«D. L.» — A questão tão discutida do celibato, vem ligar-se a exigência de alguns padres em tomar livremente compromissos políticos e sindicais e o direito de exercer uma profissão. É a posição da «carta dos 120 padres» franceses em Dezembro de 1968.

P. BELTRÃO — Compreendo que um padre se sinta bastante marginalizado se não tem outra profissão. Mas, baseado na minha experiência pessoal, posso concluir que não é fácil combinar o exercício da actividade ministerial com uma profissão. Se os padres consideram que o desempenhar de



uma actividade, como é o caso dos padres operários, os ajuda a compreender melhor as pessoas a quem dirigem o seu magistério, tanto melhor para todos

Igreja no Mundo: Demissão ou combate?

«D. L.» — Deverá a Igreja desempenhar uma acção social de intensa intervenção em todos os domínios da ordem temporal, ou limitar-se à esfera espiritual? Face à guerra do Vietnam diante do facto de 30 milhões de pessoas morrerem de fome anualmente, qual a atitude a tomar pela Igreja? Será uma atitude de combate, independentemente das formas de que se reveste esse combate?

P. B. — Justamente, dependeria de que formas se reveste esse combate... Se se fala da campanha contra a fome, aí a Igreja deve e pode colaborar, mas, se se entende por combate um empenho político propriamente dito, como é que a Igreja poderá inserir-se numa acção desse tipo? Ela enfeudar-se-ia a uma determinada opção política e ideológica.

Possivelmente, penso que estes compromissos se podem e devem evitar o mais possível, para que ela fique aberta a todas as correntes. Cada vez se vê mais que a Igreja pode trabalhar dentro de qualquer regime ou sistema político.

«D. L.» — O que se pensa da chamada «Igreja Rebelde» da América Latina?

P. B. — Pois esse é um pro-

blema candente. Creio que se podem resolver os problemas da América Latina sem recorrer à violência. Por exemplo, os padres da Colômbia, que se apresentam como Igreja Rebelde, não aprovam o gesto de Camilo Torres, embora compreendam as coordenadas que o levaram a agir daquela maneira. Constitui um grupo de demissão dentro da Igreja, na sociedade que não pode ser ignorado. Parece-me, no entanto, uma posição bastante arriscada do ponto de vista político e religioso, e acredito que, sem chegar a termos de rebelião e ruptura, se cortar a possibilidade de diálogo, se pode também actuar válidamente.

Brasil: «Subdesenvolvimento cumulativo» e a Igreja

«D. L.» — É no Brasil qual a acção da Igreja no contexto da subexistência da maioria da população? A receita anual de cada brasileiro é inferior a 130 dólares por ano. No Nordeste é inferior a 150 dólares; para os camponeses será mais ou menos de 20 dólares; em cada quatro trabalhadores rurais brasileiros, só um é proprietário da sua terra, mais de 62% das terras cultiváveis pertencem a menos de 3% da população... Estes dados foram revelados numa alocução em Belo Horizonte em 1968, do bispo D. Antônio Fragoso...

(Continua na 12.ª página)

DE ATIVA

çarico, uma agulha, uma «buchela» (pinça), um palito e concha (com solda e água), matéria-prima já transformada em «birolas» (rodas pequeninas), a tesoura, a banca, eis a oficina onde a habilidade manual é decisiva.

— Há cinco anos que trabalho nisto. Aprendi com a minha irmã.

E das mãos, do fogo, dos gestos ritmados e repetidos continua a nascer o cordão de ouro, a 20\$00 cinquenta centímetros, a muitos outros escudos quando alguém o for comprar.

«Patrão» que produz para patrão

Em 1962 era publicado um decreto (n.º 44 776) que passou a regular o exercício da indústria de ourivesaria. Com ele passam a ser exigidas determinadas condições técnicas para as oficinas, que a maioria delas não estava apta para preencher, além de ser necessário serem dirigidas por técnicos diplomados pelas escolas de artes decorativas.

Este diploma criou graves situações para muitos ourives, que ainda hoje se prolongam, e que se caracterizam pela existência de pequenas oficinas, cujos proprietários não possuem «marcas». A falta de «marca» ou «punchão» significa que, podendo eles produzir objectos de ou-



Há 150 oficinas cuja actividade depende das flutuações do mercado

rivesaria, não estão habilitados a colocá-los no mercado.

— Não temos liberdade de vender á ourivesaria ou escritório (armazém) — declarou-nos Manuel Vigário, que logo acrescentou: — Começamos e acabamos uma peça que vale 20\$00. Vamos vendê-la ao industrial que tem «marca» (está registado no Grémio), e ele após autenticar a peça com a sua «marca» vai ganhar tanto como nós. Eles têm tanto de lucro como nós de apuro. E alguns nem empregados têm. Pos-

suem a «marca» e limitam-se a comprar obra em oficinas nestas condições.

Actividade dependente das flutuações de mercado

É facto que, após a saída do decreto, o Grémio ainda concedeu marcas por vários anos, tendo em 1967 organizado um curso acelerado para submeter a exame candidatos a «marcas». Frequentaram-no 40 «operários-patrões», passaram 9, aos quais concederam a «punchão» se montassem a oficina nas condições exigidas.

Apesar disso, mais de 150 oficinas existem a produzir para industriais com «marcas», dependendo também a sua actividade das flutuações de mercado.

— Tenho 25 anos. Desde

os 11 que ando na arte. Tive três anos de tropa e quando vim havia esta lei — diziamos Mário Soares dos Santos, que adiantou: — Vou agora aprender outra arte?

Não podem produzir para o mercado, mas é-lhes possível vender a produção para os industriais agremiados. E, no entanto, se a obra é falsificada (verifica-se a Contrastaria) a responsabilidade abate-se sobre o produtor e não sobre o «marcador».

Coisa estranha. Impasse e situação de dependência que só será ultrapassada caso estes «patrões» que produzem para patrões, se organizarem numa cooperativa de produção. Só esta lhes poderá criar condições para montagem de uma empresa devidamente dimensionada, com um técnico, e apta para combater os actuais detentores das «marcas» e colocar, directamente, em termos de concorrência o produto no mercado.

PRÉDIOS COMPRAM-SE

SÓ TRATAMOS COM O PRÓPRIO.
RESPOSTA A ESTE JORNAL AO N.º 674

DACTILÓGRAFAS

De preferência com prática em teclados de máquinas eléctricas.
Perfeito conhecimento de português.
Resposta a este jornal ao n.º 679.

As suas jóias estão antiquadas? Pode vendê-las ou trocá-las pelos últimos modelos.

GRANDE OURIVESARIA
DA MODA

RUA DA PRATA, 257

UM PRELADO NO TRIBUNAL PLENÁRIO

O bispo do Porto depôs em defesa do abade de Macieira da Lixa

PORTO, 8 — No Tribunal Plenário desta cidade, em São João Novo, prosseguiu, ontem, o julgamento do padre Mário Pais Oliveira, abade de Macieira da Lixa, detido desde 20 de Julho do ano passado, sob a acusação de actividades subversivas. A sessão foi assina-

lada pela deposição, como testemunha de defesa, do prelado desta diocese, D. António Ferreira Gomes.

O Colégio Judicial foi presidido pelo desembargador dr. Pedro Morais Campinho, que tinha como assessores os corregedores drs. Góes Pinheiro e Pinto Gomes e como aju-

dante do Procurador da República o dr. Dionísio de Pinho.

Aberta a sessão, o juiz-presidente ditou para a acta o seguinte: «Considerando que este julgamento já vai na terceira sessão, e uma vez que só as quintas e sextas-feiras se pode realizar, e não prevendo, ainda, o tribunal quantas mais serão precisas, e dado que se encontra arrolada como testemunha de defesa o bispo desta diocese, entende o tribunal, que no uso da prerrogativa que lhe confere o artigo 433.º do Código Penal, deverá a mesma ser imediatamente ouvida, atendendo ao prejuízo que lhe poderá ocasionar a sua estada no tribunal em vários dias, para o governo da sua diocese. Pelo exposto, e pelo mais que se subentende, delibera o tribunal que a referida testemunha seja chamada a depor imediatamente».

O sr. D. António Ferreira Gomes, no seu depoimento abordou aspectos inquiridos pela defesa sobre problemas sociais e religiosos e sobre a missão profética do padre.

Mineiro com cinco filhos violentou uma parteira que mandara chamar para a mulher

PORTO, 8. — Foi entregue ao tribunal da comarca de Penafiel, acompanhado do respectivo processo, e está preso, incommunicavel, aguardando o julgamento, o mineiro José Maria da Rocha Cerqueira, de 35 anos, casado, com cinco filhos, residente no lugar de Outeiro Seborido (Penafiel), acusado de crime grave na pessoa da sr.ª D. Maria Rocha Tavares, de 26

anos, solteira, parteira, moradora no Vale da Rua, em Castelo de Paiva, onde exerce a sua profissão.

O caso passou-se quando aquele indivíduo telefonou a seu tio, o sr. Manuel da Cunha, pedindo-lhe que chamasse aquela parteira para assistir a sua mulher (que, já há dias, dera à luz, como se veio a verificar). Não havendo carros de praça na localidade, e devido à neve na estrada, a parteira só poderia comparecer se lhe enviassem uma viatura.

José Cerqueira assim fez: pediu um carro de aluguer, e foi buscá-la. Aparearam-se perto da igreja de Seborido e caminham, através de um monte. Então, no lugar conhecido por Couto de Mosqueiro, apontou ao ouvido da parteira uma pistola de alarme, dizendo-lhe:

— Dá-me um beijo, senão mato-te!

Ela, perante a ameaça, acedeu, e o José Cerqueira, agarrando-a à rapariga violentou-a.

Durante o acto, a Maria Tavares conseguiu apertar-se da pistola e, apontando-a ao assaltante, premiu o gatilho, mas, claro, sem resultado. Consumado então o acto, o José Cerqueira, ouvindo uns ruídos, foi ver o que era e, nesta altura, a parteira, descalça, fugiu, só parando na primeira casa que encontrou.

A G. N. R. foi chamada e ouviu a confissão dela. O José Cerqueira, entretanto, andou a monte, durante todo o dia, mas ao princípio da noite acabou por ser preso por guardas daquela corporação, os quais, vestidos de trabalhadores, lhe rondavam a casa.

Natália Nunes na Quadrante

A escritora Natália Nunes estará amanhã na Livraria e Galeria Quadrante, à Avenida da Luís Bivar, 85-C, para o lançamento do seu novo livro «Cabeça de abóbora». A sessão está marcada para as 18 e 30.

CAÇA AOS TORDOS

A Comissão Venatória Regional do Centro distribuiu um edital no qual se nomeiam os locais em que, a partir do encerramento da época geral da caça (15 deste mês) até 15 de Fevereiro, é permitido caçar tordos, galinholas e outras espécies não indígenas.

Necrologia

FALECIMENTOS

Manuel Simões Pereira

Faleceu o sr. Manuel Simões Pereira, de 69 anos, gerente comercial natural de Pedrogão Grande, casado com a sr.ª D. Graciela dos Santos Ramalho Pereira. O funeral realiza-se amanhã, às 12 e 30, da Igreja da Pena para o cemitério da naturalidade. Os serviços fúnebres estão confiados à Agência «S. R. A. F.»

FUNERAIS

António Jorge Evangelista Júnior

SEIXAL, 8. — Foi a sepultar no cemitério local o sr. António Jorge Evangelista Júnior, de 78 anos, empregado de escritório e sócio n.º 1 do Seixal Futebol Clube.

O extinto, muito considerado pelos seus dotes de trabalho, exerceu durante mais de vinte anos as funções de correspondente do «Diário de Lisboa» nesta vila, granjeando a estima geral.

A família enlutada apresentamos os protestos do nosso pesar.

Rev. Joaquim Vieira Mendes

PORTO, 8. — Saiu esta tarde, com grande acompanhamento, da capela mortuária do Hospital de Santo António para o cemitério da freguesia de Pletúias (Marco de Canavezes) o funeral do rev. Joaquim Vieira Mendes, que, durante 15 anos, foi capelão daquele hospital, onde faleceu ontem. Foi também, durante longo tempo, professor da Escola de Enfermagem daquele estabelecimento hospitalar.

CHICHESTER CHEGOU ATRASADO À GUINÉ POR SE LHE TER PARTIDO A RETRANCA DO BARCO

BISSAU, 8. — (L. e A.N.I.)

— Depois de uma viagem tormentosa chegou ao porto desta cidade o célebre navegador solitário «Sir» Francis Chichester que aqui iniciará uma viagem até à Nicarágua, numa extensão de 4000 milhas.

Eram precisamente 7 horas locais quando o «Gipsy Moth Five» fundeu no cais frente às instalações navais do comando da Defesa Marítima da Guiné.

Eram 6 e 30 quando o barco surgiu ao largo de Bissau, ante a expectativa das muitas pessoas que se concentravam no cais e tributaram ao navegador carinhosa recepção.

Aproximaram-se então do barco os representantes dos órgãos de Informação, mas «Sir» Francis recusou-se delicadamente a fazer declarações dizendo que se encontrava «muito cansado» necessitando de repouso, pelo que iria dormir. Disse que viria a terra depois de ter descansado e, dessa altura, conversaria com os jornalistas.

No entanto, «Sir» Francis manifestou a sua satisfação por ter chegado a Bissau e disse ter gostado de navegar de noite no rio Gebá. Agradeceu também às gentes portuguesas o interesse que lhe têm dispensado.

O «Gipsy Moth Five» chegou atrasado por se lhe ter partido a retranca em duas. A reparação da referida verga (que articula no mastro) durará dois dias e a partida

para a Nicarágua está prevista para domingo, não se encontrando ainda fixada a hora.

Dois operadores da Televisão Inglesa desembarcaram em Bissau na companhia de «Sir» Francis Chichester, presumindo-se que tenham subido para bordo do «Gipsy Moth V» durante a breve escala do late na Ponta de Caló que fica a cerca de oitenta quilómetros da capital da província, antes de se entrar no estuário do Gebá e começar a subir o rio.

ÚLTIMAS NOTÍCIAS O RAPTO DO EMBAIXADOR

(Continuação da 1.ª página)

baixador ou um alto funcionário da embaixada.

Foi difícil conseguir saber ao certo quem tinha sido o raptado, porque a Polícia e os funcionários da embaixada mantinham um silêncio rigoroso sobre o assunto. O novo rapto ocorreu na Rua Alzaibar, na parte velha de Montevideo.

Recorda-se que os «Tupamaros» continuam a manter como reféns o conselheiro dos Estados Unidos para os Assuntos Agri-

colas, Claude Fly, e o conselheiro brasileiro Aloysio Dias Gomide. Gomide foi raptado em 31 de Julho e o conselheiro norte-americano em 7 de Agosto.

Is raptos utilizaram cacetes para pôr fora de combate os acompanhantes do embaixador, antes de fugirem levando consigo o diplomata.

O «FOREIGN OFFICE» CONFIRMA

LONDRES, 8 (A. N. I. e F. P.) — O «Foreign Office» confirmou que o embaixador britânico, Geoffrey Jackson, foi raptado em Montevideo. «Tudo aconteceu esta manhã e é só o que sabemos» — declarou um informador oficial, pondo assim termo a quaisquer derradeiras especulações sobre a identidade do raptado.

ONASSIS DESPEDE

NOVA YORK, 9. — (A. N. I.) — Cinquenta e sete empregados da companhia de aviação Olympic, propriedade de Aristóteles Onassis, foram despedidos ontem à noite, pouco antes de terminarem o turno, sem qualquer aviso prévio.

MELHORADA A SITUAÇÃO DOS PENSIONISTAS ULTRAMARINOS

Um decreto do Ministério do Ultramar, enviado para publicação no «Diário do Governo», vem melhorar as pensões dos aposentados, reformados, pensionistas e sinistrados dos serviços públicos ultramarinos residentes nas províncias de além-mar. O diploma manda integrar nas pensões os aumentos que actualmente incidem sobre as pensões de aposentação e reforma, tanto provisórias como definitivas, de invalidez, preço de sangue e de sobrevivência, dos agentes dos mesmos serviços em qualquer das referidas situações, exceptuando-se no entanto o complemento ultramarino de aposentação.

ALGÉS — ALBUFEIRA



OTÍLIA DA CONCEIÇÃO

RAMOS PATTA

FALECEU

Sua família cumpre o doloroso dever de participar a todas as pessoas de suas relações que foi Deus servido chamar à sua Divina Presença a alma do seu ente querido e que o funeral se realiza amanhã, pelas 11 horas, da capela dos Anjos em Algés para o cemitério de Carnaxide.

Trat. ag. Machado da Costa

Em três linhas

Foram mandados inventariar diversos copos de vidro, da Fábrica de Vista Alegre, século XIX, pertencentes aos herdeiros do comandante Ernesto de Vilhena Uns com pinturas, outros com camaféus representando monumentos ou personagens alguns destes identificados.

///

A dr.ª D. Alice Bravo Torres Maria Magalhães foi mandada excluir do concurso para professora auxiliar do 6.º grupo do quadro feminino do liceu, por se achar abrangida pelo disposto no art. 2.º do Decreto-Lei n.º 25317, de 13 de Maio de 1935.

///

Foi exonerado do cargo de presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, o dr. Artur Correia Barbosa, sendo louvado pela forma como o exerceu.

Curso especial de guitarra clássica

Vindo do Brasil, encontra-se em Lisboa o prof. Lopes e Silva, que vem reger na Escola Duarte Costa um curso especial de guitarra clássica. Informações pelo telefone 720939.

Actualidade internacional

NOTA INTERNACIONAL

A BATALHA DO TEMPO

As conversações de paz para o Médio Oriente começaram no meio do pessimismo geral. Em Washington admite-se, no entanto, que as tréguas entre Israel e os Estados árabes sejam prolongadas.

Entretanto, os dirigentes israelitas não deixaram quaisquer dúvidas quanto à recusa de seu país em regressar às fronteiras anteriores à guerra dos seis dias. Os árabes, por seu lado, reafirmaram o propósito de recuperar os territórios perdidos em 1967, e três derrotas humilhantes, infligidas pelos judeus, não são suficientes para os impedir de falar no descomendadamente de nova guerra. Isso é inteiramente verdade pelo menos no que diz respeito ao Egipto. Quanto à Jordânia, o seu soberano parece mais interessado em defender a sua posição de que em bater-se pela causa dos árabes. A guerra civil em

1970 mostrou que o rei Hussein e os israelitas têm um inimigo comum: os palestinos árabes. Os elogios trocados pelo soberano e pelo general Moshe Dayan, ministro da Defesa de Israel, confirmaram certa identidade de pontos de vista.

Hussein sabe que a sobrevivência de seu reino (uma oração inglesa depois da primeira guerra mundial) não é viável sem o beneplácito dos israelitas, que retêm a parte mais rica da Jordânia. Além disso, a derrota de Israel e a criação de um Estado árabe na Palestina significariam, muito provavelmente, o fim do trono jordano. Daí a ajuda concedida ao soberano pelos EUA, que auxiliam igualmente Israel.

No plano da intervenção das grandes potências no conflito, a balança é, contudo, equilibrada pelo apoio soviético ao Egipto, em homens e em armamento, o que significa,

nem mais nem menos, que os russos fizeram a sua entrada numa zona que há muito lhes estava vedada — o Médio Oriente, cujo petróleo ainda é extremamente importante para o mundo ocidental.

Nas três anos o meio que decorreram desde a guerra dos seis dias, criou-se, portanto, uma situação historicamente nova. Em todo o caso, os israelitas têm sido bem sucedidos na batalha do tempo, pois não cederam uma polegada dos territórios ocupados. Resta ver se, nas conversações indirectas com os árabes, por intermédio do mediador da ONU, Gunnar Jarring, Israel conseguirá obter as concessões que o Egipto se tem recusado a fazer. Mas o prolongamento das tréguas já será um êxito israelita, na medida em que se manterá o actual estado de coisas.

NUNO VIEIRA



NACIONALISTAS DA ERITREIA manifestaram-se na varanda da Embaixada da Etiópia em Estocolmo, que ocuparam durante uma tarde. A Frente de Libertação da Eritreia combate o regime do imperador Haile Selassie

A barragem de Assuão estará concluída no dia 15

CAIRO, 8 — (F. P.) — Há quinze anos, em 26 de Julho de 1956, o presidente Nasser nacionalizou o Canal de Suez, rompeu com o Ocidente e voltou-se para

a União Soviética para construir a grande barragem de Assuão. Hoje, Nasser já não existe, o canal está encerrado e, 1000 km ao sul do Cairo, levanta-se uma barragem no curso do Nilo, de 43 milhões de metros cúbicos de areia, de cimento, de rochas e de granito.

Para realizar este projecto, com que Nasser sonhava ao subir para o Poder, e que nessa época parecia utópico, 36 000 engenheiros, técnicos e operários egípcios trabalharam dia e noite durante onze anos, sob a direcção de cerca de 2000 peritos soviéticos, quatro dos quais e 451 egípcios morreram em acidentes ocorridos durante os trabalhos: explosões de cargas de T.N.T., desmoronamentos de rochas, afogamentos, electrocuições... 425 ficaram feridos.

A barragem de Assuão tem 3630 metros de comprimento e uma largura de mais de 40 metros. Eleva-se acima do leito do Nilo 111 metros.

Para irrigar o Egipto: O lago Nasser, com 500 km de comprimento, 12 km de largura, armazenando actualmente 78 bilhões de metros cúbicos de água e com uma capacidade de 164 bilhões, cobrindo uma superfície de 6000 metros quadrados — aquilo a que há onze anos se chamava a Núbia. Este lago artificial

que exigiu a evacuação de 50 000 habitantes e o célebre salvamento de Abu Simbel, permitiu o aumento de 2 milhões de «fed-dans» da superfície arável e a transformação da irrigação temporária em irrigação perene. Por outro lado, a barragem comporta doze turbinas hidro-eléctricas que podem produzir 2,1 milhões de quilowatts-hora e fornecer electricidade a 4046 aldeias do país.

O custo dos trabalhos elevou-se a 320 milhões de libras egípcias, das quais 113 milhões foram concedidos pela União Soviética sob a forma de empréstimos reembolsáveis em doze pagamentos, a um juro de 2,5 por cento.

O Egipto já reembolsou 21 milhões de libras de um primeiro empréstimo, de um montante de 35 milhões, bem como a primeira parte de um segundo empréstimo em Janeiro último. Dentro de doze anos o Egipto terá pago tudo à União Soviética.

No dia 15 deste mês em Assuão celebra-se a conclusão dos trabalhos. Mas os peritos soviéticos só regressarão ao seu país em 1975, data em que expira o período de garantia.

O rendimento nacional do Egipto aumentará 236 milhões de libras por ano devido à construção da barragem, indicou o administrador desta e ministro da Electricidade, Helmi El Sadi.

Sadat concorda com a criação de uma força internacional

NOVA YORK, 8. — (R.) — O presidente Sadat, do Egipto, numa entrevista transmitida hoje, afirmou que concordará com a colocação de observadores e forças militares internacionais na fronteira israelo-árabe.

Numa entrevista concedida a Walter Cronkite, da estação de televisão CBS, o presidente disse: «Eu aceito a formação de uma força das quatro grandes potências que garanta a fronteira do Estado de Israel e a nossa fronteira também porque nós precisamos mais dessa garantia do que Israel, podem acreditar».

O presidente salientou concordar não só com a presença de observadores estrangeiros, mas também com as forças militares, tanto do lado egípcio como israelita, e disse que o ministro dos Negócios Estrangeiros egípcio está actualmente a discutir essa proposta com os governos da França e da Inglaterra.

Sadat acrescentou que os Estados Unidos e a União Soviética já concordaram com esse projecto.

Americanos e soviéticos não tomarão parte directa nessa força internacional, mas concordaram que ela seja criada.

O presidente Sadat declarou noutro ponto da entrevista não perceber exactamente o que pretendem os Estados Unidos no Médio Oriente nem porque razão não de apoiar a ocupação do Egipto.

«Como querem que eu seja flexível quando em quinta parte do meu país se encontra ocupada? Que



ANWAR SADAT dirigindo-se a uma multidão durante um comício em Tanta. Sadat tem aparecido em numerosas reuniões deste tipo para explicar a posição do seu Governo em face do recomeço das negociações com Israel, sob a égide do enviado da O. N. U., dr. Gunnar

concessões querem que eu faça?

«O problema para mim não é Israel. O problema é a política dos Estados Unidos».

Ao perguntarem-lhe se as relações entre os dois países teriam melhorado com a ida do presidente Nixon ao funeral de Nasser Sadat respondeu: «Isso teria mostrado interesse em «relação a nós e em relação ao nosso país. Nós somos um povo de emoções e de princípios. Gestos como esse causariam uma grande e boa impressão em nós».

Interrogado sobre a presença naval soviética no Mediterrâneo o presidente Sadat disse: «Nós demostremos facilidades e não bem continuaremos a dá-las, pois eles estiveram a nosso lado nas horas difíceis».

O GOVERNO BRASILEIRO CONCORDA EM LIBERTAR OS 70 PRESOS

RIO DE JANEIRO, 8. — (A. N. L.) — O Governo brasileiro concordou em libertar os 70 presos que os guerrilheiros exigem em troca do embaixador suíço Giovanni Bucher, raptado há um mês — anuncia-se em círculos militares.

Espera-se agora que o presidente Emílio Garrastazu Médici anuncie que os prisioneiros disseminados por várias cadeias foram reunidos e estão prontos a embarcar para o estrangeiro.

A comunicação de ontem

à noite foi o primeiro indicio desde o rapto do diplomata de que o Governo e os raptores chegaram a acordo. A lista agora aceite é a quarta apresentada pelos raptores.

Segundo notícias publicadas na imprensa, foram levantadas barricadas em volta do Rio de Janeiro, sendo as pessoas que pretendiam deixar a cidade obrigadas a retroceder.

A Polícia recusou-se a confirmar ou a desmentir as notícias.



MANUEL SIMÕES PEREIRA

FALECEU

CASA DA FAMA participa e falescimento do seu amigo, e que o funeral se realiza amanhã, às 12.30 horas, da igreja da Pena para o cemitério de Pedrogão Grande, celebrando-se missa de corpo presente às 11 horas.

AQ. SRAF — Telef. 86 92 88

HEYKAL: O Egipto ganhará «aos pontos»

CAIRO, 8 — (A. N. I.) — O director do jornal «Al-Ahram», Mohammed Hassan Heykal declara que nem Israel nem o Egipto podem ganhar a guerra, por colocarem o outro «K. O.», mas que o Egipto poderá obter a vitória «aos pontos». As próximas semanas serão decisivas para a crise do Médio Oriente — acrescenta.

A rede de missões soviéticas no Egipto é a mais moderna do mundo, e o conflito — segundo Heykal — parece aproximar-se do fim.

A vitória «aos pontos» será certamente do Egipto, que «não é em vão que treina três quartos de milhão de soldados».

A despeito da paciência e da diplomacia, a contínua aglomeração de forças armadas levará ao ponto de choque — escreve Heykal — que informou ter-lhe sido decla-

rado por um diplomata norte-americano, com quem conversou em Paris recentemente e a quem mostrou fotografias dos mísseis soviéticos no Canal de Suez:

«Parece uma floresta. Daqui a pouco já não haverá terras para a agricultura» — disse o diplomata, segundo conta Heykal.

O Conselho de Segurança da ONU vai ser convocado para uma reunião na segunda ou na terceira semana deste mês, para debater a crise do Médio Oriente, mas a reunião terminará sem qualquer resultado. Seguidamente haverá uma diligência para a intervenção dos «quatro grandes», mas os Estados Unidos não colaborarão porque «semelhante intervenção poderia impor a Israel aquilo que este não está disposto a aceitar».

Um semanário propõe que o Papa resida também na Cidade do México

CIDADE DO MÉXICO, 8 — (F. P.) — Por que não residirá na Cidade do México o Sumo Pontífice? — pergunta o semanário mexicano «Siempre», que faz notar nomeadamente que há mais católicos na Cidade do México do que em Roma. «Siempre» vai mais longe. Segundo este semanário, o Papa poderia transferir-se várias vezes por ano, segundo o ritmo das estações. Os sucessores de Paulo VI viveriam deste modo numa eterna Primavera, passando de Roma para o México e de México para Buenos Aires.

O semanário considera que isto é o que efectivamente se fará dentro de algum tempo, não só por

razões de clima, mas também com um objectivo religioso: visto que é na América do Sul que se encontra o maior número de católicos, é normal que a cabeça da Igreja seja ali instalada. Tanto mais, declara «Siempre», que a Itália está a tornar-se um país socialista. O Papa não poderá, portanto, ficar muito mais tempo em Roma.

A revista considera igualmente que o próximo Papa «será provavelmente francês» e que ninguém se oporia a que «desse viver algum tempo no México». «Siempre» conclui que, de qualquer modo, «a Cidade do México poderia ser a sede de um concílio relativo à reforma do papado».

A Santa Sé e o reconhecimento de Pequim

ROMA, 8 — (F. P.) — Num artigo assinado pelo padre G. Ruilli, «Civiltà Cattolica», revista dos jesuitas italianos, considerou ontem que o reconhecimento da China pelas Nações Unidas facilitaria a posição da Santa Sé relativamente a este assunto.

A Santa Sé mantém relações diplomáticas com o regime de Chiang Kai-shek, que reconheceu quando este estava à frente da China, mas, explica o padre Ruilli, a intransigência com que a China Popular e a China Nacionalista disputam hoje o direito de representar exclusivamente a China na

O.N.U., complica consideravelmente o problema.

«Uma vez esta questão resolvida», prossegue o padre Ruilli, «o problema do reconhecimento da China Popular por numerosos países seria provavelmente facilitado ou até suprimido, isto facilitaria igualmente a posição da Santa Sé».

«De todas as maneiras», conclui o autor do artigo, «a Santa Sé sabe aguardar com paciência e confiança mesmo que encontre decepções e amarguras». A tradição exige que a Santa Sé tenha como princípio nunca ser a primeira a romper as relações diplomáticas.

ARMAS PARA A RAU E PARA A SÍRIA

WASHINGTON, 8 — (F. P.) — Seis cargueiros soviéticos, ou talvez mais, fizeram entrega nestes últimos dias, de caças a reacção e material militar à Síria e ao Egipto — soube-se de fonte militar americana.

Segundo os peritos americanos, os navios soviéticos atravessaram os Dardanelos levando uns vinte aviões em caixotes, nomeadamente Mig-21, SU-7 e helicópteros.

Um deles, o «Molodogvardsk», teria tentado dissimular o seu destino declarando às autoridades turcas que se dirigia para a Argélia.

Mas aviões americanos viram-no ancorado em 31 de Dezembro em Alexandria. Outros cargueiros desembarcaram uma parte da sua carga em Latakia, porto do norte da Síria.

CRISE NA FAMÍLIA REAL POR MOTIVO DA AMIZADE DO MARIDO DE MARGARIDA POR UMA JOVEM LOURA

NOVA YORK, 8 — (R.) — O «New York Daily News» revela hoje que a misteriosa companheira loura de lorde Snowdon é «lady» Jacqueline Rufus Isaacs, filha do marquês de Reading.

O jornal diz que a amizade entre a jovem de 24 anos e o marido da princesa Margarida, que tem 40, transformou-se aparentemente em algo de mais forte há cerca de um ano.

A história, enviada pelo correspondente do jornal em Genebra, diz que «lady» Jacqueline se retirou para a Suí-

ça, acompanhada pelo irmão, para dar tempo a que a situação se esclareça melhor.

Embora pertença a uma das melhores famílias britânicas, a jovem trabalhou já como modelo em Londres.

Segundo o jornal, a amizade entre lorde Snowdon e a jovem tornou-se finalmente tais proporções que se tornou a causa de uma crise na família real.

Há dez dias, porém, um informador da princesa Margarida desmentiu as notícias sobre uma separação.

O «Daily News» cita as palavras de uma amiga de «lady» Jacqueline que comentou: «Embora ela tenha ficado emocionalmente presa aquilo que, inicialmente, não passou de um «flirt» sem importância, tenho a certeza de que Jackie nunca sonhou ser um dia a condessa de Snowdon. É uma rapariga que, além de bonita, possui a noção das realidades».

Quando lorde Snowdon esteve internado 14 dias numa clínica de Londres, no mês passado, a jovem foi vê-lo.

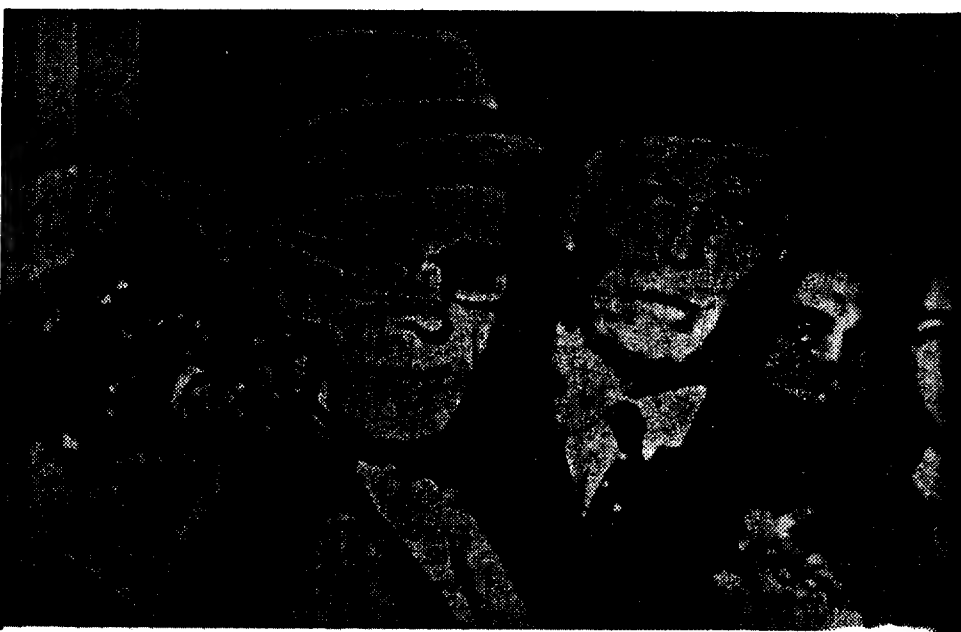
Entretanto, a mãe de «lady» Jacqueline Rufus Isaacs desmentiu hoje que sua filha estivesse envolvida em qualquer aventura amorosa com lorde Snowdon e declarou tratar-se de um boato horrível.

A marquesa de Reading afirmou também que a viagem de «lady» Jacqueline à Suíça, para esquecer o assunto, era também mentira, pois a filha tinha ido à Suíça para fazer esqui.

ILHA À VENDA

PONZA (Itália), 8 — (A. N. I.) — As autoridades italianas de Ponza, anunciam que vai ser leiloadas a ilha de Zannone, com 200 hectares e habitada por cabritos selvagens.

A ilha vai à praça por 18 milhões de liras (330 contos).



O DESAPARECIMENTO DO JORNALISTA MAURO DI MAURO. A esquerda, o jornalista Mauro Di Mauro, há três meses, na Sicília, sob suspeita de estar relacionado com o caso. Admite-se que Mauro Di Mauro tenha sido raptado e morto pela Mafia, quando procedia a uma investigação acerca da queda de avião em que pereceu o industrial Mattei.

Gunnar Jarring chegou a Israel

— (R.) — O mediador das Nações Unidas para o Médio Oriente, Gunnar Jarring, chegou hoje a Tel-Aviv para se avistar com o primeiro-ministro israelita, Golda Meir, e com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Abba Eban.

Jarring foi directamente do aeroporto Lydda para Jerusalém, onde se realizará o encontro.

Quando os jornalistas lhe perguntaram o motivo porque tinha mudado de opinião e resolvera visitar o Médio Oriente, Gunnar Jarring respondeu que não tinha mudado de ideias mas fora convidado por Abba Eban.

Gunnar Jarring declarou também que não visitaria mais nenhum país e seguiria directamente para Nova York. Sobre o assunto a tratar, declarou: «Todos sabem qual é. É o problema do Médio Oriente e não entrarei em mais pormenores».

Gunnar Jarring foi convidado a visitar Israel por Abba Eban, quando este o informou, na semana pas-

sada, que Israel tencionava recomençar as conversações sobre o Médio Oriente, interrompidas em Setembro.

Proposta nos EUA a abolição da pena de morte

WASHINGTON, 8. — (A. N. I.) — Uma comissão de estudo, criada pelo Congresso, recomendou que seja abolida a pena de morte, que os delitos relacionados com a marijuana sejam tratados em pé de igualdade com as violações de tráfico e que se proíba o uso de armas individuais.

Nas propostas, que são parte de um projecto destinado a simplificar a lei criminal federal, de acordo com decisões do Supremo Tribunal, recomenda-se também que as pessoas com 15 anos ou mais, autoras de crimes graves, sejam julgadas como adultas.

O grupo, de 12 membros, é denominado Comissão Nacional para a Reforma das Leis Criminais Federais.

VOLTA AO MUNDO EM 41 HORAS E 30 MINUTOS

SAN FRANCISCO (CALIFÓRNIA), 8 — (A. N. I.) — Maurice Rosen completou a volta ao Mundo, em avião de carreira, em 41 horas e 30 minutos — mais hora e meia do que calculava mas, mesmo assim, num tempo que constitui novo recorde.

A marca anterior — 43 horas e 31 minutos — fora estabelecida por um locutor de rádio, Harry Martin, também de San Francisco.

Rosen partiu com uma muleta, uma máquina de barbear e um livro — esqueceu-se da escova de dentes — e voltou com um ramo de flores e algumas observações sobre os aeroportos que visitou.

A lista dos «records», que foi suscitada pelo livro de Julio Verne «A volta ao Mundo em 80 dias» (1873), abriu com o nome de Nellie Bly, uma jornalista que fez a volta em 72 dias. Howard Hughes, em 1938, bateu esse recorde. Depois disso, a Força Aérea entrou na lista — mas o seu melhor tempo foi de 45 horas e 19 minutos, marca estabelecida por três «Estrada fortalezas», em 1957.

Deterioração das relações

(Continuação da 1.ª página)

pela Imprensa dos Estados Unidos — pedindo que a propaganda americana, e designadamente «A Voz da América», se torne mais militante.

Nestes dois últimos dias surgiram duas manifestações concretas do endurecimento soviético. Seis operários, representando duas fábricas, penetraram no recinto da Embaixada americana — com o acordo, evidente, das sentinelas soviéticas — para entregarem cartas de protesto contra o tratamento dos cidadãos soviéticos nos Estados Unidos. Na terça-feira passada, três indivíduos importunaram, à saída de um teatro, o dr. Robie Palmer, segundo-secretário da Em-

baxada americana, com queixas idênticas.

Por outro lado, há três dias, o embaixador da U. R. S. S. em Washington entregou no Departamento do Estado uma nota advertindo as autoridades americanas de que a U. R. S. S. daria de garantir plenamente a segurança dos residentes americanos em solo soviético, no caso das manifestações anti-soviéticas prosseguirem nos Estados Unidos.

Uma manifestação de massa em frente da Embaixada americana em Moscovo seria a primeira em quase seis anos. Com efeito, a última manifestação do género, na Rua Tchaikovsky, data de 4 de Março de 1965.

COZINHA VELHA

QUELUZ — TELEFONE 950232

Informamos os nossos Ex.ºs Clientes que amanhã, sábado, dia 9, a nossa SALA COZINHA VELHA se encontra reservada para um LANCHE DE CASAMENTO, servindo-se os habituais Almoços, Chás e Jantares na SALA DE BANQUETES.

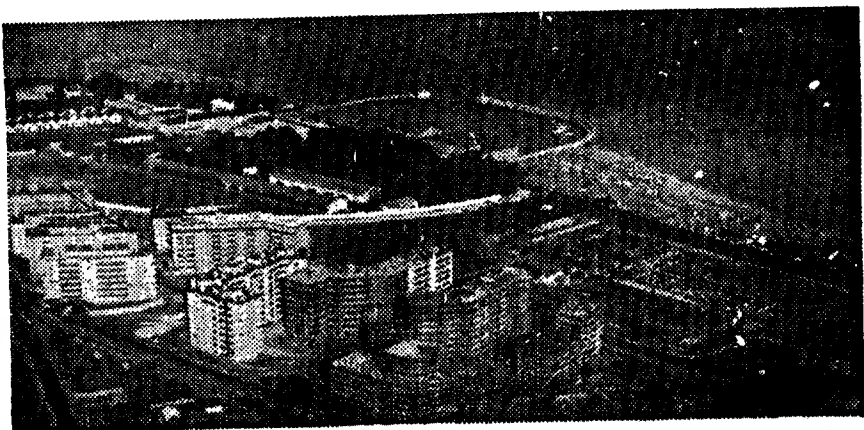
A DIRECÇÃO

PENSE NO FUTURO EM PROPRIEDADES O SEU DINHEIRO VALORIZA-SE

APARTAMENTOS
MOBILADOS
DESDE
150 CONTOS

5 000
CLIENTES
SATISFEITOS

J. PIMENTA, S.A.R.L.



Vista aérea do Paço de Arcos — Nó de ligação à Marginal e conjunto das piscinas para construção imediata



Andares de 2 a 10
divisões assoalhadas

UMA CASA PARA CADA CASO

LISBOA — Praça Marquês de Pombal,
15, 1.º — Telef. 4 58 43/4 78 43

QUELUZ — Rua D. Maria I, 30 — Te-
lefone 95 20 21/22

REBOLEIRA — Amadora — Serviço
Permanente — Telef. 93 36 70

PAÇO DE ARCOS — Bairro Comenda
do Joaquim Matias — Tel. 243 35 11

CASCAIS — R. Regimento Infanteria
19, n.º 39 — Telef. 28 25 75

Conjunto Turístico da Pampilheira —
Telef. 28 39 88

COIMBRA — Avenida Fernão de Ma-
galhães, 470-1.º — Sala 1

CASTELO BRANCO — Praça do Rei
D. José, com entrada pela Rua da
Figueira

S. R.

MINISTERIO
DA ECONOMIA
SECRETARIA DE ESTADO
DA INDUSTRIA

Direcção-Geral
dos
Serviços Eléctricos
EDITOS

Faz-se público que, nos ter-
mos e para os efeitos de art.º
19.º do Regulamento de licen-
ças para instalações eléctricas,
aprovado pelo Decreto-
Lei n.º 26 852, de 30 de Ju-
lho de 1936, estará patente
na Direcção-Geral dos Ser-
viços Eléctricos, sita em Lis-
boa na Rua de S. Sebastião
da Pedreira, 37, e na Secre-
taria da Câmara Municipal da
Concelho de Beja, em todos
os dias úteis, durante as ho-
ras de expediente pelo pra-
zo de quinze dias, a contar
da publicação destes editos
no «Diário do Governo». O
projecto apresentado pela
Companhia Eléctrica do
Alentejo e Algarve, para o
estabelecimento, na freguesia
de Quintos, no referido con-
celho, de uma linha aérea a
15 kV, com 1673 m, do anolo
n.º 34 da linha Beja Quintos
ao posto de transformação de
Monte da Lobatimã.

Todas as reclamações con-
tra a aprovação deste projec-
to deverão ser presentes na
referida Direcção-Geral, ou
na Secretaria daquela Câmara
Municipal, dentro do ci-
tado prazo.

Replicação de Licenciamen-
to, em 4 de Janeiro de 1971.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

Ministério
das Obras Públicas

COMISSARIADO
DO DESEMPREGO

1.ª Repartição

CONCURSO PÚBLICO
PARA AQUISIÇÃO
DE MATERIAL
DE EXPEDIENTE

Na Repartição Central do Co-
missariado do Desemprego, sita
na Rua Almirante Barroso, 15-3.ª,
podem ser consultadas as condi-
ções de praça para o forneci-
mento em epígrafe, em qualquer
dia útil, das 9 às 11,30 e das 14
às 17, e aos sábados, das 9 às
12 horas.

Os actos do concurso terão lu-
gar na sede do Commissariado no
dia 26 do corrente mês, pelas 15
horas, perante a Comissão para
esse fim nomeada.

O depósito provisório é de
1 000\$00 e deve ser efectuado na
Tesouraria do Commissariado, me-
diante guia a passar pela Repar-
tação Central, até às 16 horas da
véspera do dia do concurso, sen-
do depois elevado para 5% do
valor da adjudicação.

Comissariado do Desemprego,
em 5 de Janeiro de 1971.

O Comissário,

CARLOS MARIA DO CARMO
Coronel

FUTEBOL

JOGO VITÓRIA
DE SETÚBAL-SPORTING
(A realizar em 10
de Janeiro de 1971)

A Empresa de Camionagem
«BELOS» assegura o transporte
nas s/ carreiras, entre CACI-
LIAS-SETÚBAL, com partidas
de 15 em 15 minutos, destas
duas localidades.

Também está assegurado o
transporte com partidas de LIS-
BOA (Alcântara-C. C. N.), às
7,30; 7,50; 8,30; 8,45 e 13
horas.

Há igualmente, uma partida
de LISBOA, da Av. 5 de Outu-
bro, 54-C, às 8,00 horas.

Papel pintado...
porquê?



... para dar à sua
casa o conforto que
a transforma num
lar.

... para que a sua resistência e lavabilidade,
lhe permitam a manutenção indefinida do
aspecto e brilho iniciais.

... e, ao fim e ao cabo, há papéis pintados
para todas as bolsas.

... visite-nos.

DECOMUR

... para decomurar...

PAPEIS PINTADOS • ALCATIFAS • TECTOS
CORTINAS • PRESENTES • OBJECTOS DECORATIVOS

R. CLEMENTE MENES, 2 PORTO
AV. DEFENSORES DE CHAVES, 33-B e C LISBOA

**COMPANHIA ELÉCTRICA
DO ALENTEJO E ALGARVE**

C. E. A. L.
S. A. R. L.

CAPITAL 70 000 000\$00

Rua de D. Francisco Manuel de Melo, n.º 23-A,
5.º, 6.º e 7.º

LISBOA

Tendo-se procedido em 28 de Dezembro p. p. ao
sorteio de obrigações desta Companhia de 5% 1958,
foram extraídos os seguintes números:

30535	31005
30540	31023
30723	31857
30731	31873
30748	32407
30903	32421
30950	32744
31751 a 31800	

Lisboa, 6 de Janeiro de 1971.

PELA COMPANHIA ELÉCTRICA DO ALENTEJO
E ALGARVE — CEAL — GARL
UM ADMINISTRADOR

**CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO
ANÚNCIO**

**CONCURSO PÚBLICO PARA A EMPREITADA
DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO E URBANIZAÇÃO
DO GRUPO DE MORADIAS POPULARES
DO LAGARTEIRO (AMPLIAÇÃO)**

Faz-se público que às 15 horas do dia 29 do corrente mês,
se procederá na sala da Biblioteca da Direcção dos Serviços de
Urbanização e Obras, no 6.º pavimento do Edifício dos Paços do
Concelho, à abertura das propostas referentes ao concurso acima
designado.

PREÇO BASE 6 380 000\$00
CAUÇÃO PROVISÓRIA 159 500\$00

Classificação dos alvarás indispensáveis para concorrer:

— 1.ª Categoria, 1.ª Subcategoria da 2.ª classe, Subclasse A;
e 4.ª Categoria 1.ª Subcategoria e 5.ª Categoria, 1.ª e
4.ª Subcategoria, 1.ª classe.

Prazo para a apresentação das propostas: até às 17 horas
do dia 28 também do corrente mês.

O processo do concurso encontra-se patente até ao acto pú-
blico do concurso das 9 às 12 horas e das 14 às 17 horas, em todos
os dias úteis e aos sábados das 9 às 12 horas, na Secção de Expe-
diente e Contabilidade da Direcção dos Serviços de Habitação —
5.º pavimento do Edifício dos Paços do Concelho.

Porto e Paços do Concelho, 4 de Janeiro de 1971.

O VICE-PRESIDENTE,
MANUEL SOBRAL TORRES

EXCURSÃO DA C. P.

FIM DE SEMANA

«NEVE NA SERRA
DA ESTRELA»

Dias 16 e 17 de Janeiro

A C. P. realiza nos dias 16
e 17 de Janeiro, em colabo-
ração com a Agência de Via-
gens Empresa Geral de
Transportes, uma excursão à
Serra da Estrela, incluindo

viagem em comboios de 1.ª
classe entre Lisboa e Colim-
bra-B e ainda um percurso
turístico rodoviário às prin-
cipais localidades da região.
Almoço no Restaurante Bo-
cage, em Viseu. Alojamento
na Guarda.

PREÇOS

Modalidade 1

(Hotel de Turismo

— 1.ª classe) 680\$00

Modalidade 2

(Pensão Aliança

— 1.ª classe) 595\$00

Bilhetes à venda nas esta-
ções de Lisboa (Rossio) e Lis-
boa (Santa Apolónia), na
Empresa Geral de Transpor-
tes (Rua do Arsenal, 124),
nas Agências de Viagens au-
torizadas e nos Despachos
Centrais do Caminho de Fer-
ro, em Lisboa, onde são dis-
tribuídos programas descri-
tivos.

AKAI

SÍMBOLO DA TÉCNICA EM:

• alta-fidelidade

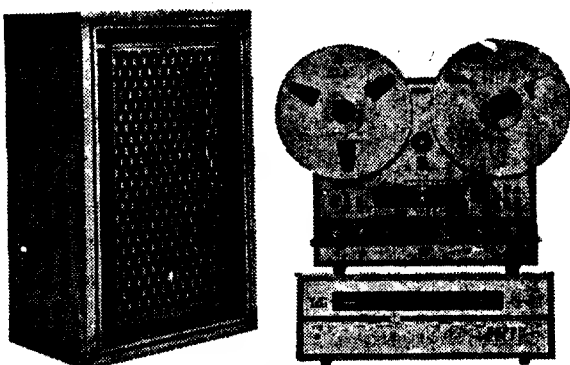
• gravadores de som

REPRESENTANTES EXCLUSIVOS:

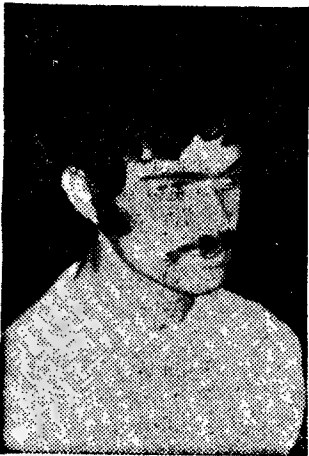


Ondex-Representações Electrónicas, Lda.

escrit. e exposição CAMPO DAS CEBOLAS 39 A 42 TEL. 664 78 04
serv. técnicos ARCO DE JESUS 5 TEL. 66 41 11 LISBOA 2



DESPORTO



Porfírio: o alvo é a baliza do União de Leiria

PORTUGAL-DINAMARCA NO ESTÁDIO DAS ANTAS

Está marcado para o dia 12 de Maio próximo o encontro de futebol ao nível de seleções entre Portugal e a Dinamarca, a contar para a Taça das Nações. O desafio realizar-se-á no Estádio das Antas, onde a equipa portuguesa poderá contar com o tradicional e caloroso apoio do publi-

co português. Entretanto, ainda nas Antas, o F. C. Porto receberá, depois de amanhã, a equipa alemã do Hannover (15 horas), para um jogo particular que servirá para apresentação dos brasileiros Erandyr e Joaquinzinho, recém-chegados à turma azul e branca.

DOMINGO, MAIS UM «SOLUÇÃO»

REGRESSA A POBRE TAÇA..

Pobre, de maus tratos. Porque, quanto a jogo, nada menos de 15. E, alguns, com interesse bastante para atenuar a «saúde» do «Nacional»...

Três divisões por clubes de duas Divisões (a 2.ª e a 3.ª): 5 jogos entre clubes da 2.ª; 2 entre clubes da 3.ª; e os restantes «misturados».

Do programa avulta o Montijo-União de Leiria, que reúne os dois vice-comandantes das zonas Sul e Norte da 2.ª Divisão. Pelos pontos até agora somados nas respectivas zonas e porque joga em casa, a ideia geral parece ser a de favoritismo do Montijo. Mas Taça é Taça, mesmo quando é... Taça de Portugal. Além de que, adivinhar é proibido...

Sendo assim e, seguros de que nos compreendem, convidamos o leitor, totobolista ou não, a «escolha» dos «favoritos», relembando apenas, para facilitar, o «currículo» das equipas em presença, nos torneios (de regularidade) em que estão empenhados. E também de ter em atenção a vantagem de jogar em casa...

Já abordado o Montijo-União de Leiria, passemos, hierarquicamente, aos restantes desafios. Ainda entre clubes da 2.ª Divisão:

Luso-Pentche: militam ambos na zona sul, ocupando, respectivamente o 10.º e o 3.º lugares.

Oriental-Marinhense: 8.º e 4.º das zonas Sul e Norte.

Torres Novas-U. de Tomar: penúltimo e 4.º da zona Sul.

Sesimbra-Penafiel: 11.º e 13.º do Sul e do Norte.

2.ª e 3.ª DIVISÕES — SUL

Chaves (9.º da zona A da 3.ª) - Sp. de Braga (8.º da zona Norte da 2.ª).

U. Coimbra (12.º da zona Norte da 2.ª) - Lamego (2.º da zona A da 3.ª).

Beja (9.º da zona D da 3.ª) - Atlético (1.º da zona Sul da 2.ª).

Anadia (6.º da zona B da 3.ª) - Salgueiros (6.º da zona Norte da 2.ª).

Covilhã (1.º da zona B da 3.ª) - Torriense (último da zona Sul da 2.ª).

Riopele (10.º da zona Norte da 2.ª) - Naval (7.º da zona B da 3.ª).

Beira Mar (1.º da zona Norte da 2.ª) - Estoril (12.º da zona C da 3.ª).

U. de Almeirim (4.º da zona C da 3.ª) - Vizela (último da zona Norte da 2.ª).

SO 3.ª DIVISÃO — SUL

Portalegrense-Fetrense: 8.º da zona C e 12.º da B.

Marrazes-U. Santarém: 2.º e 13.º da zona C.

E é tudo e não é pouco. Agora é fácil: basta misturar os «ingredientes» fornecidos e, com um pouquinho de sorte — 1 X 2... — salve-se quem puder. Isto é, salve-se a Taça... Quem puder. Porque, «sózinha», ela não pode...

ESTA NOITE HÁ DESPORTO

ANDEBOL — Campeonato de Lisboa de Reservas: Técnico-Passos Manuel, às 20 e 30; Benfica-Sporting, às 21 e 45; e C. Ourique-Belenenses, às 23, no pavilhão de Campo de Ourique.

ASSEMBLEIA — Geral ordinária do Sporting Clube do Rio Seco na sua sede, às 21 e 30.

BADMINTON — Campeonato de Lisboa de Equipas-Mistas, no Liceu Pedro Nunes, às 21.

BASQUETEBOL — Campeonato Nacional da II Divisão: C. D. U. L. Atlético, às 21 e 30, no Estádio Universitário.

HÓQUEI EM PATINS — Torneio de qualificação para o Campeonato Metropolitano da I Divisão: Belenenses-Salesiana, C. Ourique-Benfica e Futebol Benfica-Sporting, a partir das 20 e 15, no pavilhão de Campo de Ourique.

VOLEIBOL — Campeonato de Lisboa de Juniores: Costa do Sol-Benfica, às 22, no Liceu de Cascais. — Torneio Aberto de Seniores: Técnico-Sintrense, às 21 e 30, no Técnico.

XADREZ — Campeonato Nacional de 1.ª categoria no Grémio Literário, a partir das 20.



A BELA E O «BOXEUR» — A cançonetista Maria Valejo apadrinha o regresso do pugilista Carlos Almeida a ringues portugueses. Na quinta-feira, eles estarão no Coliseu dos Recreios

CARLOS ALMEIDA APRESENTADO À IMPRENSA

O boxe ressurgiu entre nós. A Lusobox organiza no próximo dia 14, quinta-feira, no

Coliseu dos Recreios, uma sessão verdadeiramente prometedora.

Ontem foi apresentado à imprensa o pugilista português Carlos Almeida que, em vários países da Europa, derrotou alguns dos melhores valores da modalidade.

O programa da reunião mostra-se deveras aliciante. Carlos Almeida combaterá com Yando II, ex-campeão de Espanha (que perdeu o título dos meio-médios a favor de Velasquez), numa luta prevista para dez assaltos de três minutos.

No entanto, a sessão contém ainda dois combates dignos de atenção: Costa Rodrigues (outra esperança do pugilismo português) contra o espanhol Carvajal e João Nunes-Castellano.

O Coliseu vai, novamente, conhecer uma noite de grande entusiasmo, como nos tempos, ainda não distante, de Beni Levi e restante «écurie» moçambicana.

E o público lisboeta, sempre fiel à modalidade, não faltará com a sua presença, apoiando assim o impulso que se lhe pretende dar.

HÓQUEI EM PATINS

JORNADA COM 39 GOLOS

No torneio de qualificação do campeonato metropolitano da primeira divisão (hóquei em patins) o

Paredo venceu a C.U.F. (por 7-3), Oeiras e Paço de Arcos empataram a sete golos e o Cascais bateu o Alges por 15-2.

Equipas e marcadores: PAREDE — Branco; Dinis (2), Leitão (2), Arnaldo, Coelho (3) e Amílcar.

C.U.F. — Vitor Domingos; Mário Ferreira (1), José António (2), Venâncio, Germaine e Salustiano.

OEIRAS — José Manuel; Rosado, João Henriques (1), Nunes (3), Ricardo, Carvalho (2) e Luís Filipe.

PAÇO DE ARCOS — Ferreira; Alfredo, José Rosa (1), Moura (2), Abreu (3) e Correia dos Santos.

ALGES — Cerca; Moreira (1), Moita (1), Vasconcelos, Lemos, Barraló, Ramalho e Baltasar.

CASCAIS — Paulino (ex-Salesiana); Abílio, Sombreiro (2), Barros (4), Cunha (8), Raul Silva (1) e Luís Costa.

Acontecimentos DE ONTEM

BASQUETEBOL

Terminaram os campeonatos de Lisboa das categorias de juvenis e juniores. O Sporting triunfou nas duas competições: em juvenis sobre o Alges (por 49-48) e em juniores perante o C.D.U.L. (50-32).

Equipas de juvenis: SPORTING — Ferro (6), Rijo (6), Vasques (9), Lopes (12), Costa (14) e Corte Real (2).

ALGES — Valério (8), Figueiredo (12), Parreira (9), Trindade (2), Almeida (14), Jorge (3) e Mário Figueiredo. Ao intervalo: 25-28.

Formações de juniores: SPORTING — Salgado (8), Pimenta, Pinheiro (25), Veteia (10), Dias (5) e Costa (2).

C.D.U.L. — Barcinio (2), Folque, Reis (11), Sousa (4), Rui (6) e Branquinho (9). Ao intervalo: 28-17.

O moçambicano Rui Pinheiro foi a «vedeta» da noite.

Jogos de basquetebol da segunda jornada do Regional da segunda divisão: Maria Pia-Oeiras, 78-75 (após dois prolongamentos: 61-61 e 67-67); Pedrouços-Queiz, 42-44; Liberdade-Sporting de Torres

Vedras, 39-46; E. Física-Sacavenense, 43-46.

BADMINTON

Finals do Torneio de Abertura (juniores): SINGULARES-RAPAZES — Jorge Cruz (B. C. P.) venceu Vieira da Silva (Cascais), por 2-0 (15-6 e 15-6).

SINGULARES-MENINAS — Graça Cruz (B. C. P.) venceu Maria do Carmo (Cascais), por 2-1 (8-11, 11-1 e 11-5). Nesta categoria terá de haver uma finalíssima entre as mesmas jogadoras, no dia 15, às 21 horas.

PARES-MISTOS — Graça Cruz-J. Cruz (B. C. P.) venceram Maria do Carmo-F. F. Alho (Cascais), por 2-0 (15-3 e 15-0).

PARES-RAPAZES — Jorge Cruz-João Brás (B. C. P.) venceram José Lopes-D. Carvalho (Benfica), por 2-1 (15-17, 15-1 e 15-3).

Campeonato de Lisboa de segunda categoria:

SINGULARES-HOMENS — João Cruz (B. C. P.)-D. Carvalho (L. Ginásio), 2-0 (15-6 e 15-11); F. Duarte (Benfica)-A. Pimentel (C. I. F.), 2-0 (15-9 e 18-14); M. Sarmento

(C. I. F.)-José Pereira (L. G.), v.f.c.

SINGULARES-SENHORAS — Paula Miranda (Benfica) venceu Luísa Vasconcelos (C. B. L.), 2-0 (11-3 e 11-2).

PARES-HOMENS — Moreira da Silva-Pedro Pimentel (C. B. L.)-João Cruz-F. Rego (B. C. P.), 2-0 (15-2 e 15-5); Azevedo e Silva-L. Relógio (Benfica)-M. Sarmento-A. Sarmento (C. I. F.), 2-0 (15-5 e 15-5); M. Cirilo-Aguilar (L. Ginásio)-J. Martinez-M. Elró (B. C. P.), 2-0 (15-12 e 15-7).

O campeonato tem amanhã (às 21 horas) nova jornada.

ANDEBOL

Luís Mascarenhas e Oliveira é o novo presidente da Federação Portuguesa de Andebol.

VOLEIBOL

Nos campeonatos regionais de juvenis e senhoras não se realizou o jogo feminino Sintrense-C. I. F. por desistência da turma de Sintra. Resultados dos encontros realizados: Benfica A, 3-Benfica B, 2 (juvenis) e Benfica A, 3-Benfica B, 0 (senhoras). Equipas:

BENFICA A — António Fonseca, Ramiro, Mamede, Gastão Nunes, Mário Almeida, Alfredo Melão, José Barros, José Artur, António Brasão e Frederico Valsassina.

BENFICA B — Helder Niri, Jorge Pires, José Morais, António Madeira, Fernando Cruz, Dins Amaral, Alberto Ramires, Pedro Pereira e Nuno Barros.

BENFICA A — Madalena Canha, Adelaide Canas, Margarida Leite, Leonor Santos, Maria José, Fátima Moreira e Adelaide Patrício.

BENFICA B — Graça Ramos, Isabel Ribeiro, Fernanda Gomes, Gertrudes Maria, Ana Bernardes, Conceição Rendeiro e Maria de Lurdes.

TÊNIS DE MESA

Primeira eliminatória da Taça Imprensa para veteranos: Benfica-Estrela da Amadora B, 3-0; Alamos Apólo A-Estrela da Amadora A, 3-0; Alamos Apólo B-S. L. Aguias, 0-3.

HÓQUEI EM CAMPO

O Atlético foi eliminado do Torneio de Abertura.

YUSTRICH CONTINUA NO FLAMENGO

Yustrich, eleito pelos jornalistas brasileiros como «o melhor técnico do ano», acaba de renovar, por mais uma época, o seu contrato com o Flamengo, do Rio de Janeiro.

O «plantel» é dispo-

ção de Yustrich passa a contar, apenas, 25 profissionais. O famoso treinador recebeu 350 contos no acto da assinatura do contrato, tendo direito ao vencimento mensal de 35 contos e a prémios duplos dos atribuídos aos jogadores.

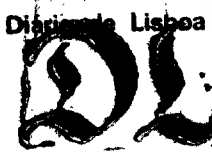
SETUBAL — Lisboa.
Dr. Paulo Morão (22248).
São. Av. Morão 24 (Luz)
SEIXAL — Seremanha.
Pavão Coelho 38 (Teletel.
2218560).

☛ **PORTO**

Alfio de Barros, Rua Co-
to Cabral, 240 (Tel. 4059)
* Boavista, Rua do Bo-
viato, 601 (Tel. 25448)
Botelho, Rua do Alegre,
863 (Tel. 40069) * Ca-
tral, Rua de Santa An-
tônio, 203 (Tel. 21684)
Contumil, Rua de Con-
mil, 540 (Tel. 45755)
Correia, R. S. R. do Al-
meida, 1473 (Tel. 5192)
* Garantia, Rua Fernan-
dos Tomás, 696 (T. 2464)
* Lemos & Filhos, Lda
P. Carlos Alberto, 31 (Te-
lefone 21309) * Maia,
do Campo Alegre, 1
(Telefones 64450) * Pa-
simular, R. Chã, 100-14
(Tel. 20707) * Pinhel
Mense, R. S. João de Ba-
to, 25-29 (Tel. 60692)
Sã, Rua Vale Formoso, 14
(Tel. 40427) * Serpe Pin-
to, Rua de Serpe Pin-
to, 645 (Tel. 48696) * Fe-
Rosa Senhora da Luz, 38,
-foz (Tel. 630127).

● **COIMBRA**

M. Nazaré — Avenida
João das Regras (tele-
23033) * Figueiredo —
Rua de Sofia (tel. 2289)
* Cordeira — Rua Vin-
centino



Renascença Gráfica S.A.R.L.
Administração e Publicidade
Rua Castilho 185-1
Telex 65 45 31-2-3-4
Redacção e Serviços Técnicos
Rua Luz Soriano 44
Telex 32 02 71-2-3 e 32 11 54-5
End. Tel. DIBOA Telex 1363
Lisboa - Portugal

Novo e grandioso empreendimento da Torralta: um milhão e meio de contos para o conjunto urbanístico de Tróia

De
vez
em
quando

A recente corrida ao gás engarrafado para os aquecedores, com que o lisboeta procurou fazer face à vaga de frio, trouxe novamente à baila um facto conhecido: o preço exagerado por que esse produto é vendido ao público. As vulgares garrafas com 13 quilos de gás (qualquer que seja a marca) custam cada uma 72\$60. Vejam só: os mesmos 13 quilos de gás custam 59\$80 em Espanha e 16\$00 na Alemanha. Mas há ainda outro pormenor a focar: consta que algumas empresas produtoras estariam dispostas a baixar os preços no nosso País. E, a avaliar pelos preços no estrangeiro, ainda lhes ficaria larga margem de lucro. Assim, com gás mais barato, lucrariam eles, mas também lucraríamos nós, tornando-se mais consentânea a moralidade que advém do equilíbrio preceituado pelo próprio sapateiro de Braga.

V. D.

o
tempo

INFORMAÇÃO DO SERVIÇO METEOROLÓGICO

SITUAÇÃO GERAL AS 9 HORAS DE HOJE — Em Portugal continental, o céu estava muito nublado em várias regiões e o vento era fraco ou moderado e predominava de Sudoeste; havia nevoeiro em alguns locais do interior.

TEMPERATURAS EXTREMAS OBSERVADAS NA REDE NACIONAL DO CONTINENTE ATÉ AS 9 HORAS DE HOJE — Máxima: Estoril, 5°; minimum: Bragança, -4°.

TEMPERATURAS DO AR AS 9 HORAS DE HOJE — Porto, 5°; Penhas Douradas, 3°; Coimbra, 5°; Portofino, 8°; Lisboa, 4°; Faro, 1°; Funchal, 17°.

TEMPERATURAS OBSERVADAS NA COSTA DO SOL AS 9 HORAS DE HOJE — Na atmosfera, 6,5° na água do mar: 12,5°.

PREVISÃO GERAL ATE AS 24 HORAS DE AMANHÃ:



Amãhã
Nascer às 8 e 55
Ocaso às 18 e 32

Céu geralmente pouco nublado; vento fraco ou moderado do Leste ou Sueste; neblina ou nevoeiros matinais nos vales e terras baixas; formação de geada nas regiões abrigadas do Norte e Centro.



Dia 11 Dia 19 Dia 26 Dia 2

MARÉS:

PREIA-MAR: Hoje — 2 e 37 (3,5 m); 14 e 11 (3,5 m); Dia 9 — 2 e 32 (3,7 m); 15 e 05 (3,6 m); Dia 10 — 3 e 25 (3,8 m); 15 e 56 (3,7 m).

BAIXA-MAR: Hoje — 7 e 20 (1,4 m); 19 e 40 (1,4 m); Dia 9 — 8 e 06 (1,2 m); 20 e 22 (1,3 m); Dia 10 — 8 e 58 (1,1 m); 21 e 11 (1,2 m).

Concebido de forma a inscrever-se nos esquemas de exploração da Torralta — sociedade promotora de todo o empreendimento — o conjunto turístico da Ponta do Adoxe e a importância que atingirá vai, devese, em grande parte, ao facto de ter sido concebido de forma a integrar-se nos esquemas já utilizados por aquela entidade com a garantia não apenas de uma cobertura turística a âmbito nacional mas, também, por servir os interesses duma população extraordinariamente numerosa.

Essas foram as bases reveladas ontem na reunião promovida no restaurante que a Torralta tem já a funcionar na península de Tróia, face inicial do empreendimento que envolve grandioso conjunto turístico orçado em milhão e meio de contos. A reunião constituiu significativa homenagem aos correspondentes do jornal «The Herald Tribune», que anualmente se congregam num dos países onde possuem representantes. Acompanhando-os os srs. Robert T. MacDonald, e Richard Morgan, director-geral da empresa editora e director dos serviços de publicidade e os promotores da iniciativa, srs. Agostinho da Silva, vice-presidente do conselho de administração da Torralta e os administradores da «Soltroia», srs. dr. Mário Pais de Sousa e comandante Hildegardo de Noronha. Presentes ainda o sr. arquitecto Conceição e Silva, responsável pelo plano urbanístico e os srs. Álvaro Ruas e Jorge Ramos, da direcção da Torralta.

A larga experiência e os resultados obtidos pela Torralta neste tipo de iniciativas

permitiu que o projecto se baseasse num programa realista, partindo de dados concretos e certas que de outra forma seriam impossíveis de obter.

Explicando os objectivos do grandioso empreendimento, disse, em dado momento, o sr. comandante Hildegardo de Noronha: «Há cerca de um ano, com o propósito de acelerar o desenvolvimento desta península, já apreciada desde os tempos dos romanos, criou-se a Sociedade Turística Ponta do Adoxe. Foram seus sócios fundadores, a SOLTROIA, proprietária da península e que, desde alguns anos, vem procurando resolver os complexos problemas da implantação de um grande conjunto turístico-residencial, a ARQUITECTURA E CONSTRUÇÕES, firma sobejamente conhecida no sector especializado, a TORRALTA, que, no Algarve, se vem impondo no fomento das actividades turísticas.

Também com o propósito de conseguir um desenvolvimento acelerado da região, é nossa intenção, promover a organização de mais duas sociedades, uma para coordenar as infra-estruturas e serviços de abastecimento necessários ao pleno funcionamento do núcleo da Ponta do Adoxe e outra que permita um transporte fluvial rápido e eficiente entre SETÚBAL e TRÓIA.

Torna-se evidente o propósito de servir uma população numerosa, dado que o grandioso empreendimento se propôs atender uma população flutuante prevista para 20/25 mil pessoas por fim-de-semana, nos meses de Verão, constituindo uma autêntica «cidade-turística», com clube

de pesca e caça (primeira iniciativa a realizar), e grande centro de atracção da população de Lisboa, aliciante para importantes núcleos populacionais pela base acessível de títulos. Vai conseguir-se, assim, a participação directa de elevado número de accionistas, expressão dilatada em interesses de importância expressiva.

A larga experiência e os resultados obtidos pela «Torralta» neste tipo de iniciativas permitiram que os habitantes deste conjunto tenham a sua disposição zonas comerciais, constituídas por ruas, enquadradas por grandes espaços de convívio e recreio, restaurantes localizados nos pontos de maior interesse paisagístico e relacionados com a praia, parques de jogos para adultos e crianças, zonas desportivas e diversos conjuntos de piscinas.

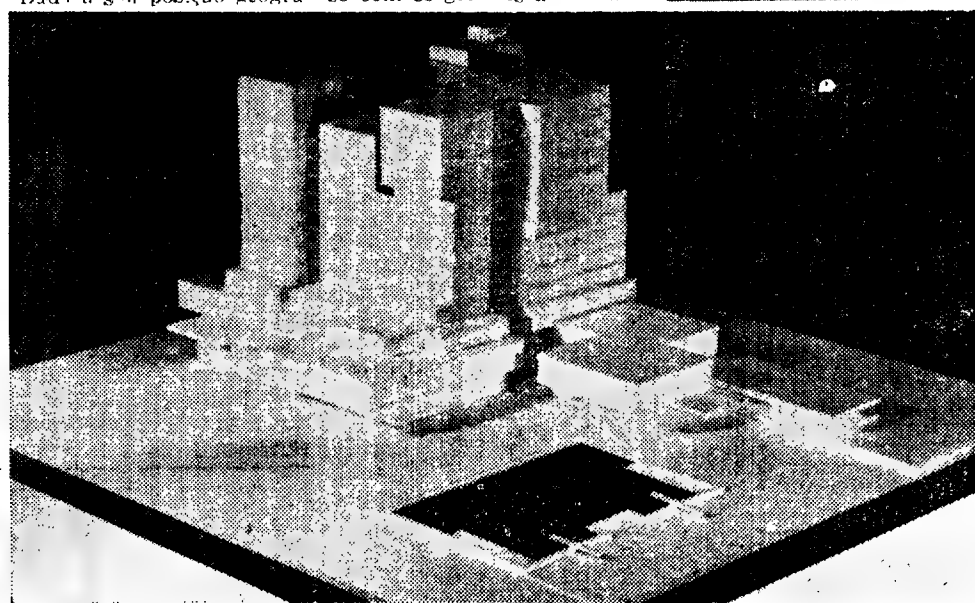
Dada a sua posição geográfica

urbanas, como também aquelas que são procuradas por quem pretende passar férias.

Na sua totalidade este conjunto poderá alojar 8000 habitantes em apartamentos de diversos tipos, projectados de acordo com os esquemas de promoção previstos pela TORRALTA.

Este grande conjunto que beneficia da proximidade de duas grandes cidades — Lisboa e Setúbal — está igualmente preparado para receber também uma grande população flutuante, estando criadas as condições para que esse grande número de visitantes não perturbem os habitantes residentes, mas antes pelo contrário, vitalizem toda a zona.

Amplios espaços livres foram reservados para absorver os turistas com pequena permanência, garantindo não só com os grandes áreas dis-



A maquete do Clube-Hotel de caça e pesca, que vai ser construído em Tróia

fica e as espécies características que a Península de Tróia apresenta, proporcionará ainda desportos de pesca e de caça, pelo que se resolveu iniciar a construção imediata de um Clube-Hotel com 350 camas.

O Conjunto Turístico da Ponta do Adoxe foi projectado para absorver as correntes turísticas do País nas melhores condições, proporcionando-lhe não só situações

ram Amália Rodrigues e Vicente da Câmara. Guitarras e vozes portuguesas marcaram presença numa reunião internacional. E ouviram fartos aplausos.

Para os convidados, canta-

Conta Infantil
BANCO DO ALENTEJO

COMPANHIAS REUNIDAS GÁS E ELECTRICIDADE

AVISO AOS CONSUMIDORES

A nossa rede de distribuição de energia eléctrica requer frequentes trabalhos de ampliação e conservação, perante o constante aumento de consumidores. Assim, no próximo Domingo, teremos de interromper a corrente para trabalhos indispensáveis, nos seguintes Sectores e Zonas, apenas durante as horas indicadas:

4.º Sector — Concelho de Lisboa: Rua da Casquilha (total), Rua João Frederico Ludovice (total). (Das 8 às 12 horas).

8.º Sector — Av. Defensores de Chaves lado ímpares, entre a Av. Miguel Bombarda e Av. Duque d'Avila. (Das 8 às 12 horas).

1.ª Zona — Concelho de Oeiras: Oeiras: Alto de St.º Amaro, Rua Dr. José Joaquim de Almeida, Rua Dr. José Diogo da Silva, Rua D. Francisco de Almeida, Rua S. Pedro do Arneiro, Rua Infanta D. Isabel e imediações. (Das 8 às 15 horas).

2.ª Zona — Oeiras: Rua Desembargador Faria, Est.º de St.º António, Rua Marquês de Pombal, L.º Marquês de Pombal, Rua 7 de Junho, Nova Oeiras (parte) e imediações. (Das 8 às 15 horas).

3.ª Zona — AMADORA: Rua Elias Garcia, Est.º da Fala-

gueira, Av. Brasil, Praceta St.º Cruz, Praceta dos Vales de Baixo, Praceta das Terras de Baixo e imediações. (Das 8 às 15 horas).

4.ª Zona — AMADORA: Rua Macau, Praceta Miguel Cláudio, Alto do Maduro, Trav.º do Olival e imediações. (Das 8 às 15 horas).

5.ª Zona — LINDA-A-PASTORA: (Das 8 às 15 horas).

6.ª Zona — Concelho de Cascais: PAREDE: CORRIOLA e imediações. (Das 8 às 15 horas).

7.ª Zona — Cobre (parte), Rua do Cobre e Valcoice. (Das 8 às 15 horas).

8.ª Zona — PAREDE: Mato Largo, Alto da Parede, Rua A, Rua 1 e imediações. (Das 8 às 15 horas).

9.ª Zona — PAREDE: Av.º da República, Rua Elias Garcia, Av.º Amadeu Duarte, Rua Machado dos Santos e imediações. (Das 8 às 15 horas).

10.ª Zona — ARNEIRO. (Das 8 às 15 horas).

11.ª Zona — Concelho de Sintra: MONTELAVAR: Rua do Vimal. (Das 8 às 15 h.)

12.ª Zona — Concelho de Mafra: ERICEIRA: Encosta da Franca, Estrada Nacional, Ribeira da Baleia, Bairro das Andorinhas, Bairro João David Soares, Rua dos Murtais, Rua do Esteval, Rua da roca, Rua do Caldeiro, Rua Fonte do Cabo, Cd.º da Ba-

leia, Rua Eduardo Burnay. (Das 8 às 15 horas).

13.ª Zona — Concelho de V. F. de Xira: ALVERCA: Av.º Capitão Meleças, Rua João Mantas, Est.º da Estação. (Das 8 às 14 horas).

14.ª Zona — Povos (zona norte), Castanheira, Vale do Carregado. (Das 8 e 30 às 14 horas).

15.ª Zona — Parte Central de Vila F. de Xira. (Das 8 às 14 horas).

16.ª Zona — Póvoa (parte norte), Caniços, Vialonga, Verdinha, do Ruivo, Boca da Lapa, Morgado, Santa Eulália, Santa Cruz, Mogos, Granja de Alpiate, Alpiate, Quintanilha. (Das 8 e 30 às 14 horas).

17.ª Zona — Concelho do Cartaxo: Cruz do Campo, Terra Dura, Vale da Pedra, Setil, Reguengo, Valada. (Das 8 às 14 horas).

18.ª Zona — Concelho de Torres Vedras: Freiria, S. Domingos Carmões, Boligueira, Carreiras, Zibreiras, Carvoeira. (Das 8 às 14 horas).

19.ª Zona — Concelho do Sobral Monte Agraço: Corujeira. (Das 8 às 14 horas).

20.ª Zona — Concelho de Alenquer: Merceana, Freixial de Cima, Freixial do Meio, Freixial de Baixo, Penuzinhos, Atalaia, Labrujeira, Pocarica, Barbas Porco, Arneiro, Paial, Vale Benfeito, V. Verde dos Francos, Cabanas de Tornos, Olhalvo, Montegil. (Das 8 às 14 horas).

CASA DA SORTE

ABRIU O ANO A VENDER

PRÉMIOS GRANDES

5808 — 3.º PRÉMIO — 300 CONTOS

DISTRIBUIDOS HOJE AOS BALCÕES DA

CASA DA SORTE

Quantos somos, quem somos, como somos

CARLOS CARVALHAS

Para uma melhor compreensão, o estudo da população interessa à economia por dois motivos fundamentais:

a) A população é o fim último de toda a actividade económica, pois a economia, enquanto actividade, propõe-se, ou devia propor-se, a satisfazer as necessidades da comunidade humana. b) O trabalho, considerado como factor de produção, é fornecido pelo elemento humano. Quer dizer a população é ao mesmo tempo a produtora e receptora de bens económicos e a sua capacidade de produção depende grandemente não só da quantidade, mas sobretudo da sua qualidade.

O seu estudo pode fazer-se segundo duas ópticas diferentes: observar um determinado agrupamento num dado momento, analisando as suas características fundamentais, como o volume quantitativo de indivíduos que o constituem; a estrutura demográfica: sexo, idade, etc.; a densidade populacional e a distribuição regional. Este, portanto, um estudo do «estado» da população numa perspectiva estática, como se se tratasse de uma fotografia, o que se faz por recenseamentos que, entre nós, se levam a efeito de dez em dez anos.

Uma outra óptica consiste em estudar todos os movimentos, natalidade, mortalidade, migrações, que alteram a população,

isto numa perspectiva dinâmica. Estas duas análises completam-se, pois o estado da população é sempre a resultante da acção destes movimentos.

Tudo isto vem a propósito do recenseamento que se está a efectuar (inclui todo o território (1) regido pela constituição portuguesa à excepção do Estado da Índia) e que nos dirá como, quantos, quem somos e também como habitamos. Efectivamente, os seus dados não só nos dirão quantos somos, como permitirão determinar a média aritmética das idades (idade média), a relação de masculinidade ou seja o número de homens para cada 100 mulheres, a razão de envelhecimento — razão entre o número de indivíduos maiores de 60 e menores de 20 anos — densidade populacional, distribuição geográfica, etc., etc., dados que irão ser utilizados e condicionarão a política económica.

Na verdade se em termos gerais podemos dizer que a produção de um país será tanto mais quanto mais for a sua população, também podemos afirmar que pode haver duas economias igualmente volumosas, mas com diferentes capacidades de trabalho. Daí o interesse em saber a sua estrutura, pois, por exemplo, as necessidades de uma criança não são as mesmas das de um adulto e as suas capacidades de

trabalho são bem diferentes. Além disso a estrutura interessa para definir as perspectivas de evolução futura de um agrupamento no que respeita à sua renovação, pois apenas uma fração da população pode contribuir para ela. E não é indiferente a um país ter uma população jovem ou ter uma população envelhecida; o envelhecimen-

to da população tem consequências económicas, aumenta progressivamente os efectivos da população a «carga», sobrecarregando a população activa. Também não é indiferente saber qual a sua distribuição, quais os distritos que têm repellido população, quantas pessoas tiveram de emigrar, quanto aumentaram os distritos de atrac-

ção com todos os problemas que daí advêm na sobrecarga das infraestruturas (mais escolas, hospitais, creches, etc.).

UM RECENSEAMENTO MAIS PERFEITO

Para já, este recenseamento mostra-nos como se trabalha e senão ve-

jamos: Tanto o «boletim de família» como o da «habitação» trazem inúmeros dados mais perfeitos e completos do que há dez anos, mas, quanto a nós, não se teve em conta o «estado» da população o que é um paradoxo, pois trata-se de uma operação para avaliar o seu «estado». Na verdade, quantas pessoas

Cont. na pág. 4

MESA REDONDA

Planeados e clandestinos

NUNO PORTAS

OS PLANOS

1. Suponho que a ideia mais difundida, mesmo entre os técnicos, é a de que a existência de aglomerados clandestinos se explica pela negligência, impotência ou corrupção da administração municipal diante dos especuladores (e dentre estes os mais «inqualificados») — e, inversamente, que essa lepra urbanística, deixava de existir no dia em que se sanele e reforce o respectivo corpo de fiscais e polícia ou ainda, de um modo mais geral, no dia em que o governo aprove efectivamente os planos e imponha drasticamente o seu cumprimento rigoroso.

Antes de aceitar esta explicação como boa não deixa de ser necessário investigar se os planos que conhecemos podem ser cumpridos e se o seu cumprimento traz necessariamente benefícios para a maioria da população, designadamente para a mais insolvente (em relação ao mercado) e, portanto, beneficiários compensadores do aumento do controle administrativo e repressivo que se reivindica.

Parecerá estranha esta dúvida de princípio que deixa aflorar uma suspeita sobre as proverbiais vantagens da ordem (o plano), sobre a desordem (a prática) suspeita que só tem razão de ser se se admitir que a ordem que se procura impor pode ser demasiado arbitrária e até servir interesses de um dado estrato social em detrimento dos de outros e, ainda, que a desordem que se impõe na prática pode ser mais aparente que profunda e representar entretanto melhor os conflitos, insanáveis a nível urbanístico, do contexto socio-económico.

PLANOS RÍGIDOS OU ADAPTATIVOS?

É sabido hoje — sobretudo por analogia com a cibernética — que tem de haver continua troca de impulsos ou de energia entre um sistema que queremos regular (no caso o sistema físico da cidade-região) e o seu contexto socio-económico e cultural e que toda a imposição inicial de rigidez de organiza-

ção nas relações funcionais e na uni(formidade) do corpo se opõe à agilidade de adaptação à mudança e à manifestação da heterogeneidade insofismável desse contexto social. As formas conhecidas de planeamento urbano têm um óbvio horror à complexidade e à espontaneidade — que não consideramos necessariamente benéficas, sobretudo quando se sabe que o interlocutor não é a população mas o especulador que se serve dela: i. é, tende a adoptar táticas sucessivamente mais defensivas da integridade do seu modelo mesmo que, cada dia, vá este ficando mais cortado da prática, logo mais inútil.

Como se na psícose de evitar a infecção do corpo se preferisse deixar este definir, restando-lhe esperar por algum milagre.

Parece-me assim hoje mais útil e mais compatível com o radicalismo crítico que se impõe orientar o engenho (e a manha) do planificador para a agilidade da adaptação do seu sistema de sistemas urbano à mudança das condições e ao uso dos instrumentos, de que pode efectivamente dispor (incorrendo na adopção de desordem e de atropelos) como preço necessário da captação da realidade do que aferrar-se às preocupações de unidade e coerência (de uma técnica ou de uma estética, que não do contexto...) e pedir sempre mais eficazes aparelhos de controle repressivo.

A verdade é que quanto mais poderoso for este aparelho menos probabilidade teremos de evolução nos critérios e métodos do planeamento no sentido dessa agilidade de regulação com o mínimo de gasto: menos oportunidades para verificar a justeza das opções feitas «em cima» em face dos acontecimentos desejados «em baixo», incluindo os marginais. E, evidentemente ficarão mais invisíveis as consequências dos vícios dos mesmos planos que passam a acomodar só no interior do corpo (na sublocação, por exemplo) o que, presentemente, temos às claras como seus evidentes mal-consentidos (as barracas).

Emblematamente que se necessita de um sistema de controle (emissor e receptor) mas a aplicar flexivelmente e de

Cont na pág. 6



ASSIM VAI O MUNDO



Dificuldades

Os dois métodos clássicos para, em tempo de paz, frenar a subida de preços são o keynesiano — manipulação do orçamento de Estado, aumentando-se os impostos e as economias em relação às despesas, e o da restrição do crédito, limitando a criação monetária pelos bancos.

Johnson empregou o primeiro método em 1968, e Nixon o segundo, em 1969, sem deixar de aumentar os impostos em relação ao ano anterior.

Apesar disto, os preços continuaram a subir, enquanto se dava uma paragem da expansão económica. Alguns peritos afirmam que se a terapêutica tem continuado em 1970 ela teria obtido êxito... De facto não continuou, pois, como já dissemos, Nixon coloca acima de tudo a sua reeleição.

A que pode levar este contínuo aumento dos preços? Roger Priouret considera duas hipóteses: a de uma crise como a de 29 ou, a de uma enérgica reacção dos governos controlando os preços e salários, o que implicará um aparelho de vigilância e de coacção, com o qual dificilmente uma economia se pode desenvolver. Parece que o mundo ocidental conhecerá graves dificuldades nos anos 70.

Eleições

Os preços aumentam nos Estados Unidos 5 a 6 % por ano. E vão continuar a aumentar porquanto Nixon não tomará medidas impopulares capazes de o prejudicarem nas eleições de 1972. Desde há meses que o Presidente atenua as restrições do crédito, e o orçamento para 1971-72 será fortemente deficitário com o objectivo de estimular a actividade económica... Antes de Novembro de 1972, dada das eleições para a Presidência, é quase certo que nenhuma acção eficaz contra o aumento de preços se realizará nos Estados Unidos.

Investigação

Vivemos na convicção generalizada das vantagens do trabalho de equipa em relação à investigação individual. Mas parece que nem sempre é assim, que há sectores e sectores. Maurice Barthelon, professor da Escola Central de Lion, vai ao ponto de uma reabilitação, do inventor isolado:

«Penso, e escrevi-o, que uma ideia nasce no cérebro de um só homem. A dado momento a combinação apresenta-se, e ele

Engenharia

Determinar o perfil do engenheiro civil europeu do futuro e definir a livre circulação dos engenheiros na Europa, tais os objectivos do colóquio «Formação do engenheiro civil na Europa», realizado, em Paris, pela Associação de Estudantes da Escola Especial de Trabalhos Públicos Cíveis e Industriais.

Nele participaram uma centena de estudantes e professores de sete países europeus, tendo-se concluído que nenhum país recruta ou forma os seus engenheiros do mesmo modo, tal como a duração dos cursos não é idêntica em toda a parte. E assim, tendo estas condições presentes, a referida Associação pretende abrir algumas vias que facilitem contactos prolongados entre as Universidades, para que os estudantes possam procurar, noutro país da Europa, o complemento da formação de que têm necessidade. Cada país, efectivamente, possui uma formação dominante em matéria de engenharia ou especialistas nesta ou naquela disciplina.

Quanto ao problema do exercício da profissão num país diferente daquele que outorga o diploma, levantam-se questões de natureza jurídica cuja resolução parece ainda longínqua.

Anteriormente, havia sido concedida, oficialmente, equivalência de diplomas de arquitectos franceses e estrangeiros.

tem consciência de que é a boa combinação.

Se nos contentarmos com pôr especialistas uns a seguir aos outros, a experiência prova que eles não passarão o bebé uns aos outros. Nos Estados Unidos onde se gaba tanto o trabalho de equipa, 85 % das inovações não saem das grandes empresas, mas de homens isolados ou de pequenas equipas.

Estudantes

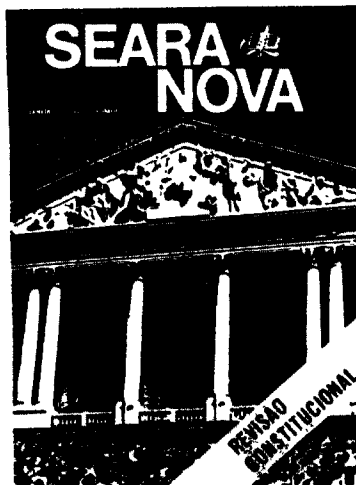
Tem sido muito inconstante, em França, a participação dos estudantes nas eleições para os seus organismos. Muito elevada nos Institutos e Escolas Superiores, é, geralmente, fraca nas Faculdades de direito clássico.

No Instituto Nacional Politécnico de Toulouse, as percentagens de votantes-estudantes vão de 91,7 % a 37,4 %. Na Universidade de Montpellier III, somente 5,8 % dos «psicólogos» acorreram às urnas, mas o Instituto Psicopedagógico contou 52,8 % de participação estudantil nas eleições.

Em Limoges, regista-se também uma grande variação: 18,1 % em Letras e Ciências Humanas, 7,4 % em Direito e Ciências Económicas, 44,1 % em Ciências Exactas e Naturais; 62,7 % em Medicina e Farmácia e 87 % no Instituto Universitário de Tecnologia.

Gigantes

A General Motors tem um «chiffre d'affaires» superior ao produto nacional bruto da Holanda. A United States Steel produz quase tanto aço como toda a Alemanha Ocidental e este gigantismo está bem patente no facto de as primeiras 500 firmas americanas produzirem cerca de 50 % de todos os bens e serviços do seu país.



Brasil-U. R. S. S.

Quarenta por cento do mercado soviético de café será abastecido pelo Brasil, segundo um contrato recentemente concluído entre este país e a U. R. S. S. No decorrer dos próximos cinco anos serão fornecidas à União Soviética 75 mil toneladas de café, recebendo o Brasil, em troca, equipamentos e instalações para centrais hidroeléctricas. O negócio equivale, pelos preços actuais, a 400 milhões de cruzeiros.



Segundo essas novas disposições, os diplomados de cinco escolas estrangeiras, poderão exercer a profissão de arquitectos em França. Assim, estão incluídas na lista as seguintes instituições e diplomados:

- Universidade de Laval, no Quebec;
- Escola Cranbrook Academy of Arts, em Bloomfield Hills, Michigan, nos Estados Unidos;
- Escola Politécnica de Cracóvia;
- Universidade Ion Minou, de Bucareste;
- E os titulares do diploma do 3.º ciclo da Faculdade de Arquitectura de Belgrado.

Este regime fica em vigor até 31 de Julho de 1975, data em que será eliminado ou confirmado após prévio exame. No que respeita aos diplomados de Belgrado, a data foi fixada em 31 de Julho de 1972.

ASSIM VAMOS NÓS

«Desenvolvimento»

Em Junho do ano passado, nas primeiras páginas dos jornais, falava-se de associação do Vale do Tejo e de Desenvolvimento. A associação cristalizou, após a Feira do Ribatejo. Existem sócios, uma direcção e uma sede, em Santarém. Mas os sócios desconhecem a actividade da associação. Na próxima Feira do Ribatejo, muito provavelmente, a associação renascerá. Virão deputados de Lisboa, Virão técnicos. Haverá complacidas exposições verbais. Depois, a associação receberá novas quotas. A sede voltará a ficar vazia. O debate será nulo. Os sócios esperarão, novamente, pelos dias de festa. A não ser que...

Seguros

Portugal, a partir deste ano, é um dos quatro países europeus onde os automobilistas podem conduzir sem seguro obrigatório, depois de na Itália se ter adoptado este regime a partir de 1 de Janeiro. Os outros três comparsas são a Bulgária, Roménia e Grécia.

«Seara Nova»

Entrou no seu cinquentenário de publicação a revista «Seara Nova».

O número de Janeiro deste ano, com 48 páginas, e um aspecto gráfico melhorado, promete: «A ideia de renovação, que sempre esteve nos nossos espíritos, que foi impetuosa e transformadora no enfrentar das maiores contrariedades, ganha neste momento nova dimensão, exige maior responsabilidade.»

Com uma tiragem que ultrapassa já os vinte mil exemplares, a actividade editorial da Seara não se confina à publicação mensal da revista. Os livros também estão incluídos na sua actividade e, para breve, a saída de «Para onde vai a Alemanha?», de Heinz Abosch, e «Para a História do Sindicalismo em Portugal», de Alexandre Vieira.

Entretanto, a revista deste mês compreende — «Anotações à proposta de lei de revisão constitucional», por Alberto Costa, «Uma introdução à lei de meios para 1971», por Luís Amado Passos, e de Maria Antónia Palla, «Raul Lino: que liberdade?». Colaboram ainda Mário Ventura, Sérgio Ribeiro, Sottomayor Cardia, Vítor de Sá, Francisco Keil do Amaral, João José Cochofel, Urbano Tavares Rodrigues e André Gorz. «Factos e documentos» uma secção habitual que marca a sua presença, assim como António Sérgio com um texto na contracapa.



E c o

No n.º 222-3, de Vértice, dedicado a Alves Redol, insere-se uma «contribuição para uma bio-bibliografia» do escritor, que é um primeiro passo para uma bio-bibliografia completa.

Ai se escreve: «Em particular aos nossos leitores e amigos que vivem no estrangeiro pedimos o favor de uma consulta aos ficheiros das bibliotecas das cidades onde residem para tentarmos conseguir formar uma lista das edições estrangeiras da obra de Redol».

Fazemos eco deste pedido junto dos leitores do «Diário de Lisboa» residentes no estrangeiro colaborando assim no estabelecimento de uma bio-bibliografia completa que constituirá um elemento de estudo da obra do importante escritor.

Capitais estrangeiros

Num dos últimos números da «Seara Nova», J. Cândido de Azevedo, reproduz os seguintes dados: capitais externos entrados em Portugal em 1961 — 1 milhão 102 mil contos; em 1965 — 2 milhões 827 mil contos; em 1968 — 5 milhões 803 mil contos.

Em 1961, o capital estrangeiro participava em cerca de 600 empresas nacionais.

E J. Cândido de Azevedo adverte: «Apesar de todos os investimentos externos, privados ou públicos, directos ou não, ainda nenhum país subdesenvolvido conseguiu, por essa via, romper definitivamente com o subdesenvolvimento. A razão: os detentores destes capitais procuram aplicá-los onde a rentabilidade é maior, independentemente de todas as considerações de plano económico.»

Conservas

Em Outubro os nossos principais compradores de conservas foram a Itália (869 t), E. U. A. (776 t), Inglaterra (544 t), Alemanha (332 t), Bélgica-Luxemburgo (203 t), e França (208 t). A principal espécie exportada foi a sardinha.

ESCOLHA DOS GOVERNANTES

Autoritarismo e Democracia

AMADEU LOPES SABINO

Os constitucionalistas modernos distinguem dois grandes tipos de regimes políticos: os autocráticos e os democráticos.

Assinale-se quanto esta distinção é exígua e quanto estas designações são equívocas. A autocracia e a democracia são formas jurídico-políticas que escondem as mais variadas relações de classe e o específico carácter de classe de um Estado em concreto. Regimes ditos autoritários podem realizar formas populares de exercício da soberania. Há, pelo menos, exemplos históricos: a convenção francesa e o soviétismo. Por outro lado, as formas democráticas podem recorrer inequivocamente (tiranicamente) ao absoluto poder de um grupo ou de uma classe, como hoje se verifica nos Estados Unidos da América. A própria origem histórica da democracia ocidental radica aliás numa formação social (Atenas) em que apenas uma minoria de cidadãos participava do poder, dele estando excluídos os escravos, como coisas que juridicamente eram.

Referindo-se à distinção autocracia-democracia, Maurice Duverger analisa várias formas de designação e escolha dos governantes — nomeadamente da chefia do Estado.

Procurando retirar dessa análise os aspectos descritivos, vejamos quais os modos de escolha dos titulares dos órgãos do Estado indicados em «Les regimes politiques».

A conquista do poder, afirma Duverger, é historicamente o primeiro. Os novos regimes nascem através de um acto de força — até porque os que os antecediam organizaram o poder de tal modo que este lhes não escapasse. O caso da II República espanhola, instaurada após uma votação organizada em plena Monarquia de Afonso XIII, é quase ímpar.

O acto de conquista pode ser um golpe militar — e nesse caso reveste quase sempre características antipopulares — ou uma revolução, isto é, um levantamento popular levanta o Estado.

A LEGITIMAÇÃO... OU NÃO

A conquista instaura um novo direito político, de acordo com o qual os novos governantes fundamentarão o seu poder. Se a nova ordem não altera as alicerces do regime socioeconómico anterior, os recém-chegados ao poder procurarão legitimar-se através de um título, de uma eleição ou de um plebiscito. D. João

I exibiu a sua paternidade, e o regime saído do 28 de Maio organizou um plebiscito.

Se o novo regime destrói o antigo Estado e organiza o poder socio-político de uma classe até então dominada, os governantes preocupar-se-ão acima de tudo com a edificação dos novos órgãos do novo Estado, verificando-se uma ruptura absoluta com o Direito anterior. Não há propriamente uma legitimação do novo Estado; é a violência revolucionária que é descrita como legítima. Assim em França em 1793 e na Rússia em 1917. E a Cuba de Fidel não se preocupou com a organização de quaisquer plebiscitos ou eleições.

A hereditariedade foi, até à ascensão da burguesia, um dos modos mais praticados de escolha dos governantes. A realeza foi hereditária durante a Idade Média europeia e as assembleias políticas das monarquias incluíam quase sempre membros hereditários. Todas as monarquias actualmente existentes (com excepção do Papado) são hereditárias, e grande número dos membros da Câmara dos Lordes britânica são designados por hereditariedade.

MONARQUIA E REPÚBLICA

Hoje esta hereditariedade recobre regimes e sistemas políticos que nada têm a ver com as monarquias «asiáticas» ou medievais. Se há autoritarismos monárquicos — da Espanha ao Irão e da Itália fascista aos principados do Golfo Pérsico, esses autoritarismos não se fundamentam no poder monárquico. «Há vinte e cinco anos», afirmava Marcello Caetano em 1951, «pensava e escrevia eu que as ditaduras só podiam alcançar sentido nacional quando apoiadas no espírito de continuidade e na consciência de responsabilidade dinástica de um monarca. Mas entretanto o mundo deu muita volta e viu-se que não era Afonso XIII quem sustentava Primo de Rivera, e sim Primo de Rivera quem sustentava Afonso XIII; como não era Vitor Manuel quem aguentava o fascismo, e sim o fascismo quem aguentava Vitor Manuel».

As «ditaduras» podem hoje legitimar-se na hereditariedade e no sangue de um rei — a sua essência radica porém inequivocamente no domínio de uma classe social cujo reaccionarismo lhe não permite dizer-se republicana.



Prof. Marcello Caetano: «em 25 anos, muita coisa mudou»

A própria distinção entre República (em princípio em electiva) e Monarquia (em princípio hereditária) perdeu o significado. Há repúblicas coroadas (a Inglaterra, a Suécia, a Noruega, a Dinamarca) e repúblicas monocráticas. A Grécia dos coronéis que depôs o rei e nomeou um regente para a chefia do Estado será uma Monarquia ou uma República?

A cooptação, escreve Duverger, consiste na designação do Governo futuro pelo Governo em função, na designação do

sucessor pelo predecesor.

A maior parte das ditaduras modernas tentou e tenta ressuscitar expressa ou implicitamente este sistema. No consulado francês, não competia ao eleitorado eleger os governantes mas apenas votar listas de confiança com nomes que reputasse dignos de serem chamados ao exercício das funções públicas. O órgão supremo do poder político era o Senado Conservador, formado por 80 senadores vitalícios e inamovíveis, cujas vagas seriam preen-

chidas por escolha dos próprios senadores. Ao Senado competia designar, a partir da lista nacional de confiança, os membros do Corpo Legislativo e do Tribunalado e os titulares dos mais altos cargos públicos.

Na Itália fascista, o Duce (chefe do Governo) propunha ao Grande Conselho Fascista, os nomes a apresentar ao rei para escolha do seu sucessor.

Na Espanha, assistiu-se, no ano que acaba de terminar, à escolha, pelo generalíssimo Franco, do seu sucessor na chefia do Estado.

A RACIONALIDADE DEMOCRÁTICA

Para Duverger, «os regimes democráticos representam um esforço para estabelecer o edifício governamental em bases racionais».

Eis uma afirmação que só podia partir da boca de um «democrata». Todo o regime político é «racional» de acordo com a perspectiva de classe que o move.

A racionalidade da democracia formal é aquela que a burguesia europeia, na sua fase ascensional, era possível. O mundo assistiu estepefacto à «racionalidade» de outros regimes burgueses: nazismo, fascismo, etc...

A partir do séc. XVIII a burguesia impõe sucessivamente à aristocracia a electividade pelo terceiro estado (por sufrágio censitário, i. e. por sufrágio dos que pagavam impostos, dos burgueses) dos governantes.

A burguesia e a sua democracia desempenharam assim um papel «progressista» que permitiu criar o quadro institucional apto ao desenvolvimento das forças produtivas euro-americanas.

A concentração monopolista e o imperialismo vieram porém emprestar à democracia formal um inequívoco carácter conservador que permite à classe dominante exercer o seu poder sem contestação «perigosa», «revolucionária». O voto (seja em que partido for) é a aceitação do sistema «democrático».

Nesta medida, a distinção entre «autocracia» e «democracia» é interna aos vários poderes políticos das várias burguesias mundialmente dominantes.

Consoante a relação de forças dominantes (barbaras) dominados o exige, assim a classe no poder é «democrática» ou «autoritária». As fórmulas jurídicas de escolha dos governantes no Ocidente recobrem essa realidade.

nós escolhemos...

As negociações Portugal-C. E. E. (iniciadas em 24 de Novembro), as acusações afro-asiáticas a Portugal a propósito da invasão da República da Guiné, a discussão parlamentar da política pró-europeia do Governo, a participação portuguesa no encontro dos ministros dos Estrangeiros da NATO, a visita a Lisboa de Lopez Bravo, trouxeram as primeiras páginas dos jornais no final do ano transacto o nome do dr. Rui Patrício. Duas deslocações do ministro a Bruxelas e uma conferência de imprensa na «capital provisória» da Europa, duas notas oficiais rejeitando qualquer responsabilidade governamental na empresa guineense, centraram então as atenções da imprensa internacional no chefe da diplomacia lusitana.

«Vossa Ex.^a, Sr. Dr. Rui Patrício», disse o primeiro-ministro ao investi-lo no cargo ministerial (16 de Janeiro de 1970), «é um homem novo pela idade e um homem bem da sua geração. Mas depois de uma brilhante carreira escolar, adestrou-se com sólida preparação teórica trabalhando na própria Universidade que o formou. Daí passou, há quase cinco anos, para um posto do Governo, o de subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino (...) Também não foi alheia à escolha a circunstância de V. Ex.^a estar tão bem informado sobre o Ultramar português. A grande tarefa da diplomacia portuguesa consiste em zelar, explicar, defender a nossa política ultramarina».

Rui Manuel de Medeiros, d'Espinay Patrício tem 38 anos, é formado em Direito, leccionou na Faculdade de Direito de Lisboa e no Instituto de Estudos Sociais, chefiou a secção de estudos económicos do Gabinete de Estudos da SACOR. De Março de 65 a Janeiro de 70 foi subsecretário do Fomento Ultramarino, funções que acumulou com as de subsecretário dos Negócios Estrangeiros após o afastamento do dr. Franco Nogueira (Outubro de 1969).

Em Bruxelas, no dia 24 de Novembro, o ministro teve o ensejo de reafirmar aos seus colegas europeus a crença de Portugal no futuro da Europa, recordando que «as exportações de Portugal europeu para a Comunidade representam 24 por cento das exportações totais para o estrangeiro»; e que «para as importações, a percentagem correspondente é de 40 por cento». Quanto aos territórios africanos de Portugal observou que o seu estado de desen-

Rui Patrício

volvimento impõe um tipo muito diferente de tratamento dos problemas decorrentes das suas relações com a Comunidade Económica Europeia».

Mais tarde, na conferência de imprensa, Rui Patrício informava que da C. E. E. provém 31 por cento das importações efectuadas pelos territórios portugueses em África e que os países do Mercado Comum compram 27 por cento das exportações respectivas.

Para a Inglaterra, a Commonwealth tem sido um obstáculo nas negociações com a Europa. Certos países da Comunidade Britânica exportam artigos industriais (Canadá, Índia, Hong-Kong) e produtos agrícolas de climas temperados (Canadá Austrália e Nova Zelandia). A Associação da Commonwealth à C. E. E. implicaria a abertura dos mercados europeus à concorrência de países melhor dotados de condições naturais (no caso dos produtos agrícolas) ou que exploram uma mão-de-obra barata (no caso dos produtos industriais). É compreensível a resistência da C. E. E. a essa associação.

Algo de diferente se passa com os territórios africanos da Comunidade Portuguesa — exportadores de produtos tropicais, de matérias-primas e até de mão-de-obra.

A respectiva associação ao Mercado Comum ampliaria essa nova Euráfrica que Paris, Bonn, Roma, Bruxelas e a Haia estão empenhadas em construir e da qual já fazem parte 18 Estados africanos.

As políticas europeia e africana do Governo de Marcello Caetano não são pois contraditórias. Ninguém melhor do que um «ultramarino» para bater à porta da Europa.

A. L. S.

TRADUÇÕES TÉCNICAS

INGLÊS — FRANCÊS — ALEMÃO

EST. BENFICA, 390 — Atelier

Quantos somos, quem somos...

Cont. da pág. 1

tiveram dúvidas e dificuldades ao preencher os boletins? Trata-se de um quadro de dupla entrada, simples, mas quantos o souberam entender? Quantos têm a noção de linha e coluna? E depois as dúvidas surgiam: preenche-se em frente de cada linha ou no respectivo quadradinho numerado?

Pode argumentar-se que estão lá as informações e que os agentes recenseadores informarão... Mas, pelas informações colhidas e pelo que ob-

servámos esta argumentação não colhe. Por isso pergunta-se: porque não se usaram os meios de informação, ensinando a preencher com exemplos tipo, tirando dúvidas, etc., etc.? Por exemplo, porque não se chamou a atenção dos emigrantes, que nesta quadra do ano tantos regressam, para o não preenchimento dos boletins? Mas já estamos a ver a resposta: os boletins continham informações claras, estava lá bem expresso e... quem lhe disse que os imigrantes o preencheram? Pois sim, mas quantos lêem

com olhos de ler! Não nos pareceu suficiente para uma operação de tanta responsabilidade e elevado custo material o tipo de publicidade que se fez, a qual recaiu fundamentalmente no apelo ao recenseamento e na procura de adesão com afirmações repetidas quanto ao sigilo das informações, o que não é suficiente para deter informação rigorosa.

Pondo de lado o questionário do «boletim de família» em que se identificam as pessoas pelo primeiro e último nome sem ter em conta a per-

centagem de Marias portuguesas (2) que assim só serão referidas pelo apelido (Maria Silva, Maria Coelho, etc.); pondo de lado a questão do chefe de família e a pergunta «sabe ler e escrever sem ter frequentado a escola primária (e adivinhemos quantos responderão sim só porque sabem ler e escrever umas letras... mas aumentará o número de alfabetizados) e pondo de lado o boletim da habitação em que não se considera como renda as amortizações de resolubilidade ou de empréstimo, e em que

talvez ainda não se chegue a saber quantos nacionais vivem entre paredes de tábuas e lata ou com tecto de colmo, zinco, xisto ou telha.

Pondo de lado tudo isto reflectamos ainda, sobre o modo como se trabalha, a pesar da boa vontade do I. N. E.

DESCOORDENAÇÃO

Os boletins começaram com um apelo «Por favor tenham este questionário preenchido até ao dia 16 de Dezembro a fim de ser recolhido». Ora em 14 e 15 ainda havia muitas

famílias sem boletins. Depois no dia 30 os jornais publicavam a seguinte nota: «Pede-nos o Instituto Nacional de Estatística a publicação da seguinte nota:

«Algumas pessoas, com louvável espírito de colaboração, têm-se dirigido ao Instituto Nacional de Estatística referindo o facto de ainda não terem sido recolhidos os boletins do recenseamento.

«A propósito, o Instituto esclarece que, para não perturbar o serviço de recolha que se processa neste momento como estava planeado e para maior comodidade dos recenseados, estes devem aguardar a visita do agente recenseador, a quem farão a entrega dos respectivos boletins (...).»

Mas então para quê um apelo tão «profundo» para estar preenchido até 16 se estava «planeado» que ainda a 30 a recolha se estava a processar...? Não se estará a «reminiscer» a descoordenação que se verificou na entrega e recolha de boletins? Este recenseamento, com um inquérito mais perfeito e completo que os anteriores tem o mérito de nos confirmar como trabalhamos e também o de nos mostrar as contradições em que vivemos.

CARLOS CARVALHAS

(1) Como estamos na quadra dos votos também fazemos um: «votamos» para que neste recenseamento já não apareça a distinção entre «civilizados» e «não civilizados», que ainda aparecia em 60.

(2) Ver «O censo: Quantos somos, como somos» — Sérgio Ribeiro — Prelo.



Um **HONDA** na multidão...

Porquê um HONDA?

No difícil e compacto mundo de carros em circulação — grandes, médios, pequenos — o HONDA 360 distingue-se.

Porquê? Porque foi criado para se distinguir.

Pela sua modernidade e juventude,

o HONDA 360 responde às necessidades

do trânsito actual — agilidade, economia,

prazer de condução. Facilidade de paragem

nos grandes aglomerados urbanos.

... e eficiência na estrada.

Por isso tudo, o HONDA 360 é um

verdadeiro test do alto nível da técnica japonesa

no mundo automóvel. Um carro que se distingue

dos demais apenas para satisfazer o seu condutor.

Você, por exemplo. Pois bem, aí o tem.

Olhe para este minúsculo HONDA.

Examine, experimente o **HONDA 360**



o mini carro que cresce a olhos vistos

Em exposição no Stand dos Representantes Exclusivos: SANTOMAR - Avenida Casal Ribeiro, 46-C - Lisboa — Agentes em todo o País

EKO THERMOVENT

AQUECIMENTO ELÉCTRICO DE ALTA QUALIDADE PARA UM AMBIENTE MAIS QUENTE

Distrib. Gerais: Montelros & Reynolds, Lda.
Rua Alexandre Herculano, 1, 2.º - Esq.
Lisboa - Tel. 543 94 - 83 8170

Distrib. no Norte do País:
J. J. Gonçalves — Sucrs. Comércio e Indústria S. A. R. L. - R. do Freixo, 1273/01
Porto - Tel. 4 81 92

Peça catálogos no seu fornecedor.
À venda nas boas casas de especialidade

No BOMBARRAL o «DIÁRIO DE LISBOA» é vendido por Garrudo & Ramos.

Guimarães: pesada herança do passado

JOSÉ A. SALVADOR

«O problema que preocupa a indústria é o de saber se pode contar com apoios adequados que lhe permitam formular e desenvolver uma política de expansão em termos operacionais isto é, em termos de boa produtividade», afirma-se

num documento da edilidade vimaranense ao pretender-se salientar a urgência duma «escolaridade com sentido industrial a todos os níveis» naquela região.

Não é, todavia, o único problema do concelho de Guimarães, nem nele se

esgotam os apoios por-que espera o capital. A habitação como os transportes (vias de comunicação) constituem outras tantas questões a exigirem medidas imediatas para «segurança dos capitais que (...) já se investiram e agora é preciso reforçar com novos investimentos».

Na manifestação dos vimaranenses, em 10 de Dezembro último, uma das reivindicações apresentadas pelos oradores referia-se à necessidade de habitações.

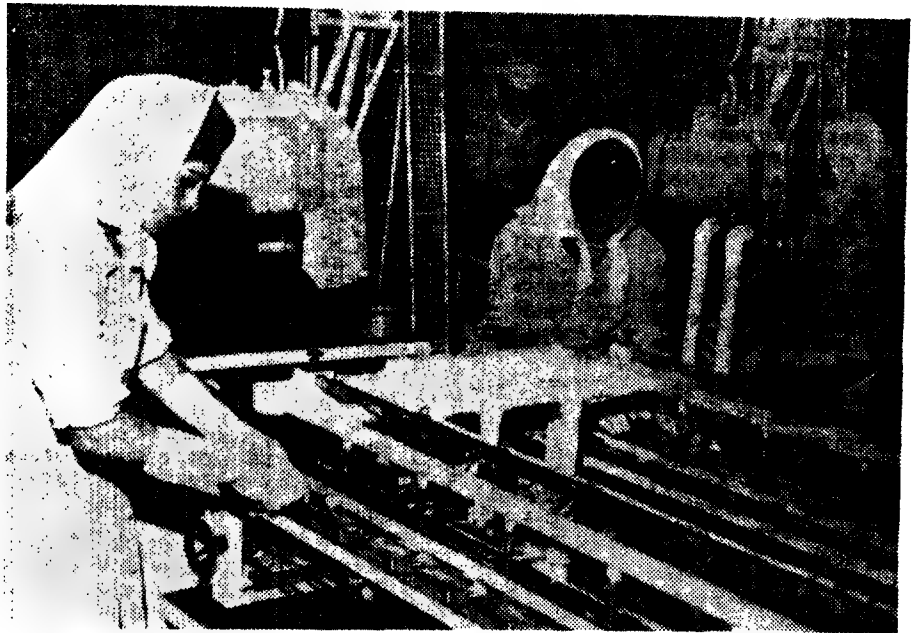
«Não há elementos estatísticos para a cidade de Guimarães, mas toda a gente sabe que a renda de um andar de comodidade média, com quatro quartos, que não ultrapasse os 2 000 escudos mensais, constitui hoje um verdadeiro achado».

Na cidade os agregados familiares são constituídos no geral por cinco pessoas, e o grande caudal de operários pertence à indústria têxtil, onde o salário é em média de 60\$00. A escassez de habitações é outro facto que relacionado com os anteriores facilmente nos sugerirá a situação de habitabilidade da população vimaranense. «A percentagem de agregados domésticos unifamiliares ocupando 1, 2 e 3 divisões é de 69% e a dos agregados domésticos multifamiliares ocupando de 1 a 5 divisões é de 66,6%», assinala Santos Simões num opusculo publicado sobre o concelho de Guimarães, para logo acrescentar que na cidade 76% das casas não possuem cozinha, retrete e casa de banho, 23,7% não têm água canalizada, 79,8% não dispõe de esgotos ligados à rede pública, e 16,3% não beneficia de electricidade. Estas percentagens elevam-se significativamente se referenciadas a todo o concelho sem a cidade (92,7% de casas sem água canalizada e 99,3% sem esgotos).

A própria edilidade reconhece este estado de coisas, ao qual atribui o aparecimento de prosciuidade, de doenças várias, além de contribuir decisivamente «para o elevado índice de mortalidade infantil que no concelho é dos maiores do País e dos mais elevados no conjunto de países europeus».

MONUMENTOS E TERRENOS

Os aumentos da população, do custo da edificação, dos materiais de construção contam-se entre as causas imediatas para aquela carência. Acrescente-se-lhes a quase inexistência da iniciativa pública neste sector, e o grave prejuízo causado por um «protecçãoismo e exagerado aos monumentos nacionais», além da cobardia dos possuidores de terrenos que «anseando tirar (...) o maior lucro possi-



Indústria têxtil: uma força na economia vimaranense

vel esperam indefinidamente o seu encarecimento progressivo e (...) não promovem o incremento da necessária construção de habitações».

Pesada herança do passado constituem para Guimarães os senhores das terras e os monumentos medievais que, cada um de seu jeito, impedem o progresso. Impedirão? E que progresso?

Para já a C. M. G., ao abrigo do Decreto-Lei n.º 3392, procedeu ao levantamento topográfico da zona noroeste da cidade, elaborando um plano e projecto de urbanização para o alargamento da mesma. Esta pretensão de alargamento é algo que vem surgindo por parte de diversas cidades Abrantes, Braga, Leiria, Guimarães, etc.) para se encontrarem melhores possibilidades e melhores soluções para a realização dos planos.

O anteprojecto de urbanização da referida zona noroeste já foi aprovado, e o município vimaranense aguarda só a concessão de subsídios e crédito para o concretizar, assim como que o Governo reconheça a utilidade pública das indispensáveis e apropriadas dos terrenos a urbanizar. «Houve na escola do local, a preocupação de garantir a tranquilidade dos que têm horror ao contraste da arquitectura antiga e a arquitectura moderna como também a daqueles que demasiado ligados ao passado por falta de esclarecimentos ou sentimentalismo e exagerado estão sempre dispostos a contrariar a estruturação do futuro», considera-se a certo passo numa exposição camarária, a qual acrescentamos que contrariam o futuro que assegura a continuidade do presente, pois, deve reconhecer-se ser de todo insuficiente a urbanização da zona noroeste para a satisfação das necessidades vimaranenses. Em Guimarães, como no resto do País, a iniciativa pública é ur-

gente, em termos mais amplos e eficientes além de que conviria regular em termos de utilidade social a aplicação de capitais na habitação.

PARA QUANDO UM INFANTÁRIO?

Já se disse, e as estatísticas têm-no divulgado, que a mortalidade infantil neste concelho é das mais elevadas do País e da Europa. Anomalias alimentares, problemas de habitação, e profundas carências de assistência materno-infantil explicam o facto. Daí a consistência da reivindicação de abertura de um centro materno-infantil.

Em Pevidém, freguesia do concelho, vários industriais reuniram-se para participarem materialmente na fundação de um desses centros. Se por um lado tal iniciativa contribuirá para a salvaguarda da população infantil, por outro libertará a mulher para as actividades produtivas eliminando (parcialmente) a falta de mão-de-obra, através dos seus serviços de infantário (creche). Mas é uma iniciativa a multiplicar-se para cobrir eficientemente o concelho, de que o sector público não pode ficar alheio.

TURISMO UMA FONTE A EXPLORAR

Guimarães reúne condições para um desen-

volvimento significativo da sua indústria turística, demasiado ancilosa e tímida, contrastando, de resto, com outros sectores da indústria mais projectados para a concorrência capitalista.

Talpas, Vizela, e a própria cidade, com os seus monumentos e museus possuem características suficientes para mobilizarem amplas camadas de turistas. Faltam-lhe as unidades hoteleiras, as residenciais, as vias de comunicação modernas, os transportes pautados pelo tempo de hoje, e escasseiam os investimentos neste sector. Pensam alguns industriais formarem uma sociedade de empreendimentos (nos capitulos da habitação e turismo), mas para que turismo surgirão tais iniciativas? Para o de «luxo» ou para o de «massas»? Não é dicotomia específica de Guimarães, mas de toda a política turística portuguesa. Todavia, da sua solução não dependerão, essencialmente, os investimentos nesse sector. O alargamento da cidade, a criação de institutos, o incremento da habitação, a assistência materno-infantil, uma rede de comunicações eficaz são condições primeiras que os industriais exigem dos poderes públicos para intensificarem a aplicação de capitais, e garantirem os já investidos. Ao fim e ao cabo o que está em causa em Guimarães é a ultrapassagem de certo tipo de contradições.

MIRAGENS NA MINHA TERRA — I

Cotões

Há quem escreva «Cutens», mas mal. Cotões vem dos Godos. É terra velha, ali virada para a vila de S. Pedro do Sul, a quatro quilómetros — uma espécie de miradouro sobre o Vouga e o Sul. Pois Cotões vem de longe... «Casa Adanis» (Casa de Adão) —> «Cadanis» —> «Catanis» —> «Cotanis» —> Cotões. Vem de longe. É atravessada por uma velha calçada que, se não é romana, parece. Claro que não tem estrada. Há um velho caminho ligando à municipal que vai para Pinho e Pindelo. Também não tem electricidade, embora sobre as suas casas passem duas linhas de alta tensão: uma vai lá p'ras bandas do Porto, mas outro vem, ali, de S. Pedro do Sul (sua sede de concelho e freguesia) e vai, exactamente, para a freguesia limítrofe de Pinho. A 400 metros da povoação de Cotões, no caminho público, em Moldes (de Pinho) há electricidade, iluminando as ruas. Em Cotões ainda é o petróleo o chafariz — único — é quase no fundo da povoação. E é difícil subir. É tudo uma ladeira a pique. O chafariz é de chafurdo. Que outra coisa houvera de ser?...

Foi aqui, precisamente aqui, em Cotões que se passou esta primeira história que vos vou contar.

Em Março, ou Abril, do ano passado (1970) a quando das sementeiras, a velha calçada (romana) toda ela agarrada pela encosta acima, tinha buracos, buracos onde a roda do carro caía e nem p'ra frente



O chafariz é de chafurdo

nem pra trás. Perdão! p'ra trás sim: bastava as vacas afroxarem um pouco e lá se ia a carrada, de escantilhão, por ali abaixo. O raio das chuvas dos invernos pingos arrastam tudo, soltam as pedras e cavam buracos...

Era preciso fazer as sementeiras. As pessoas pagam o seu «serviço braçal», é verdade, mas ninguém vem dar um jeito aos caminhos. (Se eles têm uma fonte de chafurdo!) Por isso, todos os anos, as pessoas juntam-se e combinam: nas testadas das suas propriedades, cada um põe entulho nos buracos, até que o Inverno volte e o leva, de novo, para o Vouga. Nunca houve problemas. Toda a gente sabe que aquele é um trabalho que tem de se fazer.

Esse ano foi um ano como os demais. Queriam os senhores que eles estivessem lá a esperar?

Simplesmente, no dia do trabalho, passou por ali uma patrulha da G. N. R.

Ora, há uma postura camarária que diz ser proibido deitar terras, estrume, ou entulhos, seja de que natureza for, nas ruas públicas.

Se há a postura e na velha calçada havia «uma certa porção de entulho» (tapando os buracos? A lá não fale em buracos!) a conclusão é simples: 50\$00 de multa, fora os adicionais, para cada um dos prevaricadores.

E todos aqueles que andaram a aplainar o caminho, à semelhança do que sempre fizeram (não como um direito, mas como uma obrigação) lá foram à Câmara pagar a multazinha, sem compreenderem muito bem a razão porque o faziam...

JAIME GRALHEIRO

INSTITUTO DE LÍNGUAS DE ALGÉS

dos Bombeiros Voluntários, 29, 2.º A L G E S
Telefone 21 49 10

INGLÊS — FRANCÊS — ALEMÃO
PORTUGUÊS PARA ESTRANGEIROS
ABERTURA DE NOVOS CURSOS
16 DE JANEIRO

Das 10 às 12 horas e das 17 às 22 horas excepto sábados

Bragadas e Quintais: até quando

JOSÉ JOÃO LOURO

No limite do concelho de Vila Franca de Xira, perto da Póvoa de Santa Iria, cresceram, de um e do outro lado da auto-estrada, dois bairros clandestinos: Bragadas e Casal dos Quintais. Segundo um apuramento de 1968, Bragadas tinha mais de 500 habitantes e Casal dos Quintais quase duas centenas. A população cresce de ano para ano, atingindo nos dois aglomerados cerca de um milhar de habitantes.

As duas povoações têm conjuntamente uma série de características que os definem como exemplos típicos de bairros clandestinos onde predomina a autoconstrução. Vale a pena alinhar algumas das características comuns aos dois povoações:

1 — Os dois bairros estão situados até ao limite extremo do concelho de Vila Franca de Xira. Ambos têm a linha-limite do concelho a um metro exacto das habitações extremas.

2 — Estão situados na proximidade das empresas fabris, algumas das quais empregam com a condição de os trabalhadores viverem nas proximidades.

3 — Ambas têm uma certa percentagem de autoconstrução (homens a viver na habitação que construíram): Bragadas tem cerca de 55 por cento de habitações próprias e Casal dos Quintais cerca de 30 por cento (dados de 1968).

4 — Nos aglomerados existe uma certa percentagem de indivíduos ligados a actividades de construção e obras públicas (Bragadas com cerca de 35 por cento da população activa; Casal dos Quintais com 27,5 por cento da população activa), (dados de 1968).

5 — Em ambos os aglomerados, pela proximidade do local de trabalho, a maioria dos habitantes deslocava-se a pé, diariamente. Em Quintais 85 por cento, contra 15 por cento de bicicleta, motorizada ou automóvel. Em Bragadas 68 por cento, contra 6 por cento de bicicleta, motorizada ou automóvel e seis por cento de comboio.

6 — Uma reduzida percentagem utilizava transporte colectivo. Em Bragadas, apenas sete por cento utilizavam, nas suas deslocações diárias, o autocarro ou o comboio. Em Bragadas, apenas 0,61 por cento utilizavam transportes colectivos.

Semelhantes dados permitem definir estes bairros clandestinos como uma necessidade das populações trabalhadoras das proximidades. Até onde essa necessidade de criar as suas próprias habitações foi explorada por determinados indivíduos, é uma questão que se pode deixar. No contacto que tivemos com a Comissão de Senhores de Bragadas e Quintais, a maioria das pessoas responsabiliza a adminis-

tração camarária, pela situação de permanente ilegalismo em que ali se vive.

Bragadas não tem água, não tem luz, não tem esgotos. Tem vários cartazes administrativos da Câmara Municipal afirmando que não se responsabiliza pela água, pela luz e pelos esgotos. Tem um latão de 5000 litros, onde desaguam as «bichas» dos habitantes, de balde na mão, inutilmente. Não tem escola, nem consegue um transporte colectivo, apesar de 80 crianças irem para a Póvoa todos os dias, a pé. Mas as empresas recusam-se a ir lá buscar as crianças. As estradas são tão más que nem os Bombeiros Voluntários querem lá ir. Mas os carros dos construtores com mais de 20 lotes, vivendo da indefinição camarária, passam facilmente. Em Quintais, as rendas de casa subiram ultimamente a oitocentos escudos.

CONDIÇÕES SOCIAIS

Vale a pena alinhar alguns dados (também

bita em Bragadas, como pode adiar a solução de determinados problemas, que põem em risco a saúde, a higiene, e limitam decisivamente a vida quotidiana nestes bairros à porta de Lisboa?

A questão põe-se com mais acuidade dado que a Câmara realizou um apuramento em 1968, e quatro arquitectos realizaram um antepiano de urbanização. Ora, às vistas dos fiscais da Câmara, o antepiano foi totalmente ultrapassado pela construção clandestina. Quem são os responsáveis? Porque se deixa agir estes indivíduos a coberto da clandestinização dos bairros?

O bairro de Bragadas data de 1963. O primeiro operário a construir no local ficou conhecido como o «Brasileiro». Imediatamente após as primeiras construções, alguns operários organizaram-se e começaram a criar determinados serviços. Esse germe de comissão teve a vantagem de, durante todos estes anos, manter um diálogo com a Câmara Municipal, con-

bitações a preencherem esses espaços que se pretendiam ter uma função social.

Salvo neste último período em que a presença dum antepiano para aprovar criou uma excitabilidade e especulativa.

a actividade de construção em Bragadas é predominantemente de autoconstrução.

Quintais tem características diferentes de Bragadas. Maior concentração de construção (cerca de 29 metros quadrados

por habitante em 1968), maior percentagem de habitação alugada (67 por cento em 1968). As casas estão amontoadas actualmente umas nas outras, formando, um nó estranho no estilo algarvio. Não há ruas e o aglo-

Planeados e clandestinos

Cont. da pág. 1

acordo com uma estratégia do próprio plano. Ora quantos planos farão a distinção clara e provada entre o que é imediatamente exequível ou aberto (porque preço e com que consequências), o que devia ser imediatamente exequível se a administração tomar tais e tais providências (e qual o preço e as alternativas se as não tomar em tempo útil) e, finalmente, o que poderá apenas vir a ser exequível se o mecanismo do desenvolvimento socio-económico obtiver os benefícios que seria legítimo esperar. Mas fazer planos, que suponham que este terceiro estágio seja a realidade, parece puro desgaste de energia.

Entretanto, continuamos a ter como planos «poses» da cidade ou da região numa dita futura relativamente arbitrária, em vez de um mecanismo de decisão que tendo apenas um «modelo do sistema» de funcionamento da vida urbana no espaço disponível — modelo de referência ele próprio provisório — vá propondo sucessivas frentes de acção, oiente das relações-chave entre uns e outros sub-sistemas, para perder ou ga-

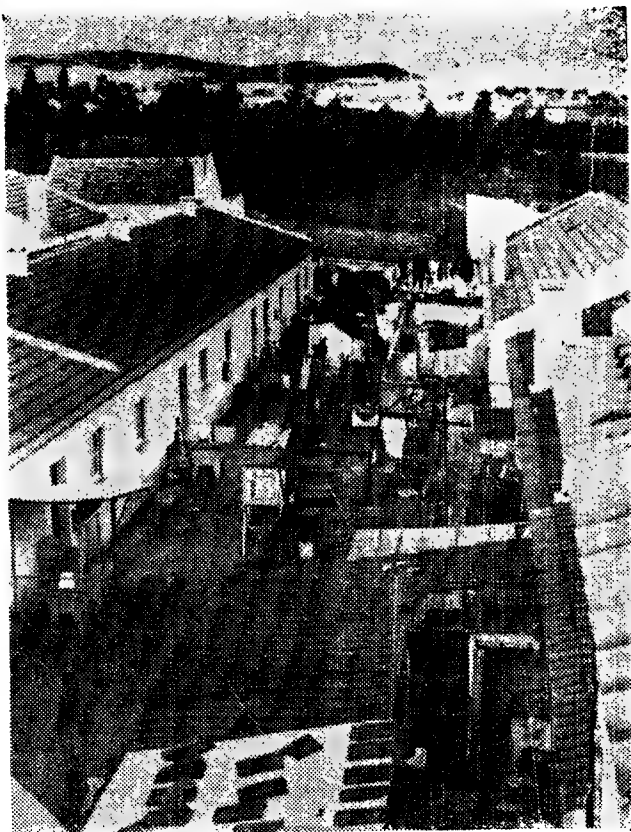
nhar pontos, logo modificar as táticas, introduzir compensações e, retroactuando, rever a própria estratégia.

Voltarei ao tema da eficácia do planeamento, tão actual quanto pouco sujeito a balanço crítico.

OS CLANDESTINOS E OS PLANOS

O aglomerado clandestino é-o porque brotou onde o plano de urbanização não previa desenvolvimento urbanístico ou onde se estava fora do alcance desses planos. Aí, o proprietário rural ou o intermediário jogaram na venda ao desbarato da propriedade, em vez de jogar na aprovação do loteamento e futura venda menos barata. Noutros países de mais violenta pressão urbanística este promotor não chega a existir: a ocupação dos terrenos (invasões, se chamam na América Latina) é forçada inteiramente pela iniciativa dos próprios imigrantes urbanos.

Em consequência do processo o município desconhece, daí em diante, todo o que na área se faça ou seja, deixa de



Um bairro cresce mesmo sem plano

de 1968) sobre as condições sociais em Bragadas. É um bairro de população predominantemente jovem (90 por cento de habitantes tem menos de 45 anos), o que permite prever uma certa estabilização social. Todavia, sessenta por cento dos habitantes com mais de 15 anos são analfabetos ou não têm a 4.ª classe.

Isto ajuda a pôr o problema das dificuldades da população em exprimir os problemas mais sentidos.

Mas, dados os «passos perdidos» da Comissão de Bragadas desde 1967, tem de pôr-se claramente esta questão:

— Se a Câmara não desconhece as graves condições em que se ha-

segundo um estatuto semilegal para o bairro. Assim, a comissão de Bragadas fez permanentes exposições à Câmara e conseguiu dela um antepiano de urbanização. A proximidade de legalização trouxe consigo, uma maior valorização dos terrenos locais e vizinhos e uma certa especulação actual nas rendas.

Em Bragadas, actualmente, as zonas «verdes» do antepiano pago pela Câmara e realizado por vários arquitectos estão ocupadas. Essa ocupação fez-se com base na situação de ilegalidade no bairro pelos principais senhores. Foram precisamente, tanto em Bragadas como em Casal dos Quintais, os detentores de maior numero de ha-

A Comissão de Bragadas fundou-se em 1963 e foi batendo à porta da Câmara Municipal, ano após ano. Vale a pena referenciar os passos perdidos, nessa caminhada quase inútil para os Paços do Concelho de Vila Franca de Xira. Uma vez conseguiram um depósito de ferro oxidado outra vez promessas. Muitas vezes promessas. Quase todas as vezes promessas.

1963 — Apareceram os primeiros moradores do bairro. Três deles agruparam-se para a solução dos problemas que iam surgindo, como abrir ruas, bomba no poço para fornecimento de água, etc.

1964 (19/12/64) — Realizou-se a primeira reunião com elaboração de acta e organiza-se a comissão.

1965 (12/1/65) — A comissão responsabiliza-se pelo pagamento do levantamento topográfico pedido pela câmara que efectivamente foi pago por toda a população.

Janeiro a Maio — Realizam-se 6 reuniões para discutir problemas.

3/5/65 — EXPOSIÇÃO AO PRESIDENTE DA CÂMARA PELAS COMISSÕES DE BRAGADAS E QUINTAIS EM QUE SE PEDIA:

— O estudo urbanístico pelo Gabinete de Urbanização da Câmara oferecendo a população a colaboração necessária e possível.

— Anexa a essa exposição enviaram o levantamento topográfico. A Câmara Municipal não acusou a recepção dos dois documentos.

De Maio a Setembro — Diversas reuniões da comissão em que se debateram novamente problemas de saneamento e racionalização de água por já ser muito insuficiente para a população.

Setembro de 1965 a Maio de 1967 — Não se realizaram reuniões. A comissão onde se reflectiam alguns dos interesses de membros do grupo resol-

vem reunir-se quando houvesse problemas a tratar.

1967 (27/8/67) — Exposição da Comissão de Bragadas, ao Presidente da Câmara pedindo para o abastecimento de água ser feito por um autotanque da Câmara, uma vez que a água do poço já era insuficiente. (Este pedido foi deferido. A partir desta data a água passou a ser fornecida pela Câmara).

15/10/67 — Exposição aos Serviços Municipalizados pedindo um estudo de possibilidade de construção de um depósito de água provisório, de forma a evitar que o autotanque perdesse tanto tempo ao fornecer directamente água aos habitantes. Em resposta a Câmara colocou no bairro um depósito de ferro, talvez novo na altura, mas hoje velho e ferrugento.

1968 — EXPOSIÇÃO AO PRESIDENTE DA CÂMARA pedindo os materiais de construção para um depósito definitivo de forma a poder ser aproveitado quando da instalação da rede de água. A população oferecia para esse fim o seu trabalho. O Presidente não concordou.

Até 1970 não houve reuniões apesar de a comissão contar desde 1968 com o apoio dos Serviços de Promoção Social da Direcção-Geral de Assistência. A justificação dada para a inactividade da comissão foi a de que o Presidente da Câmara achava que não se devia fazer qualquer benefício no bairro enquanto o plano de urbanização não fosse aprovado.

1970 (2/5/70) — EXPOSIÇÃO AOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS propondo duas hipóteses de solução para o problema da água: Uma que fosse fornecida pelo concelho de Loures, se possível, e outra a construção do depósito definitivo com uma capacidade de 25 000 a 30 000 litros e que provisoriamente podia ser abastecido pelo autotanque da Câmara.

Os passos

a «clandestinidade»?

mercado fecha-se em si próprio.

No interior, existem em vários planos terraços onde partem novas habitações. Deste ponto partem duas ou três filas de moradias de rés-do-chão, ocupando zonas livres,

mesmo as previstas como «verdes», no antepiano de urbanização.

Um contramestre da Fábrica Covina detém aqui, um número relativamente grande de construções que actualmente aluga por 800 escudos

(sem esgotos, sem luz). Operários de empresas da zona preferem estas casas às da Póvoa de Santa Iria. São maiores, mais baratas e servem especialmente as famílias grandes. O preço das rendas de casa em zonas ur-

banas impede proibitivamente outra opção. Em 1968 a média das rendas de casa era baixa. Para 43 fogos havia 106 assoalhadas (pouco menos de três assoalhadas médias por



Cont. na pág. 8

AMÉRICO MARUJO



JOAQUIM SILVESTRE



fiscalizar a segurança das construções (que pode chegar à dezena de andares sem «cálculo da estabilidade») e deixa de prover aos serviços municipais

elementares — o que significa que as custas de um processo em que as culpas são desiguais vão ser pagas apenas pelos habitantes, na sua segurança, saúde e promoção, aqueles cuja «culpa» foi afinal a precariedade económica, a vontade de ter casa própria e a inexistência no mercado da oferta adequada.

É certo que, muito mais tarde a colectividade pagará, a dobrar, a legalização do que fingira desconhecer.

Ora que têm os planos a ver com a inexistência do que chamel oferta adequada? O plano de urbanização nasce sob o signo da ambiguidade: restringe a área urbanizável segundo critérios às mais das vezes não demonstrados (tanto podia ser aqui como mais além, tantos hectares como o dobro) e, consciente ou inconscientemente, decide sempre enriquecer muito uns e pouco ou nada outros. Enriquecendo tanto mais os primeiros quanto menor área deixe urbanizar pois para igual procura restringe a oferta potencial permitindo a alta dos preços ao consumidor (enquanto a grande maioria do solo disponível for pr-

Até agora, até à aplicação da nova legislação sobre terrenos, o plano prefere desconhecer que grupos sociais vão beneficiar desta ou daquela área (ou seja, a que custo vão ser postos à venda os edifícios, custo esse que escolhe a classe social e em seguida a probabilidade de receber equipamento, etc.) uma vez que se desliga a técnica de planejar da técnica de administrar.

AS CAUSAS DA CLANDESTINIDADE

Insera-se neste processo o fenómeno da proliferação dos bairros clandestinos nas áreas de urbanização mais intensiva e nos países de distribuição de rendimento mais desequilibrado: porque existe aqui uma vasta procura real que não é contemplada pelas urbanizações planeadas dos promotores privados nem o pode ser, a tempo, pelos programas públicos de habitação e outros equipamentos, sempre insuficientes.

Os bairros clandestinos são neste caso para a política do urbanismo como os bairros de lata o estão para a política da habitação, não sendo por acaso que uns e outros sirvam de cabeçalho às recriminações da opinião pública e dos técnicos e, agora, de alvo das promessas de saneamento da administração. Mas repare-se: estes dois campos, mais visados pelas medidas imediatas, são também aqueles onde o melhor se deve à iniciativa e ao trabalho dos próprios habitantes — apesar da interferência dos especuladores, sobretudo nas fases adiantadas — e aqueles onde o pior que têm se deve à falta do que competia ao serviço público. Estes dois casos típicos juntam a marginalidade aos planos (daí a degradação das condições físicas de habitabilidade) e a marginalidade ao mercado protegido pela lei, pois que permite a obtenção, por preços relativamente inferiores aos correntes, de certos benefícios que esta cidade tornou muito valiosos — a proximidade do trabalho nuns casos, o acesso a casa própria noutros.

Naturalmente, o desenvolvimento urbano, acelerando-se, tende a valorizar os bairros facto-consumido, atrai empresários mais próximos do sector legal, chama a atenção para as condições desumanas, faz aproximar a data inevitável da legalização da iniciativa selvagem e justifica pela proximidade ou pela rareza da oferta rendas cada vez mais altas (com uma segunda especulação de alguns dos pioneiros mais empreendedores ou de promotores de fora) acabando por beneficiar de tais atenções que as vantagens da marginalização se perdem para muitos dos moradores e se passam para os promotores que em vista do êxito se lançarão, algures, na abertura de outras «margens». E, para já, valorizando os terrenos circundantes, se antes não se fizerem as expropriações generalizadas que a nova lei vem permitir.

É evidente que não pode deixar de se dar aos núcleos clandestinos e a grande parte dos legais que, salvo as infra-estruturas têm carências não menores, as condições de vida urbana mínimas — começando por integrá-los na rede urbana e no cesso aos equipamentos sociais (que podem não ser no centro da «aldeia») o que implica, para muitos não a sua conservação numa redoma mas a sua expansão deliberada, através da cedência em direito de superfície dos terrenos vizinhos previamente expropriados.

Desse modo ganharão escala e vida urbana com dimensão para justificar equipamentos mais próximos e as one-

rosas vias e redes de abastecimento da sua ligação à cidade legal.

AS CONDIÇÕES DE SOLUÇÃO

Mas um problema é a recuperação das áreas já ocupadas e a sua expansão; outro é o dispositivo de crescimento da área urbanizada capaz de desencorajar o alastramento do processo especulativo sem repousar no reforço dos corpos de repressão.

Pode observar-se a coincidência marginalidade ao plano — marginalidade ao mercado normal: como se o plano e as teias burocráticas que o acompanham fosse o indispensável definidor e protector do mercado. Do mercado a que não pode aceder mais de metade da população urbanizada a não ser em condições patológicas bem conhecidas: sufocação dos orçamentos familiares pelas rendas e transportes, sublocação generalizada, superlotação das casas pequenas... Patologia por patologia (quem sabe onde se vive pior?) devo dizer que prefiro as formas que enriqueçam menos proprietários e promotores e mostrem mais o que os próprios interessados, os moradores, são capazes de fazer com a própria iniciativa e, até, com insuspeitados recursos. Se forem apoiados... em vez de entregues aos urbanizadores marginais.

Essa capacidade e estes recursos que o planeamento subestima e os bairros convencionais não aproveitam, em pura perda (porque apenas interessa a liquidez da renda) constituem dados de uma procura real que, monetariamente, não pode alcançar as condições da oferta do sector privado mesmo se menos especulativo e, numericamente, esmaga a oferta do sector público mesmo se esta deixar de vir a conta-gotas. Já noutras ocasiões justifiquei o pessimismo desta afirmação — perante as possibilidades reais em face da estrutura da nossa economia, das prioridades de investimento e da própria viscosidade administrativa não se podem propor, de ânimo leve, grandes programas de realizações difíceis de cumprir e mais ainda de pagar (quer pelo Estado quer depois pelos utentes sob a forma das mensalidades).

De facto, mesmo que se pudesse cumprir um plano de eliminação do défice, por exemplo, em 18 anos, não podemos desconhecer que a maior parte desse défice existe já e que a necessidade de uma qualquer instalação foi, é e será inadiável; não tendo condições de solvência monetária terá de fugir ao mecanismo lucrativo legalizado e, como alternativa, procurar sempre soluções «à margem».

Dá que considere que, quando se fala em repressão destas formas clandestinas de instalação e se promete acelerar a sua substituição se escolhe uma «táctica de avestruz» ao desconhecer a força numérica e a fraqueza monetária da procura que essa massa suburbanizada representa. (2)

A ALTERNATIVA REALISTA

Qual pode ser, então, a estratégia alternativa que para o ser efectivamente teria que atingir, logo de início, o maior número e em condições competitivas com as formas marginais, se possível ainda mais favoráveis? Não vejo outra, para já, senão a ajuda institucional à iniciativa popular, ou seja oferecer (em vez de reprimir) através de operações em extensão e evolutivas (em vez de integralmente executadas mas fixas e paradas). A viabilidade desta alternativa depende agora muito mais de di-

Cont. na pág. 8

perdidos

Num contrato posterior (12-5-70) da comissão com o eng.º Costa Ferreira daquele serviço soube-se da viabilidade da segunda hipótese, prometendo este funcionário propor na sessão da Câmara a aprovação duma verba para o custo do material. Nunca a comissão, até agora, foi informada, do resultado da proposta.

2/5/70 — Exposição aos Serviços da C. R. G. E. pedindo:

— Orçamento de instalação eléctrica no bairro, enviando anexo a lista dos moradores interessados. Os moradores comprometem-se a pagar a parte competente à Câmara.

2/7/70 — Em sequência do problema escolar (transporte de cerca de 80 crianças de Bragadas e Quintais para a Póvoa de Santa Iria) realizou-se um contacto com uma empresa para sondar a possibilidade de ela assegurar o transporte diário dessas crianças. A empresa enviou uma resposta negativa.

7/7/70 — Contacto da Comissão com o Engenheiro Escameira, responsável pelo estudo das infra-estruturas para pedir um estudo de localização do depósito de água.

Este técnico visitou posteriormente o bairro. Quanto ao estudo a comissão não teve qualquer informação.

7/7/70 — Contacto da comissão com o Eng.º Álvaro Serra, da Direcção-Geral de Urbanização para pedir informação sobre o andamento do plano.

Este técnico informou que o plano já tinha sido enviado ao ministro para despacho.

29/7/70 — Nesta reunião combinou-se enviar à C. R. G. E. uma fotocópia da planta do bairro segundo o pedido daquela companhia.

12/8/70 — O Presidente da Câmara deslocou-se ao bairro e fez sobressair alguns factos:

— Pediu a colaboração do bairro

no que respeita à contribuição monetária para o centro de urbanização.

— Onamou à responsabilidade a comissão no sentido de evitar novas construções clandestinas.

13/9/70 — Nesta data a comissão de senhorios reuniu a população do bairro com um aviso prévio aos inquilinos, aos senhorios e proprietários de terrenos. Nesta altura, informou-se a população do pedido da Câmara Municipal tendo-se aprovado um contributo de dez escudos por metro quadrado. Pelos cálculos feitos os 10 escudos por metro quadrado concretizavam-se em 350 contos. Houve senhorios que não mostraram interesse em pagar. Os seus inquilinos puseram a hipótese, de, nesse caso, depositarem a renda em substituição do seu contributo.

30/9/70 — Reunião no bairro com o arquitecto do Gabinete de Urbanização para esclarecimento.

3/11/70 — Reunião das Comissões de Bragadas e Quintais com o Presidente da Câmara e técnicos.

A reunião pedida pela comissão serviu para informar o Presidente das verbas já colectadas junto dos proprietários do bairro e de que alguns dos proprietários se recusam a contribuir sem terem um compromisso por escrito do Presidente em relação à viabilidade da urbanização.

O Presidente foi de opinião que os 10500 por m2 eram ridículos (350 contos) e pediu mais dinheiro.

Face a esta situação as comissões pediram o estudo do custo total das infra-estruturas apoiadas pelo eng.º Antunes, dos Serviços Técnicos da Câmara. O Presidente foi de opinião que não era vantajoso, do ponto de vista económico, a resolução parcial, mas que as infra-estruturas seriam encarradas globalmente após a aprovação do plano.

Destinos

da pág. 7

Pinheiro e mais de capacidade de decisão administrativa e técnica: consiste numa imediata e larga oferta de solo com infra-estruturas (substituindo o loteador clandestino em melhores condições de localização e preço) que apenas terá de obedecer a uma condição — a de ter por detrás um forte esquema mínimo de objectivos: para o transporte popular (metro, comboio e autocarros), as áreas preferenciais de trabalho e os pólos de equipamento escolar e sócio-cultural. Esquema esse lançado à escala da cidade-região que sirva de estrutura mínima a uma cidade que se irá fazendo sem forma pré-determinada, melhorando e reajustando-se à melhoria das condições económicas e humanas (porque prevista desde o início com essa possibilidade, insisto). E não será pior do que o que se passa actualmente com «planos» a mais e «planeamento» a menos.

Há alguns meses atrás, um programa deste tipo não seria exequível (ou teria de dar outras voltas); agora parece haver um instrumento decisivo — a nova legislação sobre solos urbanizáveis — que pode ser usado prioritariamente em extensão para integrar na rede urbana os mais «handicapados» como indiquei acima, ou, ao contrário, se se seguir a linha técnico-administrativa, apenas para fazer uns bairros sociais pagando o terreno mais barato... É evidente que, na concepção de urbanismo com que iniciei este artigo, o simples aparecimento da nova legislação provoca ne-

cessariamente um processo imediato de revisão dos «planos de urbanização» e a mudança de tática dos corpos técnicos e dos administradores camarários. Antes que se faça tarde e os atentos promotores refaçam suas defesas.

(1) Para cidades latino-americanas explicou J. Turner, um dos melhores especialistas neste domínio, que o total dos investimentos dos clandestinos ultrapassa sistematicamente o investimento do sector público em bairros sociais e não têm compensação o número de famílias abrigadas num e noutro dos sectores.

(2) Ouve-se dizer com frequência, agora também num repetido anúncio da TV que o problema da habitação existe porque o afluxo à cidade provoca a falta de casas, logo resolvia-se construindo muitas mais casas. Também os industriais reduzem o problema a este aspecto quantitativo, afirmando alguns deles, em consequência, estar na pré-fabricação a resposta a esta carência na medida em que nas condições actuais de mão-de-obra pode produzir mais casas em menos tempo. Ora quem queira ver todo o problema não pode deixar de constatar que antes, há é falta de rendas justas e falta de recursos familiares capazes de amortizar os custos (crescentes) da construção. O que complica um pouco o nosso problema sobretudo se se puser em dúvida que seja a habitação um sector prioritário nos escasos investimentos sociais públicos, e se não desejar que o chamariz à casa venha a ser novo factor de pauperização relativa.

Bragadas

Cont. da pág. 7

fogo) e a renda na altura era em média inferior a 400 escudos (381 escudos de renda média). Ainda assim, comparando estas às do bairro da lata da Azinhaga da Póvoa, às Galinheiras (200 escu-

dos) ou às da Curraleira (10 por cento das casas inquiridas numa reportagem-inquérito pagavam entre 200 e 700 escudos de renda), é-se obrigado a preferir, especulação por especulação, as do Casal dos Quintais.

HABITAÇÕES EM QUINTAIS E BRAGADAS (Dados de 1968)

	Quintais	Bragadas
Total de prédios	29	108
Fogos	43	165
Prédios considerados pela Câmara M. de V. Franca de Xira em bom estado	75 %	57 %
Famílias/Fogos	45/13	131/165
Habitações próprias	30 %	55 %
Habitação alugada	67 %	25 %
Casas com casas de banho	40 %	44 %
Casas com cozinha	100 %	71 %
Média de quartos por fogo	75/43 = 1,74	1,24
Superfície construída	2.104 m ²	17.554 m ²

O preenchimento das zonas verdes era assunto «tabu». Quando o repórter, na sua ingenuidade pôs o problema natural

de conhecer o nome dum dono dum prédio de 2 pisos (em breve três) e doze fogos na zona considerada verde pelo antepiano teve a surpresa de o saber incógnito. Depois de um certo debate, um dos elementos da comissão, de acordo com todos, afirmou, pura e simplesmente:

— As pessoas que preenchem os espaços livres foram avisadas e não atenderam ninguém, continuando a construir.

Sobre os principais construtores sabemos que José Pinheiro Fernandes tem 18 fogos. Este proprietário, ou quem ele representa, ocupou a chamada «zona verde» de Bragadas prevista no actual antepiano, com um prédio de 12 fogos e 2 pisos com possibilidade de subir. Artur Pombinho é um dos principais proprietários em Quintais e operário especializado na Soda Póvoa.

— Tenho dez fogos em Quintais — afirmou-nos Artur Pombinho. — Ocupnei a zona verde porque na altura não tinha conhecimento do antepiano.

O problema da ocupação das zonas verdes realizado pelos principais proprietários de terrenos só é importante porque prejudicou a legalização do antepiano. Por outro lado a ocupação põe claramente a questão de os antepianos poderem transformar-se nos casos dos bairros clandestinos em esquemas rapidamente ultrapassáveis pela realidade de construção.

Na conversa havida em Bragadas, registámos os depoimentos, de mais alguns habitantes.

Américo Marujo é um inquieto, varredor da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira:

— Pago 500 escudos de renda de casa, para quatro assoalhadas. Tenho oito filhos e noutro local nem com três contos conseguia uma casa em condições. A água e a escola é aquilo de que necessitávamos com urgência. É só olhar a cara dos meus garotos. Há tanta guerra por causa da água... que leva o povo deste bairro ao desacordo constante.

— Mas espera uma solução rápida?

— Estas coisas têm de dar muitas voltas. Mas depois da água, queria a escola e primeiro a escola do que a igreja. Dou dois dias de trabalho para a escola — disse-nos, a concluir, o sr. Marujo.

Quanto ao problema da água, Joaquim Boavida quis afirmar:

— A Câmara encheu o depósito na quinta-feira (era domingo), e até hoje nunca mais. Isto está tão mau que os bombeiros se recusam a vir cá. Pedimos resíduos à Soda Póvoa mas a Câmara não



«O Brasileiro»

autorizou que espalhássemos esses resíduos na estrada.

Uma questão final surgiu em Bragadas. Uma questão legítima, por parte de quem não especula, mas de quem paga situações das casas por ele construídas:

— Se nós damos o trabalho e estamos dispostos a dar dinheiro, porque é que, a Câmara não nos permite viver?

A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, ignorando, adiando, a resolução de situações emergentes não resolve o problema. Abre caminho à acção dos verdadeiros especuladores, dos que já não farão as casas para si próprios. Dos que comprarão lotes e lotes, para explorar os que não querem viver mais em bairro de lata ou em quarto alugado.

JOSÉ JOÃO LOURO



JOAQUIM BOAVIDA



JOSÉ PINHEIRO

APOSTAMOS CONSIGO...

Foi pensando em si que melhorámos O SÉCULO ILUSTRADO e o apresentamos agora novinho em folha, com mais páginas, todas impressas em papel «couché».

Quando vir e ler O NOVO SÉCULO ILUSTRADO, você estará mais perto do acontecimento, da actualidade viva, que só a fidelidade de reprodução aliada ao bom papel e às reportagens oportunas lhe poderão transmitir.

Apostamos consigo em como estamos a oferecer-lhe, todos os sábados, momentos agradáveis que valem muito mais do que 7\$50.

Assalariadas domésticas: situação a rever

HELENA NEVES

Embora no conjunto da população activa mundial, o peso das assalariadas domésticas seja pouco significativo, nos países de menor desenvolvimento constituem ainda uma camada que a nível socialmente apreciável, cuja promoção social é sistematicamente ignorada.

Considerando esta ausência de protecção jurídica e social, da Conferência Internacional de Trabalho, reunida em 1965, saiu a resolução de estudar a situação das assalariadas domésticas no Mundo. Assim o BIT elaborou um questionário, distribuído em 1967 pelos Governos dos Estados Membros e em meados de 1969, 58 dos Estados inquiridos entregavam os resultados da pesquisa efectuada.

DISTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO DOMÉSTICO NO MUNDO

Segundo as conclusões da pesquisa dirigida pelo BIT, existem diferenças nítidas na distribuição do pessoal doméstico entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos e entre os países socialistas e os não socialistas. Acontece que nos países da Europa Ocidental e da América do Norte, o emprego doméstico atinge um nível médio com tendência a decrescer; nível baixo mas estável na Austrália e Nova Zelândia, «quantitativamente indeterminado» mas abrangendo vasto grupo em países em vias de desenvolvimento da Ásia, América Latina e África, enquanto nos países socialistas da Europa do Leste, este tipo de serviço diminuiu bastante, sendo «activamente desaconselhado».

A forte proporção de trabalhadores neste sector é do sexo feminino, mas em alguns países avolumam-se os efectivos masculinos; constituídos essencialmente por mão-de-obra estrangeira. É o caso de inúmeros emigrantes na Suíça. Nos países de menor desenvolvimento, avulta um predomínio acentuado de elementos jovens, mais re-

ceptivos e indefesos à exploração e ignorantes dos seus legítimos direitos.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL: QUESTÃO CONTROVERSA

Uma formação profissional organizada é pouco frequente, principalmente a nível oficial e os estabelecimentos privados, além de não estabelecerem obrigatoriedade de frequência, têm sobretudo fins lucrativos. Nalguns países de escolaridade obrigatória, as escolas ensinam vagas noções de economia doméstica. Isto e os conselhos das mães, é tudo o que «arma» a futura empregada doméstica.

Independente da análise dos moldes adequados desta formação profissional, a questão revela-se controversa: Segundo as concepções consideradas mais evoluídas, deve existir toda uma orientação que afaste os jovens das profissões domésticas, pouco produtivas no conjunto da actividade económica ou social, e portanto, a formação profissional neste sector não será prioritária; outros advogam a necessidade de uma especialização como factor de prestígio social para a profissão. Também existe divergência na qualificação a conceder ao serviço doméstico: nos países mais desenvolvidos, este trabalho é considerado pouco qualificado.

Alheando nos do conjunto destas opiniões, um facto ressaltava, como se prova pela pesquisa efectuada nos 68 países: o assalariado doméstico é uma espécie de «homem dos sete ofícios», não se lhe exigindo nenhuma especialização num único ramo: entregue aos cuidados da cozinha, limpeza, roupas, crianças, terá de fazer tudo bem... Embora nos países socialistas, se assista a uma especialização dos serviços domésticos, isto ocorre a níveis não privados: empregados de lavanderia, cantina, creches, apetrechados de noções técnicas de tra-

tamento de roupas, dieta, pedagogia etc. Mas até que ponto este pessoal é abrangido pelo conceito de «domésticos»?

CONDIÇÕES DE EMPREGO

O recrutamento é feito mediante contactos privados ou através de agências, cujos objectivos comerciais não possibilitam grande defesa ao assalariado. Se, em alguns países, é obrigatória a efectivação do

quer dos casos, os empregados oficialmente não declarados ou registados, (maioria dos que vivem em regime de alojamento em casa do patrão), e os sujeitos a tempo parcial, são sempre excluídos. Quanto à protecção salarial, acontece ser feita por via legislativa e em reduzido número de países africanos existe uma fundamentação legal do salário mínimo a partir do mínimo nacional.

No entanto, quase sempre o salário é estipulado por acordo oral entre ambas as partes, oscilando segundo



O contraditório mundo das empregadas domésticas

contrato por escrito, outros dispensam-no claramente. Quando o contrato é estabelecido por escrito, regulamentando a data de entrada em serviço, o horário, a remuneração, em caso de rescisão, há a vantagem de recurso a tribunal.

Na República Federal da Alemanha e na Suíça, as condições de emprego são fixadas por lei ou pela via de acordos colectivos, noutros países, o Código de Trabalho incluiu algumas disposições especiais referentes ao empregado doméstico. Em qual-

a relação oferta-procura. Daí deriva uma grande variedade na remuneração a nível regional e por grupos de idade, sucedendo que os mais jovens são subremunerados.

HORÁRIOS, TEMPOS LIVRES E FÉRIAS

Em quase todo o Mundo este tipo de assalariado trabalha a tempo inteiro e frequentemente sem limitação de horas suplementares como é o caso dos alojados nos lares privados que servem. Mesmo nos países em que a regulamentação se faz por contrato ou via legislativa a duração de trabalho é bem mais longa do que noutros ramos de actividade, não se estabelecendo, quase nunca, os períodos de repouso quotidiano. O descanso semanal permanece apenas de 24 horas e, em raros países, o direito a férias pagas abrange um período inferior (1 a 3 semanas) à média dos outros sectores activos. Só 1/3 dos países inquiridos reconhecia o direito a dias feriados oficiais, religiosos e civis. Em alguns países, se um certo tempo de serviço tiver sido prestado, em caso de doença, a lei garante o pagamento de salário por prazo determinado. A desprotecção generalizada à maternidade e gravidez deste sector de

assalariados tem, raras excepções no Mundo. Quanto muito, é passível de recurso ao tribunal, o despedimento no período pré-natal.

SEGURANÇA SOCIAL: AUSÊNCIA QUASE TOTAL

Em dois terços do conjunto de países inquiridos, a prestação de serviços sociais e o seguro, não são regulamentados. Exceptuam-se a existência de algumas disposições particulares em caso de acidentes de trabalho. As prestações a longo termo, em caso de velhice, invalidez ou impossibilidade do chefe de família são objecto de ausência de preocupações... Os assalariados a tempo parcial estão excluídos de qualquer tipo de segurança social. Os outros, salvo as manchas pouco marcantes de alguns países constituem, no mapa do Mundo do trabalho, uma das camadas mais desprotegidas. Em Portugal quantas mulheres velhas arrastam misérias sem acesso à reforma, depois de anos, sem vida própria, sem tempo para viver, servindo alo-

jadas até que a decrepitude as torna não «aptas»?

Vindas em contingentes das famílias mais pobres do meio rural, munidas de uma instrução rudimentar, sem qualquer formação profissional, desde crianças sujeitas a um trabalho duro, isoladas, fechadas. Quantas empregadas domésticas existem ainda nestas condições em Portugal? Dispersas por aí (dispersão que a natureza privada do emprego favorece) ignoram se e ignoram os direitos que lhes cabem como pessoas humanas e como trabalhadoras. Trabalhadoras apenas de uma fase transitória de desenvolvimento, trabalhadoras, cujo trabalho numa perspectiva histórica média tende a desaparecer. Mas neste momento, elas existem e permanecem não sindicalizadas, não reconhecidas à face da lei. E não é possível que se continuem a ignorar os seus problemas. Numa revista do BIT em que se analisava o assunto, à laia de conclusão, lia-se: «esta categoria de trabalhadoras me ece que a consciência pública não fique indiferente à sua sorte». No entanto, a nós parece-nos que a questão não se resolve a nível de consciência pública.

ao acaso da rua

Maria Virginia Guimaraes Martins, empregada doméstica. No rosto miúdo, no jeito franzino, custa adivinhar os 14 anos. Veio de Viana do Castelo com a família: pais e onze irmãos. Diz-nos:

— Comecei a servir aos 9 anos cá em Lisboa. Nessa altura não ganhava nada mas tinha lá comida e dormida. Depois aos 13 anos, já o meu pai queria que eu ganhasse qualquer coisa e fui para a costura ganhar 16\$00 por dia. Mas servir é melhor. Há a comida e casa. Voltei a servir e ganho 500\$00.



— Mas tu queres servir toda a vida? — arriscamos.

— Quero sim. Eu gosto de servir.

E fica e permanece, rosto miúdo, franzino, criança sem infância.

Amélia Alves Pereira também veio de Viana do Castelo. Sôzinha, 18 anos já temperados pelo trabalho, desceu à cidade...

— E fui servir. Não dei anúncio. Foi uma colega minha, também criada, que me arranhou. Já lá vão dois anos e continuo. Mas abri mais os olhos: esta nossa situação é uma desgraça: não temos horário de trabalho, não temos refor-

Cont. na pág. 10

SENSACIONAL

Vá a Madrid, na Páscoa, OFERTA JOVICA, 30 Viagens (15 prémios iguais para 2 pessoas) 5 dias, viagem em auto-pluma de luxo, Hotel de 1.ª, visita à cidade e Vale dos Caídos, etc. Sorteio a realizar em 27/3/71, autorizado pelo Ex.º Sr. Governador Civil de Lisboa. E na altura da compra recebo logo o PRIMEIRO JOVICA para todos os clientes.

TELEVISORES

Desde 100\$00 Mensais, oferta da antena para os dois programas

FRIGORÍFICOS

Desde 100\$00 Mensais

ESQUENTADORES

Desde 100\$00 Mensais

MÁQUINAS DE LAVAR ROUPA

Desde 150\$00 Mensais

MÁQUINAS DE LAVAR LOIÇA

Desde 150\$00 Mensais

SEM ENTRADA FIADOR

JOVICA

LISBOA: Largo D. Estefânica, 12-D

Telef. 53 45 36

Avenida 5 de Outubro, 53-C

Telef. 4 77 69

FILIAIS: GACÉM — SINTRA — CASCAIS VENDA NOVA



Para lá dos exames...

Subordinado à epígrafe «comentário ao artigo de Ersílio Cardoso: Exames — supressão ou aproveitamento» (publicado nos dois últimos números do suplemento «Mesa-Redonda») foi-nos enviado pelo nosso leitor António Miguel Silva Avelãs, de Lisboa, o texto que a seguir reproduzimos:

«Este ano os exames acordaram» (nos) mais cedo. Anteciparam a sua «subida à cena», a (já) crónica e imprescindível subida anual...

Começarei por afirmar que estou de acordo com o que nos veio dizer (relembra, re...) o sr. Ersílio Cardoso. Só que me parece haver uma perspectiva de aná-

lise que terá sido (creio) algo descuidada: a inserção deste flagelo (os exames) num flagelo-obsessão, mais amplo, mais englobante, que «pesa sobre nós»: O INDIVIDUALISMO EXACERBADO, E... EXALTADO, ESTIMULADÍO, ETC., ETC., ETC.

Nesse campo, os exames integram-se bem, muito bem mesmo, nesta triste luta desenfreada por um «lugar ao sol»: (neste caso) lugar pelo quadro de honra (?), pelos prémios «escolares», pelas «bolsas», pela SUPER-AFIRMAÇÃO do EU como superior, como «o melhor», o herói. E se esta escalada for acompanhada da «destruição» dos outros...

quão mais heróica será a vitória!

Assim considerados, talvez os exames ganhem «sentido» nesta sociedade: os exames, a luta pela nota, são apenas um aspecto da «concorrência» a que aceitamos (?) submeter-nos. Talvez isso explique porque, apesar de desmascarados, há quase 100 anos — como bem nota o sr. E. C. —, eles continuam, com toda a sua gama de estupidez e ridículo, persistem, persistem... e persistirão (?)

Certamente eles têm bom lugar num sistema de «concorrência» de afirmação (quase feroz) da SUPERIORIDADE DO EU-INDIVÍDUO.

Daqui resulta que... a

supressão dos exames — só por si — pode nada significar numa sólida reforma do ensino. O mesmo se diga do seu «aproveitamento» (com maior razão ainda...).

Evidentemente, preconizo a sua abolição, mas (parece-me) o que deve, de facto, ser abolido é este processo de «luta» pela «superioridade», de que os exames são (no ensino) apenas um exemplo.

Pode acabar-se com os exames, sendo este «espírito» ainda mais exacerbado, e, enquanto tal realidade se mantiver, creio difícil qualquer válida transformação da estrutura do ensino — independentemente de todas as reformas — oportu-

nas e inoportunas — que possam ser «inventadas».

Mais que abolir os exames é necessário combater esta mentalidade, o que não me parece estar a ser tentado. Pelo contrário.

Talvez que este «espírito» ajude a explicar as hesitações do sr. E. C. sobre os «objectivos da educação» — objectivos que podem, perfeitamente, permanecer... sem exames.

De resto, o artigo em questão não «sugere» qual a solução no caso de os exames serem abolidos; da sua leitura ressalta que o sistema de

exames seria o ideal, se fosse possível evitar toda a subjectividade e contingência em que o actual sistema incorre. Ora é isso que me leva a discordar do conteúdo global deste artigo.

Sou pela «supressão dos exames», mas não só, nem principalmente, pelas razões que o articulista aponta: «imperfeição de provas» «subjectividade da apreciação», «problemas de higiene mental», etc. Sou contra os exames porque sou contra qualquer método que sobreleve o espírito de competição e concorrência à cooperação humana.

ao acaso da rua

Cont. da pág. 9

ma, nada. Porque não nos havemos de sindicalizar? O mal é que só nos encontramos ao domingo, e somos poucas (só conheço três criadas na zona), e a folga é para namorar. Mas às vezes falamos.

Ilda dos Anjos, outra assalariada doméstica, viúva com quatro filhos e uma vida difícil. Também desenraizada. Tam-



COMISMAR

COMISSÁRIOS DE AVARIAS PERITOS DE NAVIOS RECOLHA DE AMOSTRAS PREVENÇÃO DE SINISTRALIDADE

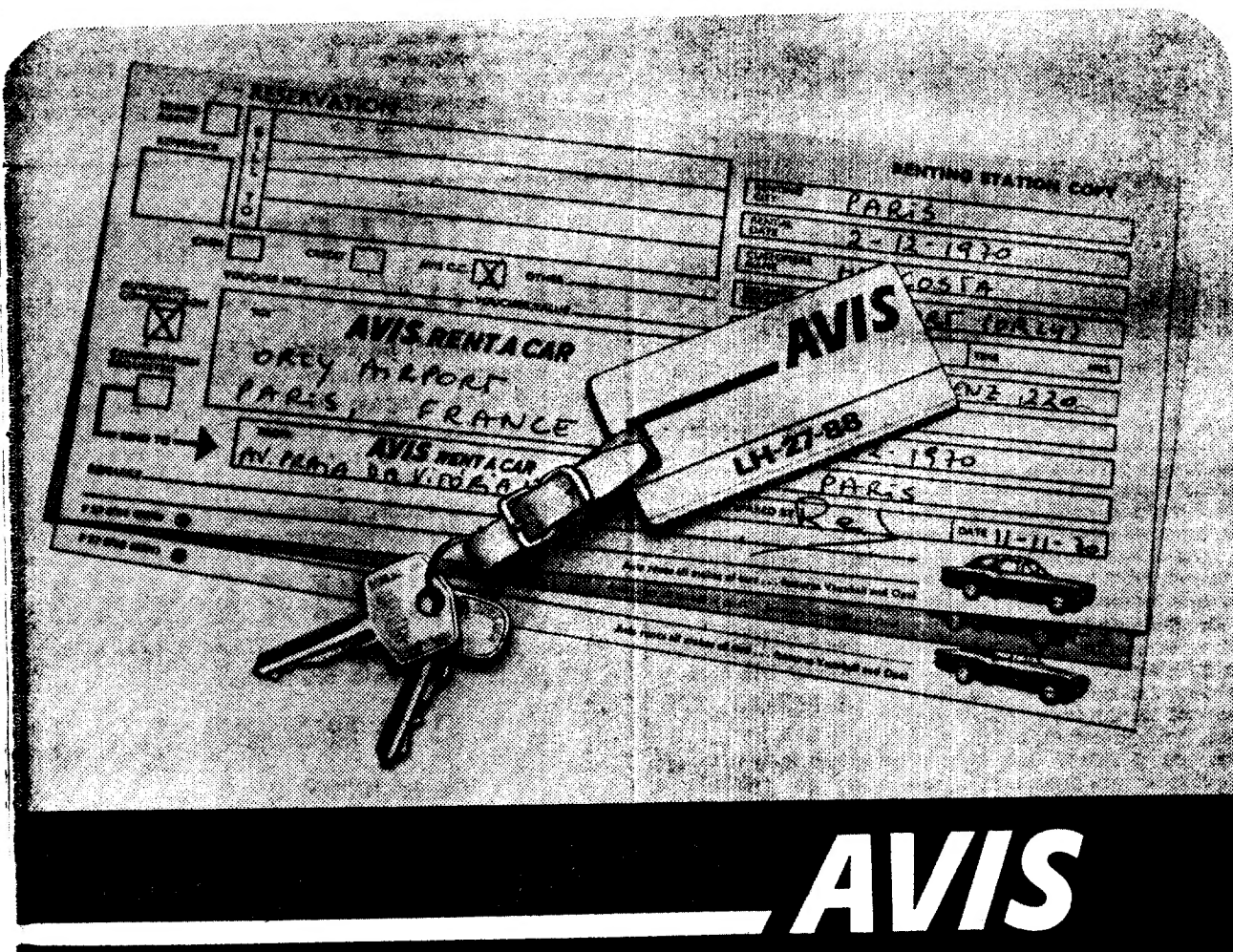
R. DO ARSENAL, 148, 4.º, DT.º Tel. 328511/368896

bém de longe. Guarda nas falas, o sotaque transmontano:

— Trabalho a dias mas o dinheiro é pouco. Se estou doente não tenho Caixa e ninguém me ganha para os meus filhos. Sem o agasalho de um homem (enviei ceddo), com as crianças e sem reforma, comigo a ir para a idade, não sei o que será...

O tempo e Deus o dirão.

Ao descer no aeroporto... um automóvel às suas ordens!



AVIS

Nada mais triste do que, ao chegarmos a uma terra estranha, encontrarmos-nos sòzinhos num aeroporto.

Um aeroporto é frio, impessoal, quase agressivo nos seus enormes espaços e corredores.

Por isso é muito agradável ouvir: «Mr. Costa e Sousa?

Aqui estão as chaves do seu carro — e boa viagem! E aí está você já bem disposto, com um carro garantido nas mãos, para se desvencilhar no trânsito de um país estrangeiro (mas você guia bem e é descontraído)...

Mesmo que se trate de uma viagem de negócios a aventura começa. Uma aventura bem encaminhada e agradável que acabará sempre bem, porque

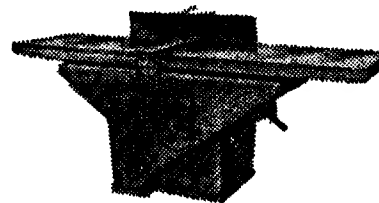
uma grande companhia, a AVIS, vela por si. E para isso basta telefonar-nos.

ALUGAMOS AUTOMÓVEIS

C. SANTOS S. A. R. L.

Lisboa - Av. Praia da Vitória, 12-C - Tel. 561177
Porto - R. de Santa Catarina, 180 - Tel. 37971
Faro - R. Horta Machado, 42 - Tel. 24538
Praia da Rocha-Gal. Ext. Hotel Júpiter-Tel. 33258

«MIDA»



GARLOPA
Mod. GA

UMA FABRICA ALTAMENTE ESPECIALIZADA NO FABRICO DE MAQUINAS PARA AS INDUSTRIAS DE:

- SERRAÇÃO
- CARPINTARIA
- MARCENARIA

Fábrica: — TROFA (Tel. 94923/4/5)

FILIAL EM LISBOA:

AV. DEFENSORES DE CHAVES, 3/A (TELEF 44147)

lemos
para si

Diálogo com os católicos (ou talvez não)

Pela Editorial Inova, do Porto foi publicado, a título póstumo, o primeiro volume das obras de Mário Sacramento.

O livro a que especialmente nos queremos referir é «Fratria — Diálogo com os católicos (ou talvez não)», no qual se reúne toda a importante documentação relativa a uma tentativa de diálogo com os católicos na cidade onde M. S. viveu e morreu, Aveiro.

Por semelhante «peca-dilho» foi o autor de «Ensalos de Domingo», criticado em certos meios. Na verdade, valeria a pena «perder tempo» numa espécie de diálogo de surdos, em ambiente tão li-

mitado como a típica cidade de província portuguesa? «A verdade porém é que eu sou — ou quero ser — um intelectual de base, um adversário intransigente do vetismo e do culto da «personalidade» carreirista, um professor primário do pensamento e da acção. A micropalsagem de Aveiro é um facto: a sua vida cultural é nula. (...) Mas não quero figurar no who's who, — sequer no de cá... — tentando, sim, ser cidadão no canto que me coube — fosse este ou outro. E por ele me irei gastando, a puxar à sirga...» — justificou-se Mário Sacramento.

Ser cidadão digno do canto que lhe coube e respeitar — lutando por um mundo melhor — as características e direitos humanos do povo que compartilhava esse canto foi lema na vida do autor de «Eça de Queirós, uma estética da ironia». Nesta base se compreende o diálogo essencialmente travado nas columnas do semanário «Litoral» e no qual intervieram, como dialogantes, os católicos Filipe Rocha (padre) e dr. Mário da Rocha, além do jovem Anjo Regala. Materialista dialéctico, Mário Sacramento não podia desconhecer a evidência e importância do catolicismo em Portugal. Negá-lo não seria dialéctico. Pô-lo em causa como catolicismo, à luz do Con-

cílio Vaticano II, era tarefa atraente que permitia — como permitiu, apesar de tudo — levantar em parte o véu que vinha encobrindo a problemática aguda do povo português. «O diálogo não é impossível nem indesejável entre nós, o que está em causa, porém, é a realidade — e a realidade é imutável, ainda» — afirmou. E se o fosse, «o Concílio Vaticano II teria ficado encajado na nossa fronteira — e que seria feito da unidade da Igreja? É assim impossível que a única atitude praticável seja a de regatearmos a caridade. E o diálogo é o mínimo que podemos fazer pelo bem dos outros. Diálogo directo ou indirecto, é-me indiferente. Mas diálogo, em qualquer caso; isto é, boa vontade activa».

De qualquer modo, e a um nível mais profundo, interessava-lhe levantar o problema — ou querela — entre a religião e a ciência; ou a da atitude da Igreja, perante a realidade avassaladora do futuro do mundo, assente em bases científicas. Tudo isto sem esquecer que «as transformações sociais de cada povo são um problema interno seu. É a filosofia que a uns ou outros cabia não pode nem deve influir na especificidade que cada país implica. Também ser católico não obriga a uma hipótese política, embora haja, ainda, quem jogue nisso. Podendo afir-



mar-se sem receio de erro, que há hoje tantos matizes, ao nível social, do catolicismo como do materialismo dialéctico. O que, tudo somado, só pode significar que vivemos numa época de grandes transformações qualitativas, a que é preciso estar atento».

Inteligência acima do dogma, para M. Sacramento não bastava negar. Negar ou contestar é um acto de crítica activa, construindo. Estar atento às coisas grandes e pequenas é estar atento à própria vida. O diálogo de província reunido neste volume de 270 páginas é um exemplo construtivo do que pode a inteligência, a perspicácia, o amor pelas coisas do povo, a compreensão justa do fenómeno social em que vivemos.

Política do Vaticano

Quinhentos e trinta milhões de baptizados católicos, 1 milhão de religiosos, 400 000 seculares padres, 3 000 cardeais e bispos residenciais ou titulares — eis um império chamado Igreja Católica Apostólica Romana (sede em Roma, Cidade do Vaticano, Itália, Europa).

Este império tem uma diplomacia. Há Nunciaturas em toda a Europa Ocidental e Central, em toda a América, Latina (excepto no México), doze na África e uma nas Filipinas. As delegações apostólicas estendem-se a toda a América do Norte (Canadá, Estados Unidos e México), por toda a Europa do Norte, por quase toda a África, pela Ásia

do Sudeste e pela Coreia e pela Oceania. Há inter-núncios na África, (Etiópia e RAU) na Ásia, na Turquia, na Síria, no Líbano, no Irão, no Paquistão, na Índia, na Indonésia e no Japão. Na sessão inaugural do Concílio Vaticano II estiveram representados 79 Estados e 7 organizações internacionais.

A política e a diplomacia do Vaticano, são o tema de «A Política do Vaticano», de Jean Chevalier, agora editado pela Início.

Quatro capítulos recolhem elementos para uma história da diplomacia da Santa Sé, o pequeno Estado de 900 habitantes que administra a Igreja Católica. A discutidíssima política de Pio XII du-



rante a II Guerra Mundial e a construção da paz do pós-guerra, que culminou com o «aggiornamento», dialogante de Vaticano II, são talvez empresas menores face à espinhosa tarefa da Igreja perante a revolução no Terceiro Mundo (e no Primeiro).

CORRIGENDA

Beethoven, homem político

O artigo de Mário Vieira de Carvalho intitulado Beethoven: «se soubessem o que ele pensa na sua música...», publicado na «Mesa-Redonda» de 18 de Dezembro p. p., apareceu com alguns lapsos tipográficos que tornam ininteligível uma parte do texto relativo ao Homem Político, a qual deve ler-se como segue:

De resto, a personalidade de Napoleão só atraiu Beethoven enquanto se identificou real ou aparentemente com os ideais revolucionários. O facto de Beethoven ter rasgado a primeira página da «Sinfonia Heróica» quando soube que Napoleão se fizera coroar imperador, que outra coisa pode significar senão a segurança

das suas convicções políticas (expressa, aliás, no comentário: agora «vai tornar-se um tirano igual aos outros e calcar a pés os direitos humanos»)? De pouco antes data uma carta escrita aos editores em que, respondendo irónicamente à proposta de compor uma «sonata revolucionária», esboça já uma crítica a Bonaparte: «Será que o diabo, senhores, anda a tentá-los a todos? Virem-me agora com a ideia de uma tal sonata? — No tempo da febre revolucionária, muito bem — estaria disposto a isso, mas agora... agora que toda a gente procura acomodar-se de novo aos velhos hábitos, agora que Bonaparte assinou uma concordata com o Papa — uma tal sonata? — Ainda se fosse uma «Missa pro Sancta Maria a tre voces», ou umas «Vésperas» — então, sim, metia logo mãos à obra — e não seria preciso muito tempo para escrever, com grandes notas quadradas um «Credo in Unum»; mas, Deus meu! uma tal sonata — nos tempos que vão correndo, nestes novos tempos cristãos — Oh! Oh! — não pense nisto — nada feito (...). O que têm a fazer é expedir para todo o universo o meu septeto; é dele que o vulgo está à espera; além disso, bem sabem quem é dedicado à Imperatriz — e a canálha onde se sente bem é na cidade e na corte imperial.»

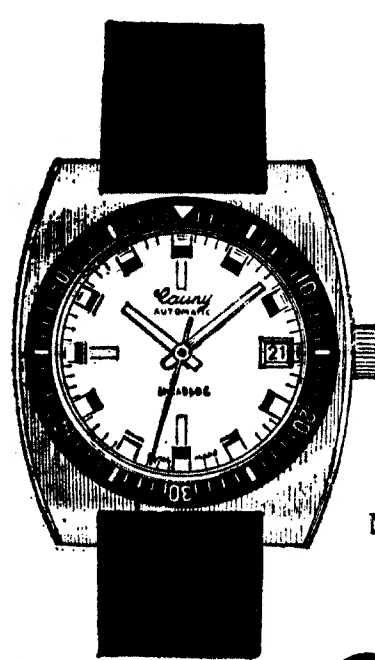
Os cadernos de conversação (nos quais, devido à surdez Beethoven, os seus interlocutores escreviam o que diziam quan-

do conversavam com ele) são extremamente elucidativos a este respeito: depois da música o tema que mais ocupa Beethoven é a política. E também aqui se percebe que é ele sempre o principal animador das conversas e quase sempre aquele que parece colocar-se nas posições mais avançadas (deduzidas indirectamente das afirmações dos interlocutores). Cerca de 1819, ao tempo da promulgação das Ordenações de Karlsbad, através das quais Metternich espera liquidar com a ajuda de Deus a Revolução alemã (fortalecendo o poder absoluto do imperador e anulando todas as medidas que tendiam para uma ordem de tipo constitucional; reforçando a censura de todos os escritos; estabelecendo medidas severas de prisão e trabalhos forçados a aplicar a indivíduos conhecidos pelas suas ideias republicanas; elaborando listas negras de suspeitos e expulsando-os do exercício de funções públicas e dos estabelecimentos de ensino; etc.) reuniam-se em casa de Beethoven algumas das mais representativas figuras de Viena ligadas pelas mesmas convicções liberais e progressistas. Toda a actualidade política era ali discutida: a democracia inglesa, as sublevações liberais em Espanha, a insurreição italiana, os movimentos de independência da América Latina, a luta dos gregos pela libertação do jugo turco, a oposição do povo francês à restauração dos Bourbons.

Profissionais de Panificação

Assinada por trinta e seis operários da indústria de panificação, recebemos uma carta, dirigida à Redacção, do teor seguinte:

«Um grupo de operários da Indústria de Panificação, abaixo assinados, enviam cumprimentos de Boas Festas ao Corpo Redactorial do «Diário de Lisboa» e agradecem o interesse carinhoso com que os seus assuntos de classe têm sido tratados no Jornal e no suplemento «Mesa-Redonda».

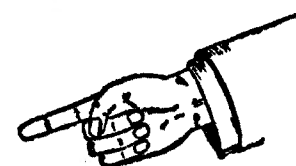


Resistente
Incabloc

CALENDÁRIO

AUTOMÁTICO

100% Impermeável



Exija a marca CAUNY gravada na coroa e na parte exterior da caixa

Mudança de data ultra-rápida

CAUNY

A mais alta precisão suíça

MOBILIÁRIO MODERNO

tipo nórdico

Para quartos, salas de jantar e de estar. Grande variedade de mapas e sofás, estofados em tecidos exclusivos

a melhor qualidade
aos melhores preços

Exposição e vendas na:

Avenida Almirante Reis, n.º 30-C
Lisboa
telefone 831150

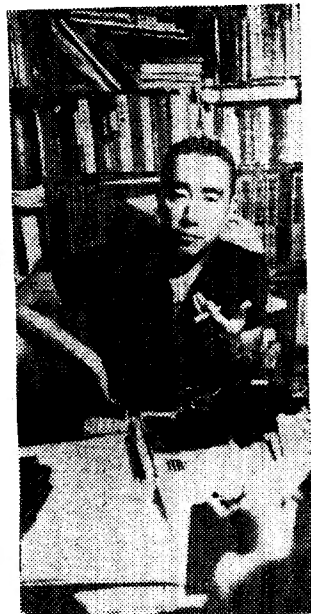
Num dos nossos números anteriores falava-se de Geismar e de Angela Davis, apresentando-os como exemplos dos que vão contra a corrente dos tempos, corrente que impõe modéstia aos desejos de transformação. Podia ter-se acrescentado o nome de Mishima, o escritor nipónico que fez hara-kiri em protesto contra a actual feição «materialista» do seu país.

Qual era a ideologia de Mishima? Dar-nos-á uma ideia este parágrafo do seu testamento político: «A prosperidade do Japão levou ao desprezo dos próprios fundamentos do Estado. O povo perdeu todo o sentido do espiritual e só se interessa pelas coisas sórdidas. O Japão tombou na hipocrisia e na letargia do espírito. A nossa política está submersa pelas contradições e os nossos políticos agarram-se tenazmente aos seus interesses e ao seu apetite de poder. Votaram-se completamente ao reino dos hipócritas. Pode dizer-se que o Japão abandonou o seu futuro nas mãos das potências estrangeiras». Mishima sonhava restabelecer o poder militar e imperial do Japão.

Poucos dias antes de se suicidar, tentou, com o seu grupo militarizado, o rapto do comandante de um regimento da guarnição da capital, para obrigar os soldados a participar num golpe de estado.

Mas o seu discurso aos militares foi acolhido com gargalhadas e mofo. Mishima estava contra a corrente. O vexame deve tê-lo determinado a acabar com a vida.

Contra a corrente: do governo, dos partidos de esquerda, da grande imprensa, atacaram violentamente a tentativa de



Mishima

«putsh» e a morte espectacular que Mishima se deu. O indivíduo tinha a arte da encenação, pode dizer-se (pois ele o disse a Jean-Marie Pottiez), que era um exibicionista.



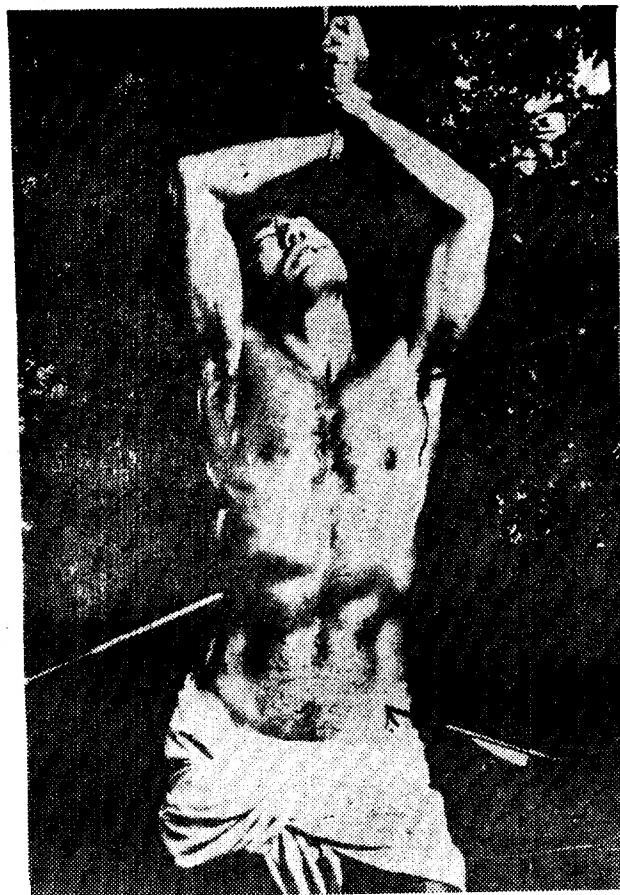
Após o golpe de estado falhado, foi entregue ao editor o último volume do seu romance em quatro volumes, «O Mar da Fertilidade», e «convidou» secretamente a televisão para o seu «hara-kiri» de modo que duas horas depois do suicídio os japoneses puderam seguir no pequeno «écran» todos os episódios «até ao «hara-kiri» propriamente dito» (Guillain), quer dizer toda a cerimónia do «seppuku» até ao momento do sabre se enterrar no ventre. (A sociedade do espectáculo põe os seus limites ao espectáculo, se é que não pensa que a cena imaginada tem mais impacto do que a imagem televisiva).

«Só Mishima seria capaz deste sonho absurdo. O Japão moderno, demo-

crático, industrial, profundamente diferente dos dos generais de antanho, guarda rancor a este exaltado e aos poucos obcecados que o seguirem por terem tentado ressuscitar os maus fantasmas de um tempo detestado» — escreve Guillain.

Mas o correspondente do «Monde» termina assim o seu artigo: «A terrível morte de Mishima talvez tenha aberto uma grave ferida no compromisso oficial e na auto-satisfação do sistema. O Japão poderá descobrir neste momento, que o seu grande esforço de reconstrução material já não sabe muito bem o que fez da sua cultura e da sua alma».

O Japão empreende a sua revolução cultural neo-capitalista. E se o



Mishima ou o gosto dos extremismos

«putsh» e Mishima fez rir os militares, o seu suicídio espectacular, esse já não fez rir e provocou... rancor. É que um eventual neo-imperialismo japonês dispõe desde agora do seu mito. Roger Gre-

nier tem razão: «Se as coisas começarem a ir mal para os japoneses, a morte de Mishima pode tornar-se a data de nascimento de uma nova era de militarismo e de ultranacionalismo».

A exportação de capitais

Antes a 2.ª Guerra Mundial, a exportação de capitais desenvolve-se a ritmo acelerado. A frente dos países exportadores, desde o fim da Primeira Grande Guerra, encontramos os Estados Unidos.

Nesta exportação de capitais são, sobretudo, os capitais públicos os que predominam. Entre 1951 e 1961, nos 71 biliões de dólares dos capitais exportados, 40 biliões foram capitais públicos. E essa exportação dirige-se, principalmente, para os países do Terceiro Mundo: nos citados 71 biliões de dólares, 45,5.

Sublinhe-se, ainda, que nestes 45,5 biliões de dólares a maior parte era capital público, pois somente 11,5 provinham do sector privado. O capital privado investe principalmente nos países desenvolvidos. Porquê?

— Primeiro, mais de metade dos investimentos privados dos países capitalistas nos do Terceiro Mundo orientam-se para o petróleo e as minas, sectores já referenciados e marcados nos quais os capitalistas investem estritamente em função das suas necessidades.

— Segundo, há a incerteza política e os riscos de nacionalização. Os capitalistas sentem-se mais confiantes nos países desenvolvidos do que nos subdesenvolvidos.

A taxa de lucro não é, neste caso, uma razão para que o capital privado fuja do Terceiro Mundo,

pois a taxa de lucro dos investimentos nos países do Terceiro Mundo é até bastante elevada. A rentabilidade média dos investimentos privados americanos no Terceiro Mundo no período de 1964-65 foi de 18 %, tendo em conta os rendimentos oficialmente repatriados

em desfavor dos países do Terceiro Mundo.

E é à luz destes números que se compreende bem o significado da ajuda aos subdesenvolvidos. Esta ajuda destina-se a equilibrar as contas exteriores dos países do Terceiro Mundo. Sem ela, o sistema desfazer-se-ia.

da são absorvidos pela amortização dos empréstimos antigos. O sistema entrou por esta forma num círculo vicioso.

Na exportação de capitais entre países desenvolvidos a parte dos capitais públicos é reduzida. A «parte de leão» pertence ao capital privado, com

vido às restrições governamentais motivadas pelo défice da balança de pagamentos. Mas o capital americano torneou essa dificuldade reinvestindo localmente os lucros das suas empresas no estrangeiro e recorrendo ao mercado financeiro local. J. J. Servan-Schreiber pode por isso afirmar que só 10 % dos investimentos americanos na Europa provêm dos Estados Unidos.

A implantação das empresas norte-americanas no estrangeiro tem muitas vezes em vista (por exemplo na Europa, com o Mercado Comum) o fugir às barreiras alfandegárias na medida em que se instala no interior da área protegida. Mas esse não é o único motivo. Muitas das empresas americanas na Europa exportam consideravelmente (em 1963, 23 % do que venderam nos países europeus onde estavam instaladas). Por vezes, fabricar fora dos Estados Unidos é a maneira da indústria americana competir no mercado americano com as empresas estrangeiras, por causa

do custo da mão-de-obra (caso dos relógios). Foi a maneira das empresas norte-americanas poderem competir no mercado dos Estados Unidos com a indústria suíça.

A fraca repatriação do capital americano investido na Europa (média geral de 6,5 %, anuais, do capital aplicado) mostra que o objectivo é o desenvolvimento da implantação americana no nosso continente. Desenha-se pois um imperialismo americano na Europa. E assim fala-se hoje das contradições entre capitalismo que pode vir a ser determinante do futuro do mundo.

Os juízos variam sobre este ponto. Por exemplo — Pierre Jalée, que vimos seguindo — não acredita que a contradição degenera em antagonismo. Escreve ele: «As contradições, desde que a resistência aparece como inútil, ou surge qualquer perigo comum, resolvem-se geralmente pela submissão aos monopólios U. S.: a procura do lucro máximo contínuo encontra-se hoje na esteira do capital americano».

e os reinvestimentos «sur place», mas não os lucros transferidos secretamente.

Esta repatriação de capitais traduz-se numa descapitalização para os países subdesenvolvidos e dá origem a um processo que acaba por atingir os países capitalistas. Vejamos.

Números do Banco Mundial. Rendimentos transferidos dos países subdesenvolvidos: 1964 — mais ou menos 4 biliões de dólares; 1965 — mais ou menos 5 biliões. Capitais dos países desenvolvidos investidos nos países em vias de desenvolvimento: 1964 — 970 milhões; 1965 — 1360 milhões. É um défice anual de 3 biliões e meio de dólares.

Acrescente-se-lhe o défice comercial. Dá 6 a 7 biliões de dólares anuais,

Como a ajuda provém dos contribuintes das nações desenvolvidas, pode dizer-se que em última análise os contribuintes não estão mais do que a auxiliar os monopólios que investem e comerciam com o Terceiro Mundo.

Mas a ajuda pública é cada vez mais constituída por empréstimos com juros, o que alarga a dimensão insuportável o encargo da dívida pública dos subdesenvolvidos. Cerca de 2/3 da nova ajuda

uma tendência para aumentar cada vez mais.

Entre países desenvolvidos, o primeiro exportador de capitais é também a América do Norte. Dai resulta que, como se tem dito muitas vezes, a indústria americana no estrangeiro constitui a 3.ª potência industrial do mundo, sendo a indústria americana nos Estados Unidos a 1.ª e a U. R. S. S. a 2.ª.

Nos últimos anos, a saída de capitais dos Estados Unidos diminuiu de



MESA REDONDA